

# Contracampo

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação • UFF

Volume 33 • Número 2 • 2015 • e-ISSN 2238-2577 • ago-nov



## COMUNICAÇÃO E MATERIALIDADES 2

## Editorial

Caros leitores,

As discussões sobre as abordagens e teorias das materialidades têm obtido destaque no campo da Comunicação nos últimos anos, contribuindo para a construção de novas perspectivas de análise sobre distintos objetos de pesquisa. Nesse sentido, o fato de a revista Contracampo ter recebido uma grande quantidade de artigos versando sobre o tema do último dossiê que publicamos — n. 32, “Comunicação e materialidades” — não deveria nos surpreender.

Tendo em vista não apenas a quantidade, mas também a qualidade dos textos recebidos — todos aprovados por pareceristas externos seguindo o modelo da revisão cega (*blind review*) — optamos por lançar nesta presente edição, n. 33, um segundo dossiê sobre o tema, nomeado “Comunicação e materialidades – volume 2”. Não obstante, assim como no número anterior da revista, trazemos também artigos que não incidem sobre a temática do dossiê, mas trazem contribuições igualmente relevantes para nosso campo de investigações, mais especificamente voltados para as interseções entre cultura digital e política. Desse modo, a presente edição da Contracampo conta com cinco artigos sendo, os três primeiros, parte do dossiê temático e os dois últimos de temas livres.

O primeiro artigo deste número, “Materialidades mediais — Notas sobre uma perspectiva pós-hermenêutica”, de Maurício Liesen (USP), apresenta uma bem articulada introdução ao próprio conceito de materialidade, situando suas contribuições para as teorias da comunicação e dos *media*.

O segundo artigo deste número, de autoria de José Claudio Castanheira (UFSC), intitula-se “O som implicado: ruídos como experiência material do filme”. Nele o autor desenvolve sua argumentação defendendo que objetos sonoros de filmes — incluindo-se os ruídos — devam ser analisados segundo uma perspectiva material que permita entender sua capacidade de “produção de presença”, de agir fisicamente sobre os corpos, espaços e demais atores sociais.

Encerrando o tema do presente dossiê, “Apropriar-se da materialidade: (re)visitar a história da escrita e do impresso no Brasil”, de Bruno Guimarães Martins (UFMG), traz relevante discussão sobre os meios de comunicação no Brasil unindo aportes teóricos “não hermenêuticos”, principalmente a partir dos trabalhos de Hans Gumbrecht e da historiografia.

Inserido na seção de temas livres, o artigo “A emergência dos piratas nas redes do capitalismo informacional”, de Rodrigo Saturnino (CEMRI-UAB/FCT), traz instigante discussão sobre o movimento dos Partidos Piratas e ciberativismo, destacando a potência da internet enquanto campo de afirmação de identidades políticas.

Por fim, o artigo “Twitter e esfera pública: pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da internet”, de Letícia Capone (PUC-RJ) e Arthur Ituassu (PUC-RJ/UFBA), apresenta interessante análise baseada em métodos quantitativos e qualitativos sobre o debate ocorrido no Twitter sobre o Marco Civil da internet, apontando para a preponderância de vozes especialistas no mesmo.

Desejamos uma ótima leitura!

Beatriz Polivanov e Marco Roxo

Editores-chefes da Revista Contracampo-UFF

## Equipe Editorial

### **Editores-chefes**

Marco Roxo (UFF)

Beatriz Polivanov (UFF)

Simone Pereira de Sá (UFF)

Angela Prysthon (UFPE)

### **Editores-executivos**

André Bonsanto Dias(UFF)

Camilla Tavares (UFF)

Igor Sacramento (UFRJ)

Melina Santos (UFF)

Melissa Ribeiro (UFF)

Simone Evangelista (UFF)

### **Editora-assistente**

Thaiane Oliveira (UFF)

### **Revisores**

Zeppelini Editorial / Instituto Filantropia

### **Produção Editorial**

Zeppelini Editorial / Instituto Filantropia

## Materialidades mediais. Notas sobre uma perspectiva pós-hermenêutica\*

Media materialities. Remarks on a post-hermeneutic perspective

**Maurício Liesen**

Pós-doutorando da Universidade de São Paulo, pesquisador do Núcleo de Estudos Filosóficos da Comunicação (FiloCom) e professor visitante na Universidade de Potsdam (Alemanha). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2014), Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (2007).

[mauricioliesen@usp.br](mailto:mauricioliesen@usp.br)

\*Trabalho produzido sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo ( FAPESP ) – Processo 2014/06555-7.

**PPG|COM** Programa de Pós-Graduação  
COMUNICAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO UFF

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

LIENSEN, Maurício. Materialidades mediais. Notas sobre uma perspectiva pós-hermenêutica. In: Revista Contracampo, v. 33, n. 2, ed. ago-nov, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 4-20.

DOI: 10.5327/Z22382577201500332761

Enviado em: 14 de mar. de 2015

Aceito em: 20 de ago. de 2015

**Edição v33n2/2015**  
**Comunicação e Materialidades 2**

**Contracampo**

Niterói (RJ), v. 33, n. 2, ago-nov/2015

[www.uff.br/contracampo](http://www.uff.br/contracampo)

e-ISSN 2238-2577

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## **Resumo**

A materialidade é um ponto cego teórico. É uma resistência, uma opacidade, uma negatividade: ela não pode ser tematizada por aquilo que ela carrega. Ela não pode ser representada. Para expor essa característica medial, este trabalho recorreu às obras de Hans Ulrich Gumbrecht e Dieter Mersch. Ambos fundamentam um campo denominado de pós-hermenêutico, no qual a materialidade emerge como um conceito-chave para se apreender as dimensões mediais e comunicacionais que estão para além ou aquém do sentido. Este texto buscou compor uma breve introdução ao conceito de materialidade para as teorias dos media e da comunicação.

**Palavras-chave:** materialidades; pós-hermenêutica; Teoria Negativa dos Media; Teoria da Comunicação.

## **Abstract**

Materiality is a theoretical blind spot. It is a barrier, an opacity, a negativity: it cannot be thematized, it cannot be represented. To expose this medial feature, this paper discusses the works of Hans Ulrich Gumbrecht and Dieter Mersch. Both establish a field called post-hermeneutic in which the materiality emerges as a key-concept to grasp the medial and communicative dimensions that are beyond of meaning's categories. This text intends to compose a brief introduction to the concept of materiality to the theories of media and communication.

**Keywords:** materialities of communication; post-hermeneutics; Negative Media Theory; Communication Theory.

Sob uma concepção mais genérica, a ideia de uma pós-hermenêutica pode ser figurada como uma caixa de ressonância teórica daquilo que se situa para além — ou aquém — de qualquer *a priori* interpretativo. Termos como alteridade, performativo, excesso, imediaticidade, revelação, testemunho, passibilidade, presença, limiar, atmosfera, sensação, latência, inoperância, materialidade, acontecimento, epifania, místico, súbito, inefável, sublime (para citar apenas alguns), buscam promover o pensamento daquilo que não encontra nenhuma representação ou linguagem apropriada. Por isso, não é de se surpreender que o pensamento pós-hermenêutico tenha como seu *locus* privilegiado a estética — não em sua acepção tradicional de estudo do belo e da arte, mas retomada como *αἴσθησις* [*aísthēsis*, palavra grega para sensação, percepção]<sup>1</sup>, como uma forma de conhecimento que não depende da reelaboração interpretativa.

A hermenêutica é entendida não somente como um esquema que busca a estruturação de um fenômeno para a sua consecutiva interpretação, mas é o próprio meio de produção de sentido, fruto de suas próprias metodologias. Por sua vez, a pós-hermenêutica não significa uma superação ou invalidação da hermenêutica, mas sim a exposição de elementos que não são considerados pelo pensamento hermenêutico ou cuja tentativa de interpretação esbarra sempre no insatisfatório que está além ou aquém do sentido, da ordem simbólica ou das estruturas de diferença: “Pós-hermenêutica é o nome que se dá para a explicação deste insatisfatório” (MERSCH, 2010, p. 13).

A reivindicação por um campo pós-hermenêutico ganhou seus contornos principalmente a partir da proposta de um campo não hermenêutico, como figurada na obra do teórico e ensaísta alemão Hans Ulrich Gumbrecht<sup>2</sup> (GUMBRECHT, 1998, 2004, 2006).

<sup>1</sup> A apreensão do mundo sem a mediação de conceitos está presente no termo estética desde a sua elaboração como disciplina filosófica (como ciência do conhecimento dado através dos sentidos), no século XVIII, pelo filósofo alemão Alexander Gottlieb Baumgarten (BAUMGARTEN, 1993). Entretanto, o conhecimento sensível proposto por Baumgarten era considerado por ele como inferior ao conhecimento lógico-racional. Como *aisthesis*, a estética se aproxima dos estudos de percepção e de medialidade, que buscam figurar uma experiência de encontro, cuja descrição ou reelaboração conceitual se mostra sempre insuficiente.

<sup>2</sup> Hans Ulrich Gumbrecht (\*Würzburg, 1948) é professor de Literatura Comparada da Universidade de Stanford. Seu pensamento contra-hermenêutico tem suas raízes na chamada Estética da Recepção, proposta em meados da década de 1960 por Hans Robert Jauss — seu orientador de doutorado na Universidade de Constança (*Konstanz*). A estética da recepção (também conhecida como Escola de Konstanz) reuniu, além de Jauss, o latinista Manfred Fuhrmann, o anglicista Wolfgang Iser e o germanista Wolfgang Preisendanz. A partir desses teóricos, a experiência estética tornou-se uma ferramenta investigativa fundamental para o estudo da literatura: *grosso modo*, o objetivo era definir os efeitos e os significados de determinada obra para o leitor contemporâneo para tornar possível a reconstrução do processo histórico no qual o texto é recebido e interpretado. Reafirmando o triângulo autor-obra-leitor, a estética da recepção quis destacar o papel deste último na história literária — a obra só acontece a partir do leitor: os textos são processos de significação que só se “concretizam” ou se “atualizam” na prática de leitura (Cf. COSTA LIMA, 1979; ISER, 1996; JAUSS, 1979). A Estética da Recepção, portanto, propôs um modelo hermenêutico de investigação a partir da experiência estética. Gumbrecht, reencenando a contraposição entre mestre e aprendiz, contra-argumenta a Estética da Recepção ao apontar os limites da hermenêutica por meio de suas reflexões sobre a própria experiência estética, que instaura efeitos de presença e imediaticidade que estão além ou aquém de qualquer processo de significação.

Já na década de 1980, Gumbrecht havia proposto o conceito de materialidades da comunicação na tentativa de apreender aquilo que está fora do escopo hermenêutico: “Originalmente, materialidades da comunicação eram todos aqueles fenômenos e condições que contribuem para a produção de sentido, sem serem o sentido em si” (GUMBRECHT, 2004, p. 28). Para Gumbrecht, o campo não hermenêutico deveria investigar justamente essas “condições de possibilidade de emergência das estruturas de sentido” (GUMBRECHT, 1998, p. 147). O objetivo, portanto, seria o de identificar elementos constitutivos das formas de comunicação sem subjugar-los à significação ou à interpretação. Como ele mesmo apontou, o conceito de materialidades da comunicação “se volta a um discurso no qual o som como som, o grafema como grafema e os gestos corporais como gestos corporais possam ser tematizados sem que, como significantes, se percam com a identificação dos significados que eles designam” (GUMBRECHT, PFEIFFER, ELSNER, 1988, p. 915). A proposta de um campo não hermenêutico, portanto, não é a de significação, e sim a de descrição desses fenômenos que participam da produção de sentido, mas não se manifestam no próprio sentido.

Para dar conta dessa proposta, Gumbrecht se volta à presença das coisas do mundo, à aparição das coisas aos sentidos. Para ele, todo tipo de evento em que nossos corpos e as coisas se relacionam produz efeitos de presença e efeitos de sentido. Eles são duas medidas correlatas<sup>3</sup>. O foco na presença seria uma forma de criticar o que, segundo ele, seria o causador do esquecimento do mundo: a metafísica, o cartesianismo e a hermenêutica (como parte de um mesmo campo semântico). A sua teoria ganha vigor em 2004, com a publicação do livro *Productions of Presence: what meaning cannot convey* [Produções de presença: o que o significado não pode expressar]<sup>4</sup>. Nessa obra, Gumbrecht dialoga com a filosofia do francês Jean-Luc Nancy<sup>5</sup> e reafirma a presença como algo que surge apagando qualquer vestígio de representação. Para Nancy, a presença é aquilo que nasce e que não cessa de nascer e o nascimento figura aquilo que está no excesso de toda representação (NANCY, 1993, p. 2).

<sup>3</sup> Dieter Mersch (2010, p. 19) sugere que isso já havia sido apontado por Hegel, nas suas *Lições sobre Estética [Vorlesungen über Ästhetik]*, quando a palavra alemã para sentido [*Sinn*] é concebida tanto como sentido (significado) quanto sentido (sensação). Tal fenômeno é observado sem grandes problemas de tradução no português, já que a palavra pode ser empregada dessa mesma forma.

<sup>4</sup> Sintomaticamente, na edição alemã o título da obra foi traduzido como *Diesseits der Hermeneutik: Über die Produktion von Präsenz* [Deste lado da hermenêutica: sobre a produção de presença]. Interessante notar que a preposição quando substantivada — “Diesseits” — significa “a vida terrena, a vida neste mundo”. Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Diesseits der Hermeneutik*. Suhrkamp Verlag, 2004.

<sup>5</sup> Em particular, no seu livro *The birth to presence* [O nascimento à presença], publicado originalmente em inglês pela Universidade de Stanford em 1993.

Por sua vez, a experiência estética assume no arcabouço teórico gumbrechtiano um papel fundamental por possuir a capacidade de acentuar os efeitos de presença em detrimento dos efeitos de sentido. Por meio de sua característica de excepcionalidade, ela seria capaz de recuperar o sentimento de ser tomado pelas coisas do mundo. Por intermédio do seu caráter repentino e provisório, a acentuação do efeito de presença seria capaz de anular o imperativo do sentido, da interpretação, ou seja, o conceito de presença agiria contra as demandas universalistas da hermenêutica.

É no campo da produção estética que Gumbrecht busca dar um passo além da elaboração teórica, particularmente nos livros *In 1926: Living at the Edge of Time* [Em 1926: vivendo no limite do tempo], publicado em 1997<sup>6</sup>; e *Nach 1945: Latenz als Ursprung der Gegenwart* [Depois de 1945: latência como origem do presente], publicado em 2012. A partir de conceitos como atmosfera e latência, Gumbrecht trabalha na fronteira entre trabalho teórico-filosófico, literário e histórico, com o objetivo de reapresentar — no sentido de fazer novamente presente — um determinado momento da história, de manifestar como seria ter vivido, por exemplo, no ano de 1926. Não são livros que interpretam uma determinada época, mas a reencenam. Produzem uma presença<sup>7</sup>.

Entretanto, o conceito de presença não deixa de ser problemático para a filosofia. É um termo que tem uma longa carreira na história da metafísica ocidental — a mesma que a não hermenêutica de Gumbrecht critica abertamente. É a “metafísica da presença” — a experiência imediata de um sentido originário: a presença de uma ausência, da origem que impõe um sentido, que determina a expressão e que se torna superior à própria corporalidade ou materialidade (significado sobre o significante), ou seja, a presença de um sentido para

---

<sup>6</sup> Dois anos depois, a obra foi publicada em português. Cf. GUMBRECHT, H.U. *Em 1926. Vivendo no Limite do Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

<sup>7</sup> A importância do pensamento de Hans Ulrich Gumbrecht para o estudo da comunicação ainda carece de um olhar mais demorado por parte dos teóricos da comunicação no país, ou seja, de uma investigação que não apenas se debruce sobre os aspectos teórico-conceitual e epistemológico — o olhar sobre as materialidades da comunicação —, mas também sobre as suas implicações metodológicas. Uma exceção é o trabalho desenvolvido pelo professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Erick Felinto, que há mais de uma década aposta no estudo das materialidades como uma possibilidade de renovar os estudos teóricos da comunicação no Brasil (Cf. FELINTO, 2001, 2006). Do ponto de vista metodológico, as aproximações entre a abordagem gumbrechtiana e o método metapórico, proposto pelo teórico Ciro Marcondes Filho, ainda necessitam de uma consideração mais atenta. Sem se referir aos textos de Gumbrecht, o metáporo, contudo, é da mesma forma um método de pesquisa que se propõe a reapresentar, a reencenar, a manifestar um evento — no caso do teórico brasileiro, o acontecimento comunicacional — por meio do relato (Cf. o quinto tomo de MARCONDES FILHO, 2010a).

além da presentificação de uma coisa — que está na base da crítica do Desconstrutivismo do filósofo francês Jacques Derrida, particularmente em sua obra *Gramatologia* (DERRIDA, 2008), já que, para ele, a experiência de presença só pode ocorrer como um deslocamento, como um atraso, um retardo que, por sua vez, são os modos constitutivos da representação e da reflexividade.

Assim, a teoria da presença de Gumbrecht não acerta alguns pontos com a história do pensamento filosófico, deixando de fora um debate mais detalhado com o método que ele critica: o hermenêutico — termo que assume, em sua obra, sentidos mais genéricos. Gumbrecht tem a importância incontestada de apontar, ainda nos anos 1980, para um latente campo de pesquisa nas Humanidades, mas é com o filósofo alemão Dieter Mersch<sup>8</sup> que essa outra possibilidade de pesquisa — para evidenciar aquilo que está além das estruturas de sentido — é decalcada com contornos mais demarcados. Além de assumir um debate filosófico capaz de contrastar a posição pós-hermenêutica com outras abordagens — principalmente as de caráter semiótico, (pós-)estruturalista, hermenêutico e desconstrutivista —, Mersch refina a proposta pós-hermenêutica como um lugar privilegiado para se fazer uma filosofia dos media [*Medienphilosophie*].

A sua proposta de uma pós-hermenêutica é apresentada de forma mais contundente em seu livro homônimo, *Posthermeneutik*, publicado em 2010. Seu aparato conceitual, contudo, foi preparado durante mais de vinte anos de pesquisa em torno dos limites do simbólico, cujas definições centrais foram apresentadas principalmente nas obras *Was sich zeigt: Materialität, Präsenz, Ereignis* [O que se mostra: materialidade, presença, acontecimento] (MERSCH, 2002b); *Ereignis und Aura: Untersuchungen zu einer Ästhetik des Performativen* [Acontecimento e aura: investigações para uma estética do performativo] (MERSCH, 2002a). Como já se deixa antever pelos títulos dos seus livros, termos como materialidade, presença, acontecimento e performatividade são propostos na tentativa

---

<sup>8</sup> O filósofo e matemático Dieter Mersch (\* Köln, 1951) ocupou por dez anos a cátedra de Teoria e Filosofia dos Media na Universidade de Potsdam e atualmente é diretor do Instituto para Teoria da Universidade das Artes de Zurique (Institut für Theorie/Zürcher Hochschule der Künste). A sua pós-hermenêutica tem origens na crítica à semiótica e à racionalidade, tema do seu doutorado realizado na Universidade Técnica de Darmstadt, em 1992. Oito anos depois, ele escreveu a sua *Habilitation* (necessária na Alemanha para concessão do título de Professor) com o título *Materialität, Präsenz, Ereignis: Untersuchungen zu den Grenzen des Symbolischen* [Materialidade, presença, acontecimento apropriador: investigações sobre as fronteiras do simbólico]. Foi a partir da exposição dos limites da semiótica e da busca por abordagens alternativas para aquilo que excede as teorias representacionais que a sua teoria negativa se constituiu.

de se pensar o outro do hermenêutico, do semiótico e do estruturalista. Um outro que demanda outras categorias e formas descritivas. Não é uma tentativa de superar essas outras abordagens discursivas, de solapar o *linguistic turn* [virada linguística] do último século ou mesmo de invalidar seu apriorismo linguístico, mas uma tentativa de lidar com o resiliente, com aquilo que escapa a essas abordagens, daquilo que se mostra. A pós-hermenêutica ensaia a possibilidade de exibição desse mostrar-se como negatividade, como um excedente ou resto que não se deixa apreender pelas categorias fundamentadas no signo, na interpretação ou na estrutura. É um projeto contra qualquer totalização, contra aquilo que não permite o outro do sentido, da diferença ou da economia do simbólico. Uma abordagem do incompreensível e irrepresentável “que habita os paradigmas, discursos, figuras, modelos e visualizações como um parasita” (MERSCH, 2010, p. 23).

Uma explicação mais detalhada sobre a filosofia dos media de Dieter Mersch extrapolaria o espaço deste texto, que se propõe a apresentar uma introdução às aplicações do conceito de materialidade, por meio do pensamento pós-hermenêutico, aos estudos dos media. Por isso, deve-se apenas empreender uma breve discussão sobre os aspectos do arcabouço teórico de Mersch que dialogam diretamente com a proposta deste artigo. Tal incursão segue em dois momentos. Primeiramente, são apresentadas algumas distinções e aproximações entre a pós-hermenêutica e outras abordagens na história do pensamento do século XX. Em um segundo momento, são discutidos de forma um tanto sumária e esquemática alguns dos conceitos utilizados pelo filósofo que desempenham um papel importante para o debate em todo das materialidades da comunicação.

Talvez uma questão ingênua, mas necessária: por que criticar a interpretação, logo ela que é considerada a *raison d'être* das chamadas Ciências Humanas? A questão é ingênua porque exige uma pragmatização, uma operacionalização e conseqüente eliminação de qualquer abordagem que não possui como fim a produção de sentido. Uma questão necessária, porque demanda uma discussão com a história da formação das Ciências Humanas — o que ajuda na acentuação das diferenças da perspectiva pós-hermenêutica. Em sua obra, Mersch realiza uma detalhada crítica aos principais modelos teóricos das Ciências Humanas — principalmente os adotados pelos estudos dos media e pela filosofia da linguagem. É a partir da sua crítica principalmente aos modelos hermenêutico, semiótico, psicanalítico e estruturalista que o filósofo constitui seu aparato conceitual.

A hermenêutica é a teoria da compreensão. Seu nome deriva da mitologia grega, do deus mensageiro Hermes, que dentre as suas várias funções atribuídas está a capacidade de “traduzir” a língua incompreensível dos deuses para os homens, de interpretar o mistério e trazê-lo à compreensão, de iluminar o obscuro. Interpretação, tradução e compreensão são modos de revelação daquilo que está oculto. Tributária das interpretações dos textos bíblicos, toda hermenêutica está estritamente ligada à estrutura textual. Como Mersch (2005, p. 178) ressalta, o *medium* da hermenêutica é a linguagem e toda hermenêutica se orienta, consciente ou inconscientemente, à palavra. Ao contrário da semiótica, o seu objeto não é o signo em geral, mas o signo linguístico. Conseqüentemente, sob uma abordagem hermenêutica, qualquer outro objeto ou fenômeno que se busca compreender é necessariamente reduzido a um texto, a uma escrita, a um discurso.

Diante do avanço das Ciências Técnicas no século XIX, a hermenêutica surgiu como uma forma de assegurar a legitimidade das Ciências Humanas. Se as Ciências da Natureza criam objetos, formas de agir no mundo, as Ciências do Espírito interpretam, dão sentido a essas criações. Foi o filósofo alemão Friedrich Schleiermacher (\*1768 †1834) quem primeiro definiu o procedimento das Ciências Humanas como uma abordagem hermenêutica. Tal sugestão foi posteriormente aperfeiçoada por outro filósofo, Wilhelm Dilthey (\*1833 †1911), quem elevou a hermenêutica à categoria científica e a transformou no próprio método das ciências humanas. Três são os princípios desse método:

1. Só se pode compreender o que já se compreendeu;
2. Toda compreensão busca compreender o autor mais do que ele mesmo se compreende;
3. A compreensão é inconclusiva, ela não tem limites, nem começo, nem fim.

São três princípios inter-relacionados. Como Mersch observa, “o primeiro princípio parece iterativo porque ele se prova não como um paradoxo, como se ele fosse contraditório e, por isso, imprestável, mas sim porque ele eleva o ciclo como princípio da própria compreensão” (MERSCH, 2011, p. 65).

Esse princípio de circularidade foi refinado pela filosófica hermenêutica de Hans Georg Gadamer (\*1900 †2002). Em sua principal obra, *Wahrheit und Methode* [Verdade e Método (GADAMER, 1997)], publicada originalmente em 1960, o filósofo afirma que toda compreensão necessita de uma pré-compreensão. O entendimento adequado não pode prescindir de concepções, já que uma de suas características é a expansão do seu próprio

horizonte. Não existe entendimento sem pré-interpretações. Portanto, toda compreensão não possui uma origem, um início. A compreensão se realiza em círculos concêntricos: é a metáfora da água perturbada pelo arremesso de uma pedra que encarna a expansão dos horizontes da compreensão.

Tanto Gadamer quanto seu antigo orientador, Martin Heidegger (\*1889 †1976)<sup>9</sup>, radicalizam a hermenêutica ao elevar a linguagem — particularmente a linguagem escrita — como o princípio para o entendimento do mundo. É a partir dessa mesma radicalização que surgem os limites da hermenêutica. Essas fronteiras estão precisamente na própria universalidade do linguístico. Quando ele é atacado ou posto em cheque, a hermenêutica entra em crise (MERSCH, 2007a, p. 349).

Tal crítica pode ser estendida à semiótica. O diferencial é que, em vez de se propor uma interpretação de um incessante acontecimento discursivo textual, a semiótica se ocupa de um incessante acontecimento sígnico. Com o conceito de signo, a semiótica dá uma base material ao sentido. É o signo — que relaciona um objeto à sua significação — que está no foco das investigações. Para um dos fundadores da Semiótica, o pensador norte-americano Charles Sanders Peirce (\*1839 †1914)<sup>10</sup>, não existe pensamento fora da semiose: “O único pensamento que possivelmente pode ser conhecido é o pensamento em signos. Entretanto, um pensamento que não pode ser conhecido não existe. Por isso, todo pensamento deve ser necessariamente em signos” (PEIRCE, 1965, p. 165 [CP 5.251])<sup>11</sup>. Tais estruturas de pensamento — hermenêutico e semiótico — permeiam diversas abordagens dentro das chamadas Ciências dos Media e da Comunicação, desde a sua instituição como campo

<sup>9</sup> Para fins de contextualização neste momento do texto: Heidegger deu uma importante contribuição à filosofia da linguagem ao definir o ser a partir da linguagem, já que todo falar sobre ela é autorreferencial. Segundo o filósofo, é impossível tematizar a linguagem de outro lugar além da linguagem, já que a ferramenta necessária para a sua reflexão já seria linguagem. Por isso, somos/estamos na e pela linguagem. Todo discurso sobre a linguagem está “emaranhada num modo de dizer (...) que pretende justamente liberar-se da linguagem para representá-la como linguagem e assim exprimir o que assim se representa. Isso testemunha imediatamente que a própria linguagem já nos trançou num dizer” (HEIDEGGER, 2008, p. 192 e passim). Para a relação da filosofia heideggeriana com a teoria dos media, cf. ainda (MERSCH, 2013, p. 210-211).

<sup>10</sup> A semiótica de Peirce não constitui apenas uma epistemologia, mas uma metodologia, um modo de abordagem capaz de estruturar e esclarecer o mundo dos sentidos — mesmo que em detrimento de qualquer coisa que não pertença ou não caiba no conceito de signo.

<sup>11</sup> Tal reflexão faz parte do texto *Questions concerning certain faculties claimed for man* [Questões concernentes a certas faculdades reivindicadas pelo homem], publicado em 1898 no *Jornal of Speculative Philosophy* (v. 2, p. 103-114). A referida citação faz parte da resposta à quinta questão, *Whether we can think without signs* [Se nós podemos pensar sem signos] (Cf. PEIRCE, 1965, p. 150-151 CP 5.250- 5.253).

acadêmico. Mesmo que por vezes não filiados diretamente a alguma dessas correntes, boa parte dos estudos comunicacionais possui como seu principal elemento constitutivo o apriorismo sógnico ou linguístico. Seja na concepção de que todo fenômeno mediático é um texto esperando ser lido, seja na aceção de que todo suporte técnico e a sua medialidade possam ser decupados em relações de signos, tais apriorismos agem diretamente na não problematização de conceitos-chave — comunicação e *medium* — para a formação de uma teoria comunicacional. Alguns exemplos, de forma esquemática:

- para a hermenêutica, a linguagem é o *medium* do entendimento, e a comunicação, o próprio processo de compreensão;
- para a semiótica, o signo é o *medium* do sentido, e a comunicação, o processo de significação, a semiose;
- para a psicanálise, os símbolos são o *medium* do sentido, e a comunicação é seu processo de deciframento.

O que se procura com esses métodos não é a medialidade do *medium* ou o processo de comunicação, mas a interpretação e o sentido (Cf. MERSCH, 2010, p. 148 e ss.).

Se por um lado a hermenêutica, a semiótica e a psicanálise são bastante produtivas na criação de formas de entendimento e de discurso — portanto fundamentais para a constituição do campo da comunicação — por outro lado, a totalização/redução de qualquer fenômeno em linguagem ou signo não alcança modalidades expressivas que não se deixam reduzir ou até mesmo que questionam o primado linguístico. Esse mal-estar teórico pode ser observado nos estudos comunicacionais da música instrumental, das artes de vanguarda, do cinema experimental, etc. particularmente quando a materialidade é posta em evidência em detrimento de qualquer sentido.

Os limites da abordagem hermenêutica nas Ciências Humanas foram testados durante todo o século XX, seja no campo das práticas, pela crise da representação nas artes e na literatura, seja no campo teórico, pelos inúmeros *turns* que sucederam o *linguistic turn*<sup>12</sup>, que havia substituído o *a priori* da consciência pelo *a priori* linguístico:

---

<sup>12</sup> O termo ficou conhecido após a publicação de uma antologia com título homônimo do filósofo pragmático americano Richard Rorty, em 1967, que pôs sob o mesmo guarda-chuva conceitual teorias de campos diversos, como a filosofia, a linguística e os estudos literários — principalmente os do início do século XX — que tinham como eixo central o estudo das estruturas da linguagem.

sai de cena o primado do sujeito e da consciência e entra a investigação da medialidade das estruturas de consciência — formas nas quais o pensamento, a percepção e o conhecimento se expressam. Em meados da década de 1970, o estruturalismo francês<sup>13</sup> até se estabelece como uma alternativa, cujo centro de investigações não recai sobre o signo, mas sobre as estruturas de sentido. Entretanto, tal abordagem manteve, de forma semelhante, o significado e a produção de sentido como a categoria de análise sociocultural, seja com o foco no sentido simbólico, na natureza sígnica ou na sua estruturalidade como ordem simbólica:

a universalização do hermenêutico assim como do semiótico, do estruturalismo, do pós-estruturalismo e da teoria dos sistemas constituem apenas variantes de uma totalização idealista que, ao invés da racionalidade do conceito, aplicam a incontornabilidade do sentido, do signo, da linguagem, da estrutura, da diferença, etc. (MERSCH, 2010, p. 24-25).

É só a partir do final dos anos 1980 que se pode falar sobre movimentos teóricos capazes de questionar a predominância do *linguistic turn* por meio de abordagens que buscam alternativas para o paradigma linguístico. Essa necessidade de se pensar o aquém ou o além da linguagem ganhou forma por intermédio dos vários *turns* que pulularam nas Humanidades: *iconic* ou *pictorial turn*, *performativ turn*, *body turn*, *material turn*, *spatial turn*, *narrative turn*, *ludic turn*, *medial turn*, para citar alguns. “Todos eles buscam tornar válido aquilo que escapa à fixação do sentido e à linguagem: o momento da prática, da materialidade, do espaço, do jogo, etc.” (MERSCH, 2011, p. 111).

Desses vários *turns*, o performativo desempenha um papel importante no esqueleto teórico de Mersch. Não apenas por já se tratar de uma virada prospectiva, com um programa de pesquisa, mas por ser um conceito que lida com a *praxis*, que busca descrever a dimensão das práticas que devem ser realizadas, instauradas, conduzidas, que são parte do real e que só se efetuam como tal. Grosso modo, o retalho conceitual do performativo foi costurado em três momentos principais: nos estudos etnográficos sobre os rituais realizados, entre outros,

---

<sup>13</sup> Deve-se ressaltar o caráter sumário deste texto. Devido às necessidades esquemáticas para se posicionar o lugar da pós-hermenêutica no discurso contemporâneo, um estudo de caráter analítico e verticalizado sobre cada um desses movimentos é evidentemente sacrificado.

pelo antropólogo escocês Victor Turner; na filosofia da linguagem, mais precisamente com a teoria dos atos de fala, proposta pelo filósofo inglês John Langshaw Austin e desenvolvida por seu aluno, o filósofo norte-americano John Rogers Searle, a partir da filosofia de Ludwig Wittgenstein; e, por fim, no campo artístico com a arte da performance, a partir da década de 1960. Em comum, as chamadas teorias da performatividade empregam o performativo como uma categoria-chave para a descrição de processos que não emergem necessariamente do simbólico. Os modos performativos, como a alusão ou o apelo no falar, por exemplo, são aquilo que desempenham sua função no recolhimento: o falar, “não ocorre nem a ‘unidirecionalidade’ do conceito, nem a formatação da razão, mas sim, ele se realiza em uma *metafórica do mostrar*” (MERSCH, 2010, p. 11, grifos no original). Com isso, retoma-se as duas dimensões da ideia básica da pós-hermenêutica:

1. Toda relação se refere sempre a algo que já não é determinado através dela: “Assim, ‘há’ um ‘outro da relação’ que pode ser associado principalmente com a ‘dádiva’ da ‘ex-sistência’ [*Ex-sistenz*]” (MERSCH, 2010, p. 26);
2. A relação está fundamentada em algo que a carrega e a entrega sem que este esteja contido nela:

Nenhuma relação pode se relacionar com aquilo que a estabelece, como nenhuma função é capaz de figurar a sua própria figura. (...) O que funda a relação permanece ‘recolhido’. Ao mesmo tempo, ‘há’ antes a possibilidade de relação. O modo desta possibilidade é imanente à forma da relação (MERSCH, 2010, p. 26-27).

A ex-sistência, por sua vez, não descreve nenhuma propriedade, mas as condições básicas de qualquer propriedade, aquilo que tanto a possibilita quanto a transporta, imiscuindo-se em sua definição. Como o filósofo explica,

[a ex-sistência] antecede tanto os conceitos e seus determinantes, como os signos e os media. Isso não significa apenas que estes — como esquemas relacionais — devam se relacionar com algo anterior — isto seria de novo a repetição da pergunta da referência —; antes uma *antecipação* aos próprios literalmente se revela na medida em que é inerente, que é este *ser próprio*,

ou seja, que também deve estar fundamentado *em alguma coisa* e deve se destacar de si. Consequentemente, não existe nenhum signo, nenhuma estrutura, nenhuma significação ou mediação, nem mesmo a instanciação de uma diferença ou de um rastro sem a sua emergência a partir do ‘há’ como ‘fundamento’, portanto, sem a base de qualquer forma de ‘ex-sistência’, de maneira residual (MERSCH, 2010, p. 24, grifos no original).

O que dá a relação, não pode ser parte da relacionalidade. Ele permanece sempre estranho a ela. “Nenhum conceito, nenhum signo ou *medium* encerra, designa ou mediatiza a sua própria ‘ex-sistência’” (MERSCH, 2010, p. 24, grifos no original). Por isso, o conceito de materialidade é estritamente ligado à ex-sistência. A materialidade está “enraizada” nela, pois deve “haver” algo para que algo surja. A materialidade é aquilo que resiste, que atrapalha, que torna opaco:

Os resíduos do ‘asemiótico’ ou do ‘amedial’ constituem a *materialidade das coisas*, a *corporalidade dos corpos*, mas também os restos, os vestígios indelévels de que nunca seremos senhores, a *decadência*, o *envelhecimento* ou a *erosão temporal*, que não podem ser apreendidos, conceituados ou tocados e que anunciam a finitude irrevogável do mundo (MERSCH, 2010, p. 11, grifos no original).

A pós-hermenêutica se ocupa, portanto, do excesso, do suplemento, da mediatização e da significação.

Essa insuficiência está registrada no próprio conceito de presença. Mersch retoma o termo sugerido por Hans Ulrich Gumbrecht, só que o concebe como negatividade e defende-o sob uma perspectiva contrária a Derrida, ou seja, uma presença “que se assenta sobre a insuficiência crônica ou aquele não abrir-se, que se revela como lugar paradoxal dentro da *mediação* ou da cadeia de significados, portanto, da estrutura e da escritura” (MERSCH, 2010, p. 21-22, grifos no original). A experiência de presença não pode ser conformada ou remoldada por intermédio de conceitos, muito menos pode ser excluída ou negada.

A negatividade é um conceito fundamental para a pós-hermenêutica de Dieter Mersch. O não é uma recusa de qualquer reivindicação construtivista de

soberania, seja linguística ou estrutural, contra qualquer reivindicação totalizadora. A negatividade, portanto, é uma abordagem do precário, do provisório. É a impossibilidade de dispensa da presença, como algo que possa ser negado. A negatividade é uma dupla figuração: “trata-se de uma ‘constelação quiasmática’ que produz um cruzamento entre negação e afirmação e que se deixa apenas ser marcada indiretamente” (MERSCH, 2010, p. 26). É nesse método indireto que a pós-hermenêutica mostra a sua importância. Como Mersch (2010, p. 15) justifica, a aposta da pós-hermenêutica se constitui na afirmação de que esse jogo de transparência e opacidade não se distingue em esquemas de uma experiência “imediata” nem nos fantasmas de uma mudez mística, mas sim que ele é inerente desde o princípio às práticas de significação ou mediação como uma colateralidade, uma co-ocorrência que não se pode ignorar.

Entretanto, esse olhar fronteiro não é novo. O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (2000) já havia denunciado desde o século XIX o caráter frágil e provisório das interpretações. As investigações fenomenológicas de Martin Heidegger (1985, 2003, 2008, 2009) já se movimentaram nas margens do pensamento. A filosofia ética de Emmanuel Levinas (1988, 1991, 2008) trouxe para o centro do pensamento aquilo que não pode ser apreendido conceitualmente: o outro. O conceito de *différance* de Jacques Derrida (1991, 2008, 2009) evidenciou o aspecto inapreensível do infinito jogo de diferenças dentro da linguagem. O pensamento heterológico de Georges Bataille (1985, 1987, 1989, 1992), o discurso noturno de Maurice Blanchot (1983, 1987, 1988, 2005, 2007) e a filosofia do fora de Jean-Luc Nancy (1991, 1993) fornecem os elementos para se pensar a comunicação e a obra para além das categorias hermenêuticas, semióticas ou estruturais.

A leitura, discussão e reelaboração desses autores e da sua recepção contemporânea é um desafio urgente que se apresenta para uma teoria da comunicação que quer se ocupar daquilo que escapa a uma definição adequada: seus aspectos estéticos, éticos, místicos, existenciais, materiais, performáticos. Este artigo buscou contribuir para a exposição de possíveis caminhos para uma abordagem dessas dimensões negativas — como aquilo que se nega a uma definição adequada — a partir do debate em torno da constituição de um campo pós-hermenêutico.

## Referências

BATAILLE, Georges. *Visions of excess: selected writings, 1927-1939*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

\_\_\_\_\_. *A literatura e o mal*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

\_\_\_\_\_. *A experiência interior*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BAUMGARTEN, Alexander Gottlieb. *Estética: a lógica da arte e do poema*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

BLANCHOT, Maurice. *La communauté inavouable*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

\_\_\_\_\_. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_. *The unavowable community*. Tradução Pierre Joris. New York: Station Hill Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Conversa Infinita 1: a palavra plural*. São Paulo: Escuta, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Conversa Infinita 2: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007.

COSTA LIMA, Luiz. (ED.). *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

\_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FELINTO, Erick. Materialidades da comunicação: por um novo lugar da matéria na teoria da comunicação. *Ciberlegenda (UFF)*, n. 5, 2001.

\_\_\_\_\_. *Passeando no labirinto: textos sobre as tecnologias e materialidades da comunicação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; PFEIFFER, K. Ludwig; ELSNER, Monica. (Org.). *Materialität der Kommunikation*. Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. *Productions of Presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Pequenas crises: experiência estética nos mundos cotidianos. In: GUIMARÃES, C. (Ed.). *Comunicação e experiência estética*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HEIDEGGER, Martin. *Unterwegs zur Sprache - Gesamtausgabe I. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1910-1976*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1985.

\_\_\_\_\_. *Holzwege - Gesamtausgabe I. Abteilung/Bd. 5*. Frankfurt am Main: V. Klostermann, 2003.

\_\_\_\_\_. *A caminho da linguagem*. Tradução Márcia Sá Cavalcante Schuback. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Hegel - Gesamtausgabe III. Abteilung: Unveröffentlichte Abhandlungen (Vorträge - Gedachtes)*. 2. ed. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2009.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996.

J AUS, Hans Robert. O prazer estético e as Experiências Fundamentais da Poiesis, Aesthesis e Katharsis. In: COSTA LIMA, Luiz. (Ed.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEVINAS, Emmanuel. *Existence and existents*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1988.

\_\_\_\_\_. *Otherwise than being or beyond essence*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.

\_\_\_\_\_. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O princípio da razão durante: o conceito de comunicação e a epistemologia metapórica [Nova Teoria da Comunicação III - Tomo V]*. São Paulo: Paulus, 2010.

MERSCH, Dieter. *Was sich zeigt. Materialität, Präsenz, Ereignis*. München: Fink, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Ereignis und Aura: Untersuchungen zu einer Ästhetik des Performativen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2002b.

\_\_\_\_\_. Gibt es Verstehen? In: ALBRECHT, Juerg; HUBER, Jörg. (Eds.). *Kultur Nicht Verstehen*. Edition Vo ed. Zürich: Springer, 2005. p. 109-126.

\_\_\_\_\_. Orte der Bedeutung: sechs Thesen zu Sprache und Alterität. In: BUBNER, Rüdiger; HINRICHS, Gunnar. (Eds.). *Von der Logik zur Sprache: Stuttgarter Hegel-Kongreß 2005*. Hamburg: Klett-Cotta, 2007. p. 349-364.

\_\_\_\_\_. *Posthermeneutik*. Hamburg: Akademie Verlag, 2010.

\_\_\_\_\_. *Einführung in die Medienkulturwissenschaft*. Vorlesung ed. Potsdam: EMW Uni Potsdam, 2011.

\_\_\_\_\_. Tertium datur: introdução a uma teoria negativa dos media. *Revista Matrizes*, v. 7, n. 1, p. 207-222, 2013.

NANCY, Jean-Luc. *The inoperative community*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *The birth to presence*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. *Über Wahrheit und Lüge: Ein Essay, Aphorismen und Briefe*. Frankfurt am Main: Insel Verlag, 2000.

PEIRCE, Charles Sanders. *Colected Papers: Volume V (Pragmatism and Pragmaticism)*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1965.

## O som implicado: ruídos como experiência material do filme

The implicated sound: noise as a material experience of film

**José Cláudio Siqueira Castanheira**

*jcscastanheira@gmail.com*

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor e coordenador do Curso de Cinema da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador na área de Estudos do Som, Cinema e Música. É um dos autores do livro *Reverberations: the philosophy, aesthetics and politics of noise* (2012), editado por Michael Goddard, Benjamin Halligan e Paul Hegarty, e do livro *Small cinemas in global markets: genres, identities, narratives* (2015), editado por Lenuta Giukin, Janina Falkowska e David Nasser. Atua também como compositor de trilhas sonoras e *sound designer* para filmes.

**PPG|COM** Programa de Pós-Graduação  
COMUNICAÇÃO UFF  
MESTRADO E DOUTORADO

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

CASTANHEIRA, José Cláudio Siqueira. O som implicado: ruídos como experiência material do filme. In: Revista Contracampo, v. 33, n. 2, ed. ago-nov, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 21-43.

DOI: 10.5327/Z22382577201500332737

Enviado em: 14 de mar. de 2015

Aceito em: 15 de jul. de 2015

**Edição v33n2/2015**  
**Comunicação e Materialidades 2**

**Contracampo**

Niterói (RJ), v. 33, n. 2, ago-nov/2015

[www.uff.br/contracampo](http://www.uff.br/contracampo)

e-ISSN 2238-2577

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## **Resumo**

Abordagem comum aos estudos estruturalistas, a necessidade de atribuir determinados sons a determinadas fontes ignora a materialidade dos objetos sonoros e sua capacidade de produzir efeitos para além das esferas da linguagem. Este trabalho propõe uma investigação sobre essas diferentes formas de perceber o filme enquanto matéria audível. O som, tomado como produtor de presença, pode oferecer uma noção menos limitada da experiência cinematográfica.

**Palavras-chave:** materialidades; som; ruído; cinema; tecnologias.

## **Abstract**

Common approach to structuralist studies, the need to assign certain sounds to specific sources ignores the materialities of sound objects and their ability to produce effects beyond the sphere of language. This paper proposes an investigation on these different ways of perceiving the film as audible matter. Sound, taken as presence producer, can offer a less limited notion of cinematic experience.

**Keywords:** materialities; sound; noise; cinema; technologies.

## Introdução

A clássica divisão do som fílmico em diálogos, música e ruídos nos apresenta uma questão de significação. Abordagem cara aos estudos estruturalistas, a necessidade de atribuir determinados sons a determinadas fontes ignora a materialidade dos objetos sonoros e sua capacidade de produzir efeitos para além das esferas da linguagem. Alguns tipos de sons transcendem ou mesmo questionam a ideia de representação de objetos ou eventos por meios sonoros. Entre eles podemos citar o ruído, em suas diferentes formas; o silêncio, elemento não menos plural; e os sons das próprias tecnologias. Estes últimos carregam a assinatura sonora dos diferentes modelos de produção, histórica e culturalmente determinados. A análise fílmica tradicional — baseada em práticas interpretativas e na busca de sentidos ocultos sob a forma do filme — ignora, comumente, essas dimensões do som. O cinema, analisado como texto, não permite um recorte tão particular e, ao mesmo tempo, limita novas abordagens teóricas. No caso específico do ruído — visto como algo que dificulta os mecanismos representacionais através de interferências e distrações —, notamos como as tecnologias de gravação e edição perpetuam um discurso que se funda na erradicação de qualquer elemento sonoro que não permita um nível mínimo de inteligibilidade. Algumas questões mais gerais, como a oposição entre analógico e digital — como se o primeiro fosse o modelo mais propício à produção de ruído e o segundo representasse uma instância de maior pureza, melhor relação entre sinal e ruído e maior proximidade com o objeto original —, são frutos desse discurso. No caso das tecnologias de som (isso pode, claro, se estender às imagens) e o modo como, a partir delas, constroem-se novos modos de ouvir o filme, podemos perceber como essa assinatura sonora vem mudando com o tempo. Obviamente contaminada por outros movimentos da cultura contemporânea, vemos estabelecer-se certa inaudibilidade nos filmes atuais. Um “silêncio dos alto-falantes”, como diz Chion (2009). Não ouvimos mais a base material do filme. Em contrapartida, a audibilidade de modelos mais antigos reveste-se de uma nostalgia que atribui a determinados ruídos uma capacidade de trazer de volta o passado.

Partindo de hipóteses apresentadas por Andy Birtwistle (2010), este artigo propõe uma investigação sobre essas diferentes formas de perceber o filme enquanto matéria audível, para além de parâmetros exclusivamente representacionais. A ideia, por Aden Evens (2005), de ruído de fundo enquanto movimento entrópico de reverberações em busca de equilíbrio

e, ao mesmo tempo, modificador do evento sonoro, dotando-o de maior expressividade, nos ajuda em nossa pesquisa. Por fim, as descrições de culturas de presença e de sentido, como propostas por Gumbrecht, demonstram diferentes formas de relacionamento com o mundo, possibilitando uma noção menos limitada da experiência cinematográfica.

## Som como entropia

Para Evens (2005), um corpo sensível é capaz de captar as diversas variações de pressão do ar e sintetizá-las como som percebido. Apesar das diferentes variáveis em ação — frequências fundamentais e sobretons, amplitude, formato, ataque, decaimento, entre outras características determinantes do timbre —, o som é percebido como evento único que se “contraí”, destacando-se de um fundo de múltiplas ondas em eterno processo de entropia. Os sons perdem energia, tornam-se esparsos, fundem-se cada vez mais ao ambiente, porém persistem. O ato de contração é provocado por qualquer evento que dote determinado grupo de frequências de potência suficiente para, a partir dos sons aparentemente imóveis, conseguir reiniciar um movimento de organização e novamente dispersão. Esse é um processo de vir à tona e novamente submergir que não cessa: “Todo som mascara uma história inteira de sons, uma cacofonia do silêncio” (EVENS, 2005, p. 14).

Esse fundo indistinto e confuso é o que Evens chama de ruído. A percepção atribui sentido ao som “contraído”, enquanto o ruído é o sem sentido, o não percebido. Porém, o ruído é também a base sem a qual não pode haver som. É a partir dele que aqueles elementos aos quais se pode atribuir algum significado são construídos.

Essa proposição é muito próxima da teoria termodinâmica dos corpos que Henri Atlan toma como base para a sua tese de auto-organização dos organismos. O ruído é necessário para a eterna atualização dos sistemas, colocando em xeque sua própria natureza: “O ruído provocado no sistema pelos fatores aleatórios do ambiente não seria mais um ruído verdadeiro a partir do momento em que fosse utilizado pelo sistema como fator de organização” (ATLAN, 1979, p. 56). Para Evens, há uma qualidade explícita no som percebido — destacado de seu fundo — e outra implícita no conjunto de sons que permanecem inaudíveis, mas que conformam todo som ouvido. Esse fundo é obscuro, mas responsável pela expressão do som explicado. A expressividade seria, então, uma ética

da implicação. Seria deixar o som à deriva entre a clareza e o ruído. A transição entre as duas esferas será sempre imprevisível, tornando cada experiência única. A dimensão implicada do som é específica da performance, do ao vivo, do evento em transcurso. Há uma negociação constante entre o audível e o inaudível.

O digital, como modelo de privilégio do sinal, esforça-se para excluir o ruído. Os elementos de menor resolução são deixados de fora, tornando a experiência do som gravado digitalmente carente dos elementos fortuitos e expressivos — o que o sistema analógico aceitaria de forma mais complacente. E aqui devemos fazer uma diferenciação entre o ruído gerado no ato de gravação, em que o funcionamento digital sem partes móveis favoreceria um descarte de tudo que não fosse sinal, e o ruído gerado no ato de reprodução, incluindo aí os efeitos provenientes dos circuitos eletrônicos de amplificadores, caixas etc.

É claro que, em alguma medida, no próprio ato de transdução da onda sonora por captadores, microfones ou afins, há algum tipo de transformação ou filtragem de um material sonoro que se tornou explicado em relação ao contexto implicado. O implicado do registro sonoro não é só o disperso no ambiente, mas também o horizonte possível de variações elétricas do sistema. Em que medida isso vai ser traduzido em um fundo implicado, nós saberemos apenas quando da reprodução. O implicado eletricamente não reverbera, não molda o explicado enquanto apenas forma de registro. Também nesse sentido, tanto a gravação digital quanto a analógica apresentam perdas de referências implícitas. As partes móveis do sistema analógico fornecem outro contexto implicado que só é conhecido na reprodução. Nesse momento, o implicado do registro soma-se ao implicado ambiente. O que poderia nos levar a pensar toda gravação como, em última instância, uma construção “ao vivo”, uma relação com o espaço.

Sistemas como o THX <sup>1</sup>, desenvolvido por Holman e institucionalizado em 1983 como uma divisão da Lucasfilm (constituindo em 2002 uma empresa independente), preveem justamente uma relação definida com esse espaço. O THX não é um sistema de gravação, mas uma “arquitetura” de exibição. Sua premissa é que todo som mixado e reproduzido segundo parâmetros certificados pela empresa soará exatamente da forma

---

<sup>1</sup> Padrão de sonorização de salas de cinema que inclui não apenas equipamentos como alto-falantes e amplificadores devidamente certificados, mas também um projeto arquitetônico que possibilita a reprodução de todo o espectro de frequências audíveis. Criado por Tomlinson Holman e nomeado a partir de suas iniciais.

como foi concebido na mixagem. Chion (1994) afirma que o THX foi pensado como uma consolidação do ideal de potência “seca” do cinema contemporâneo. Ou seja, enxuga-se o excesso de reverberações, o excesso de frequências estacionárias e/ou não desejadas. Ao definir estrutura, tamanho, formato e materiais usados na sala, o THX pretende controlar o processo de contração e de dispersão dos sons. A ecologia do espaço sonoro está nas mãos de um projeto que é objetivo e totalizante. Não há possibilidade de sons não desejáveis. Da mesma forma como os estúdios (tanto cinematográficos quanto fonográficos) tentam eliminar a assinatura sonora das salas de gravação, os sistemas de reprodução também ignoram a diversidade de escutas possíveis na sala de exibição em função de uma única escuta ideal. É como se ignorassem a escuta coletiva, uma vez que cada espectador está em um ponto diferente da sala, e procurassem definir centenas de lugares centrais. Um ponto de escuta privilegiado que pode, de forma análoga, lembrar a construção da perspectiva renascentista que tinha como centro o olhar do pintor. A escuta contemporânea nas salas de cinema tem como projeto ideal a ubiquidade da cadeira do mixador.

As assinaturas sonoras do espaço são banidas da mesma forma que as assinaturas sonoras das tecnologias. Equipamentos de primeira linha primam pela não coloração dos sons (não privilegiando quaisquer faixas de frequência), pela ausência de distorção harmônica total, pela potência etc. Sistemas de alta-fidelidade não corrompem o som original.

Mas que som original é esse?

O mito do “som original” pode ser também identificado no surgimento de algumas práticas destoantes da hegemonia digital atual, mas que não deixam de, ao mesmo tempo, corroborar modelos mais correntes de produção. Como que na contramão da popularização de sistemas digitais nas salas de cinema e nos estúdios de gravação, vemos a valorização de determinadas práticas associadas à “impureza” do analógico, como se este fosse dotado de um nível de “realidade” inexistente no digital. Essa apropriação do ruído analógico — seja por ferramentas digitais, seja pelo resgate de equipamentos antigos — revestiu-se de valores estéticos imediatamente associados a determinados grupos ou estilos musicais e a determinados realizadores experimentais. A “impureza” analógica traz as marcas de um sentimento “retrô” que se fundamenta menos na eficiência ou na objetividade do que na recuperação de afetos construídos ao longo do tempo. São memórias sociais embutidas em mecanismos que retornam, reavivadas por novas gerações e remodeladas

por novos dados de ambientes intensamente tecnológicos<sup>2</sup>. Como diz Simon Reynolds: “a cultura pop contemporânea é viciada em seu próprio passado” (REYNOLDS, 2011, p. 403).

Citemos um exemplo do campo musical... Nos anos 1990, época em que o som digital se consolidava como aposta das indústrias eletrônicas e de música, encontramos a seguinte consideração sobre o fenômeno “*lo-fi*” analógico que tomou conta das gravações de rock:

O vice-presidente sênior de artistas da Columbia Records observa: “Chiado de fita, ruído de amplificação de guitarra, resíduos de menor importância. Cinco anos atrás, nós teríamos limpado tudo isso. Mas hoje a sabedoria que prevalece é ser *lo-fi* [grifo do autor] e deixar o ruído virar parte da música.” Isso na tentativa de “capturar um som menos digital” e segue de braços dados com a adoção dos “ruídos incidentais e incorporá-los na mixagem para alcançar um *sentimento de realidade ampliado*” (CHUN *apud* EVENS, 2005, p. 177).

As práticas de gravação, mixagem e masterização cada vez mais dependiam de processos digitais. Mesmo assim, a utilização de elementos “*lo-fi*”, com ruídos “analógicos”, dava uma sensação de “realidade” à música desses grupos. Concedia autenticidade ao som. Apesar de se propor a oferecer uma experiência “pura”, não contaminada por ruídos, o som digital — pelo menos em uma fase inicial — foi recebido com suspeita e mesmo com desagrado por aqueles que o viam como menos caloroso, menos humano. O mesmo pode ser dito das imagens digitais.

Esse tipo de nostalgia foi bem menos evidente na atividade cinematográfica. O apelo estético do analógico, visto como mais expressivo por parte da produção fonográfica, não despertou grande interesse de uma indústria cuja maior preocupação era a previsibilidade dos eventos na sala de cinema. A diferença de uma experiência coletiva para uma que não dependia de uma audição conjunta certamente também teve influência na definição de um modelo digital de escuta cinematográfica. Lembrando que, mesmo quando o padrão de reprodução sonora no cinema ainda era analógico (o *Dolby Stereo*, por exemplo), sua grande

---

<sup>2</sup> Aqui é bom destacar a definição de Jacques Le Goff para memória coletiva: um campo de disputas entre as diferentes forças sociais. O que a história deixa de lembrar ou o que ela traz à tona são indícios desse tipo de manipulação.

virtude era justamente a segurança em relação aos diferentes modelos de som existentes no mercado. O *Dolby* não era ousado, era apenas compatível.

Ruídos analógicos foram eliminados de forma mais radical com o digital do que o foram com os filtros do *Dolby Stereo*. O implícito, no digital, não é algo que “vaza” apesar das barreiras tecnológicas. Desta vez, ele não faz mais parte do repertório das tecnologias. De forma similar ao mascaramento do ruído pelo uso de efeitos psicoacústicos, os novos dispositivos “ignoram” o que não é sinal. A diferença fundamental é que o condicionamento se dá sobre a “percepção” da máquina. Variações de sinais elétricos, medidas como unidades discretas, prescrevem rigidamente o que entra e o que não entra. O digital funciona como uma experiência de apenas “figuras”, sem “fundos”. Já o silêncio do *Dolby Digital* nos anos 1990, por exemplo, deveria ser absoluto, uma vez que silenciavam as máquinas, silenciava-se a sala e silenciava-se o espaço original. O espectador parecia, dessa forma, mais encarcerado do que na metáfora comumente usada dos prisioneiros da caverna de Platão.

Ainda sobre os sistemas auto-organizados, segundo a proposição de Atlan, a capacidade de lidar com novos arranjos, bem como com elementos variáveis e aleatórios, levaria esses sistemas complexos a identificarem padrões que são incorporados pelo sistema. Esses padrões constituem uma espécie de memória material utilizada como fundo para o aumento da diversidade e da complexidade. Tecnologias podem ser vistas como exteriorizações dessas memórias. Memórias que o próprio Atlan identifica também como formas de linguagem:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (ATLAN *apud* LEGOFF, 1990, p. 425)<sup>3</sup>.

Sair dos limites físicos do corpo significa processar e sedimentar essa relação entre memória e linguagem, esta última não apenas no nível verbal. Essa linguagem, presente nas

---

<sup>3</sup> Para Le Goff, a expansão e concessão da memória às máquinas trouxeram mudanças não apenas para o processamento e arquivamento de informações, mas também para a própria ideia de humano. Novas formas de percepção e relacionamento com o mundo surgem a partir dessa exteriorização da memória.

diferentes formas de tecnologias, é incorporada e naturalizada, como se fosse parte indissociável do humano. Friedrich Kittler (1990) chama as diferentes mídias de *Aufshreibesysteme*: sistemas de notação. Seriam como repertórios culturais que se inscrevem profundamente nos corpos das pessoas, criando marcas, cicatrizes, customizando, cerceando algumas ações e estimulando outras. É importante notar o quanto esse processo é intensamente físico, tanto de uma parte como de outra. Há uma necessidade urgente do atrito entre corpo e máquina para que ambos se reconheçam e passem a funcionar em conjunto.

Dessa forma, organizados como uma espécie de linguagem — que é portadora de sentidos que só podem ser apreendidos através do domínio de códigos específicos —, os dispositivos técnicos podem ser pensados também como formas de memória. Rotinas estabelecidas, hábitos cristalizados, sobre os quais lançamos novas experiências, produzindo resultados sempre distintos. Evitamos assim a estabilização através de um embate eterno entre códigos já estabelecidos e novos estímulos do ambiente. Instigamos a capacidade criativa dos sistemas ao minimizar a possibilidade de equilíbrio.

A relação entre tecnologias e passado indica, também, um modo de ouvir não apenas através das tecnologias, mas de ouvi-las elas próprias. A contextualização histórica nos permite descrever uma inaudibilidade das atuais tecnologias de som e uma incômoda audibilidade de tecnologias “antigas”. O regime de inaudibilidade preza pela transparência, isto é, não percebermos a mediação tecnológica presente e, conseqüentemente, atribuímos um grau de “fidelidade” maior ao som. Muito embora a maior preocupação das tecnologias digitais seja em relação à definição, a ideia de fidelidade ainda paira como um importante — e cíclico — elemento do imaginário tecnológico.

A possibilidade de “ouvir” o passado através de seus ruídos implica uma desnaturalização da própria ideia de ruído e uma relativização de qualquer relação entre o que é reproduzido e o que é efetivamente ouvido. Os efeitos de tornar o passado audível não incorporam apenas processos psicoacústicos, mas também construções simbólicas acerca das tecnologias de som.

## **Base material de sons e imagens**

Sons tratados como características ou indícios de objetos visíveis na tela são a forma mais comumente utilizada no cinema clássico narrativo. Até os anos 1970, salvo algumas experimentações anteriores, não era esperado dos elementos sonoros de um filme nada além de

reforçar o que a câmera enquadrava ou sugerir o que poderia ser enquadrado. Sons referiam-se a coisas e, por isso mesmo, tinham sua razão de ser dentro da narrativa. É sintomático que o uso do som de forma não representacional tivesse um maior impacto em formas artísticas que não o cinema. Mesmo as práticas de atribuir ao universo sonoro características dissociadas de objetos concretos, relacionando-os com afetos originários do contexto industrial e do pós-guerra, como nos movimentos de vanguarda do século XX, encontravam dificuldades para sua preservação. A possibilidade de “ouvir” a produção artística do início do século passado foi prejudicada pelo próprio uso limitado das tecnologias de gravação:

Como o próprio modernismo, o fonógrafo simbolizou um novo dia para a auralidade através de sua habilidade de rerepresentar praticamente qualquer som de novo e de novo ao sensorium e ao registro histórico. Entretanto, da forma como aconteceu, a fonografia estava ocupada gravando outras coisas além da produção sonora da arte moderna e, conseqüentemente, o registro de gravações é tênue (KAHN, 1999, p. 5).

Tecnologias forneciam a inspiração para novas formas de ouvir, porém não possibilitaram a recuperação dessa escuta. Gravações, pelo modelo constituído em torno do fonógrafo, ainda eram gravações de alguma coisa. O caráter representacional do registro sonoro inibia a relação direta com as dimensões materiais da gravação.

Muito embora nos anos 1950 e 1970 determinados gêneros cinematográficos explorassem novas negociações entre sons e imagens, ou entre sons e espaço, novamente a construção narrativa dificultava um modelo outro que não fosse o de uma descrição do que se via. O estranhamento era condição inescapável quando tratando de outros mundos ou outras realidades (no caso da ficção científica, por exemplo), mas, no fim, os outros mundos acabavam sendo uma analogia do mundo de sempre. A lógica mantinha-se a mesma.

Ouvir através das tecnologias ainda era parte do acordo entre espectador e filme. Ao cunhar a expressão “contrato audiovisual”, Chion (1994) tenta descrever os diferentes usos de som e imagem que tanto a teoria quanto a prática têm normalmente deixado em segundo plano, uma vez que a relação hierarquizada entre os dois ainda é tida pela aceção comum como natural e inevitável. Para a argumentação de Chion, o dado tecnológico funciona como moderador desse contrato justamente por permanecer “ausente”. O “silêncio” dos alto-falantes,

que Chion identifica em sistemas como o *Dolby*; ou a potência “seca”, em arquiteturas como o THX, são exemplos de desaparecimento da tecnologia em função da experiência imersiva. O que talvez não esteja sendo considerado nessa argumentação é que essa experiência, a partir da ocultação do dispositivo sonoro, continua reforçando modelos de representação pelo som. Para Birtwistle (2010), o problema nesse tipo de concepção é o de manter o som como algo secundário, como atributo, característica ou efeito de alguma outra coisa.

Ao reforçar a ideia de filme como um texto significante, com ênfase na atribuição arbitrária de sentidos a coisas através de sons e imagens, perdemos a noção da condição material que todo produto audiovisual tem em sua base. Todo filme funciona a partir de premissas anteriores à construção linguística. O sentido do filme está primeiramente atrelado a questões não textuais.

A questão da materialidade dos filmes é central para o conjunto de práticas e teorias sobre o “filme estrutural”, em alta entre os anos 1960 e 1970<sup>4</sup>. A relação entre as proposições acerca do filme estrutural e as práticas de vanguarda é evidente no que diz respeito à imagem. Propriedades visuais como cor, grão, movimento etc. são elencadas entre as principais inquietações dos cineastas. O filme deveria debruçar-se sobre sua própria matéria e realizar uma autorreflexão. Os aspectos visuais eram tratados como as propriedades características mais importantes do filme. Porém, a relação direta entre o suporte fotoquímico da película e sua manifestação objetivamente visual deixava o som fora da conversa.

Cada filme é um registro (não uma representação, não uma reprodução) de sua própria feitura. A produção de relações (*take* para *take*, *take* para imagem, grão para imagem, dissolução da imagem para grão etc.) é uma função básica que está em oposição direta à reprodução de relações (GIDAL, 1978, p. 2).

Mesmo quando mencionado por realizadores críticos à forma tradicional de filmar, o som permanece fora do projeto estrutural: como se recusá-lo fosse uma forma de não

---

<sup>4</sup> O “filme estrutural” é um movimento cinematográfico de vanguarda surgido nos anos 1960 nos Estados Unidos, migrando, posteriormente, para o Reino Unido. Dele fizeram parte realizadores como Peter Gidal, Michael Snow, Tony Conrad, Peter Kubelka etc. De um modo geral, os artistas se preocupavam mais com a “forma” do filme do que com seu “conteúdo”. Não confundir com o termo “estruturalismo”; apesar de parecidos, não são a mesma coisa. Para maiores informações, consultar o livro *Structural film anthology*, de Peter Gidal, constante na bibliografia.

ceder às imposições clássico-narrativas. Stan Brakhage deixa claro seu incômodo em relação ao uso de som em seus filmes:

Quanto mais acostumado eu ficava com a estética do som, menos eu sentia a necessidade de um acompanhamento sonoro para as imagens que eu fazia... Quanto mais dirigidas ao silêncio tornavam-se minhas filosofias criativas, mais inspirada pela música tornou-se minha estética fotográfica e meu efetivo método de edição, ambos produzindo um vir-a-ser da relação fisiológica entre ver e ouvir na construção de uma obra de arte em filme (*apud* JORDAN, 2003, sem paginação).

O som não é, portanto, uma questão para a vanguarda cinematográfica. Antes, sua ausência seria a forma mais clara de oposição ao modo institucionalizado de fazer filmes. Isso é aparentemente contraditório, uma vez que uma das maiores preocupações do filme estrutural seria com a duração: “No filme, a duração como parte material do tempo é a unidade básica” (GIDAL, 1978, p. 8). A duração era fundamental para “decifrar” a base material do filme e sua articulação com novas formas mediadas de “ver”. As técnicas deveriam ser “lidas” como criadoras de formas. Essas formas, em última instância, deveriam se tornar o “tema” do filme, sua “narrativa”. O filme estrutural propõe uma fetichização da forma.

A desconstrução da narrativa, embora inevitável em alguma medida, não é vital para esse tipo de argumentação. Ela é, contudo, útil por alienar os códigos institucionalizados. O sentido do filme não é mais exclusividade dos mecanismos internos de narração. Indo além, não é mais determinado por condições de produção. O evento cinematográfico alcança autonomia a partir de sua natureza temporal e espacial.

O som, como dissemos, apesar de sua óbvia existência no tempo e no espaço, não é levado em conta na proposta de Gidal.

Partindo igualmente das proposições de Chion, Birtwistle (2010) descreve a noção de “audiovisualidade”, em uma tentativa de incorporar o som a esse contexto de análise material do filme. Para Birtwistle, a relação entre som e imagem faz parte inseparável da experiência do filme. Altman (1992; 1995; 2004) deixa bem claro que, mesmo nas formas mais tradicionais, nunca houve uma experiência cinematográfica sem som. E esse som não era apenas aquele reproduzido mecanicamente, e nem mesmo apenas aquele executado por músicos ou sonoplastas, mas o som do próprio ambiente. A plateia e uma série de outras

condições indiretas ajudavam a construir esse espaço sonoro. Para Birtwistle, essa forma mais abrangente de pensar a dimensão sonora do filme, deslocando-a de um uma banda sonora fechada e não permeável para um conjunto que ultrapassa o próprio dispositivo, traz a discussão da experiência para um nível extratextual, não consciente.

Apesar do fato de que um cineasta como Stan Brakhage possa fazer a escolha consciente de não gravar uma pista sonora para um filme, exibições de seu trabalho não são nunca uma experiência puramente visual (BIRTWISTLE, 2010, p. 18).

Uma segunda característica dessa noção de audiovisualidade é a de que o cinema e as demais formas audiovisuais são mídias transensoriais. Isto é, o filme não pode ser reduzido às dimensões visuais e sonoras apenas. Essa seria uma forma de ignorar muitas das diferentes afetações físicas que ele pode suscitar. O termo “audiovisual” é, por si só, excludente, não dando conta das diversas qualidades sensíveis da experiência cinematográfica caso consideremos os demais aspectos materiais do filme.

Ainda, como terceira característica da audiovisualidade, devemos entender as relações entre som e imagem como sempre cambiantes. Ao mesmo tempo em que interpretamos intelectualmente os sentidos do filme em um nível textual, as diferentes materialidades do meio despertam e trabalham em um nível afetivo. O filme é composto de diferentes camadas de significação operando simultaneamente e das quais não temos necessariamente consciência.

Algumas dessas camadas, por estarem fora de regimes estabelecidos de percepção, tornam-se irreconhecíveis. Contestam modos hegemônicos de perceber o filme, não se inserindo em um campo epistemológico “legítimo”. Funcionam à margem dos modos clássicos de ver e ouvir, e nisso reside sua força. Como “ruído”, o som vale-se de suas propriedades materiais para questionar o caráter representacional com o qual é usualmente associado. Ele interfere, distrai e desorganiza.

### **Ruído de fundo e ruído de máquina**

O ruído de fundo e o ruído de máquina estão associados à interferência das tecnologias na experiência do filme. Eles desviam a atenção da estrutura narrativa, atrapalhando a “leitura”

do filme. Por esse motivo, o “avanço” tecnológico teve sempre como base discursiva a eliminação do ruído, favorecendo a transparência das tecnologias de gravação. O ruído sempre foi tido como um problema a ser eliminado, sendo que a perfeição técnica não é de forma alguma um privilégio das tecnologias digitais. A promessa de um mundo não perturbado por tais elementos indesejáveis e com ênfase total na parte “boa” do som — o sinal — está presente na fala de Donald MacKenzie nos anos 1930: “O objetivo de toda gravação é fornecer um som que será indistinguível do som que alguém teria da fonte original caso estivesse lá” (MACKENZIE, 1931, p. 84). Está também no trabalho contemporâneo de Stanley Alten: “De fato, pelo motivo da redução de ruído no processamento digital ser tão eficaz, livrar-se do ruído gravado e de sistema tornou-se um problema bem menor do que já foi um dia” (ALTEN, 2011, p. 176).

Alten sugere, nesse trecho, que o ruído é especialmente relacionado ao som analógico. Ao considerarem o analógico como fonte de ruídos — e o digital, conseqüentemente, como isento dele —, autores voltados para a descrição de práticas e métodos de produção e pós-produção, como é o caso de Alten, retiram o ruído da pauta do cinema contemporâneo. Não sendo mais um problema “real” a ser contornado, o ruído é tratado como perspectiva nostálgica, como algo que houve, mas que, atualmente, apenas pela simulação controlada poderia ser “reproduzido”. Isto é, o ruído perdeu sua potência disruptiva, sendo encapsulado em pastiches digitais. Ele é apropriado como uma memória afetiva de tecnologias passadas, mas que não pode ser completamente ressuscitada por dois motivos: primeiro, as tecnologias “evoluíram” e seria um contrassenso retornar a um estágio mais primitivo das formas de fazer filmes; segundo, o ruído estetizado não contesta nenhum tipo de ordem, função plástica ou de comunicação. Ele, antes, é fruto de uma lógica própria que o usa como o “outro” da tecnologia. Um fantasma que nos lembra do quanto avançamos para um futuro limpo e claro. O ruído funciona como um mito.

Ao mesmo tempo, o tema é sintomaticamente negligenciado pelos textos do campo de estudos cinematográficos. Ao passo que os estudos de comunicação apresentam uma postura relativamente conservadora, ao adotar o modelo matemático de Shannon e Weaver (1964), em que o ruído é uma interferência negativa no sistema, os trabalhos sobre filmes, de uma forma geral, não sabem como lidar com o tópico. Ele transcende questões hermenêuticas, dificultando o exercício de análise filmica, tão caro aos estudos de cinema. O motivo é justamente porque ruídos não devem ser notados: da mesma forma que as tecnologias de som em geral. Ter a consciência do ruído é ter a consciência do dispositivo mediando a

experiência. E aqui voltamos — mais uma vez — à questão da referência que sons devem fazer ao mundo real: a fidelidade de representação.

A aparência simulada de erro tornou-se um pastiche bastante comum em produções cinematográficas a partir dos anos 1990. Como um fenômeno relativamente recente, alguns segmentos da indústria passaram a apostar em uma “imperfeição técnica” para dar ao filme um maior índice de credibilidade.

O filme *A bruxa de Blair* (*The Blair witch project*, Eduardo Sánchez; Daniel Myrick, 1999) conta a história de três estudantes que desaparecem perto de Burkittsville, Maryland, em 1994. Somos informados de que os estudantes nunca foram encontrados e de que os “fatos” concretos sobre o seu desaparecimento são deduzidos a partir de imagens “amadoras” encontradas por acaso. O impacto que o filme teve mundialmente se deve, em parte, ao seu estilo “documentário”, induzindo as plateias a acreditar que se tratava de uma história real. Parte desse efeito foi conseguida por uma estratégia que articulava narrativas transmidiáticas, como relatos em *websites* contendo reportagens ou registros policiais. O filme teve um retorno aproximado de US\$ 248 milhões, um grande resultado para um projeto despretensioso.

A ausência de condições técnicas ideais como iluminação, boa definição de imagem e de som, assim como os “erros” de filmagem — enquadramento instável, movimentos aparentemente caóticos da câmera, impossibilidade de ouvir perfeitamente o que é dito ou o que acontece fora de quadro —, dá ao filme uma aparência de “real”. A produção finge ignorar a mediação técnica, fazendo com que o filme pareça um registro “verdadeiro” (muito embora não transparente) de algo que aconteceu de fato. É como se as imperfeições nos dissessem que não houve grande investimento para convencer o público daquela realidade. O ruído em imagens e sons nos leva a pensar que o material não sofreu nenhum tipo de intervenção “artificial” após o registro inicial, o que seria bastante incomum, dada a quantidade de recursos a que temos acesso hoje na gravação e edição de filmes. Consumimos o produto como se fosse o “material bruto” da filmagem, resultado de um registro fortuito, acidental. Enquanto imagens e sons tecnicamente perfeitos são um sinal de manipulação, em materiais mal acabados nós encontramos uma possibilidade do concreto: a assinatura “inocente” da máquina sem a intervenção criativa do diretor. A máquina seria imparcial na medida em que não adiciona “intenções” ao filme, mas é também opaca por esconder sob o manto do ruído os detalhes de sons e imagens.

Deste modo, os olhos e ouvidos do dispositivo assumem uma postura de apresentar a realidade, mas, ao mesmo tempo, de apresentar a si mesmos. Tornam-se visíveis e audíveis. Não é o caso de negar a metáfora da janela através da qual temos acesso direto ao mundo, como proposto por Bazin: agora percebemos que essa janela obrigatoriamente distorce esse mundo, e essa distorção é estetizada.

O século XX, especialmente a partir dos anos 1980, demonstrou um interesse crescente na reformulação e domesticação do ruído enquanto matéria afetiva — desde a incorporação de elementos estéticos de décadas passadas à música, arquitetura, design etc. até a exploração de diferentes tipos de suportes para gravação e exibição de filmes. Assim como no caso do renascimento do vinil para um nicho específico do consumo de música, a utilização de negativos de diferentes bitolas ou de câmeras antigas ou artesanais para alcançar efeitos propositalmente “sujos” ou “imperfeitos” tem como objetivo tornar a tecnologia aparente. O ruído é algo que se espera, como manifestação da base material tanto do áudio quanto do vídeo. Em uma via oposta ao que o desenvolvimento técnico de suportes — analógicos e digitais — e de processos de finalização tem sugerido ao longo dos anos, experimentações de alguns realizadores independentes tomam a matéria como elemento de significação e minimizam a importância da representação de som e imagens como indícios de uma realidade previamente dada.

Mesmo nas formas mais idealizadas de tecnologias sonoras é possível identificar-se a assinatura de um tipo de prática cinematográfica. Essa prática está associada a fatores estéticos e econômicos, mas igualmente a fatores ideológicos. O autoapagamento das próprias tecnologias é um desses fatores. A execução técnica da noção de fidelidade não consegue esconder essa sonoridade específica de cada modelo tecnológico. Tecnologias deixarão sempre rastros de diferentes tipos de ruídos, inevitavelmente. O dispositivo enquanto ideal é uma coisa, mas a concretização desse dispositivo em sistemas efetivos estará sempre sujeita a um nível maior ou menor de desorganização e entropia.

A invisibilidade das tecnologias é um efeito mais eficientemente levado a cabo pela proximidade. O passado é sempre mais audível do que o presente, seja pelo interesse das novas tecnologias continuarem a se impor como transparentes diante das “antigas”, seja pela dificuldade do espectador identificar diferentes tratos sonoros como comparação a tudo que “é ouvido” fora da sala de cinema. Quanto mais comuns os modos de escuta, mais naturalizados. Identificar os chiados de fitas magnéticas ou os cliques intermitentes

do som óptico é bem mais simples do que se referir ao “silêncio” pós-*Dolby*. Nesse caso, para Chion, a dimensão silenciosa é tão intensa que a relação inverte-se: os alto-falantes é que passam a ouvir a plateia. Ela não consegue ouvir os sons da máquina: mas até quando?

O ruído torna-se, portanto, instável, obedecendo a condições contemporâneas de deslocamento. O dispositivo só pode ser notado quando percebido como distante. Nesse sentido, cliques, chiados etc. provocam um sentido de passado que a reprodução sem “partes móveis” ainda não consegue. E nem é esse o seu projeto. Como dissemos, a transparência das tecnologias digitais (de fato, de qualquer nova tecnologia) só é afirmada pela opacidade das antigas. Isto é, uma apenas se afirma enquanto “oposta” à outra. Critérios técnicos, embora protegidos por argumentos racionais, demonstram, corriqueiramente, um forte apelo afetivo.

No caso de filmes antigos, o ruído de fundo bem como a compressão da voz ou a limitada extensão do espectro de frequências são logo abstraídos para que o espectador se concentre no conteúdo das falas. A escuta adapta-se a condições “imperfeitas” mediante uma negociação entre a percepção das diversas características físicas do som e a interpretação desse mesmo som através de estruturas linguísticas e/ou de representação. Não estamos falando de modos fixos de “leitura” (e o próprio termo já indica uma maneira tendenciosa de analisar a questão), mas de modos que são determinados no momento da exibição do filme e em relação a um contexto histórico e social. A “estética do imperfeito” atende a demandas da indústria contemporânea sendo que a própria criação de afetos a partir do ruído é uma de suas estratégias.

Ainda assim, o contrato estabelecido entre filme e plateia não é tão draconiano e exhibe brechas em que as duas partes podem desenvolver alternativas aos modos pré-programados de ouvir um filme.

Podemos pensar, especificamente, nos efeitos dos ruídos de pistas analógicas de som em filmes antigos sobre a experiência do espectador. Em particular aqueles produzidos pelo som óptico. Aqui, descrevemos o ruído de fundo (*ground noise*) como aquele produzido por aspectos físicos da película e que se apresenta quando de sua exibição. Os arranhões e demais formas de desgaste na pista óptica, produzindo um contínuo som de “fritura”, são um bom exemplo. Já os ruídos de sistema não necessitam que o filme seja projetado para existirem. A corrente elétrica se encarrega de produzi-los assim que o circuito é ligado. Possuem uma independência do som gravado na pista sonora e criam um fundo constante.

Tanto ruídos de fundo quanto ruídos de sistema podem ser pensados como o “som do filme”, literalmente falando:

Juntos, o grão e o arranhado da pista óptica encerram um aspecto do que pode ser pensado como o som do filme ele mesmo: o som produzido por uma pista sonora não modulada, um soar do material filmico e suas bases tecnológicas (BIRTWISTLE, 2010, p. 86).

Outros ruídos, produzidos por processos mais indiretos, também são somados aos dois mencionados anteriormente. Há o ruído de fundo do material gravado para o filme, anteriormente à mixagem, o que, de um modo geral, era feito em meio magnético até os anos 1990. O chiado da fita, por mais invasivos que pudessem ser os filtros aplicados nos processos de gravação, edição e mixagem, sobrevive indelével. Fruto do atrito entre cabeçotes e fita, o chiado mistura-se ao sinal e não pode ser removido sem o custo de outras frequências serem também atingidas. Sistemas de redução de ruído como o *Dolby A*, por exemplo, trabalhavam tendo em vista o efeito de *hiss* presente nas diversas faixas de frequência e mascarando a ação dessas frequências através de modificações na gama dinâmica dos sons gravados.

Alguns artificios utilizados para a diminuição de ruídos de fundo acabam por gerar uma sonoridade própria de cada época. Assim como, a partir dos anos 1970, o *Dolby* tornou-se praticamente um sinônimo de redução de ruídos, filmes da década de 1920 e 1930 utilizavam um tipo de *gate* bastante acentuado para “emoldurar” a fala dos personagens. *Gates* são dispositivos que reduzem o volume do som a partir de um nível preestabelecido. Nesses filmes, toda vez que algum silêncio surgia, o *gate* cortava o volume do som, criando uma passagem irreal entre fala e não fala, sem a existência de um fundo que disfarçasse os cortes. Os dois níveis de ruídos — o ruído de fundo dos processos de gravação e edição e o ruído de fundo da própria película rodando — não se confundiam e era claro quando a montagem silenciava o primeiro, deixando o segundo aparente.

Ainda nas primeiras décadas do cinema, a pouca sensibilidade de sistemas de gravação em negativo de filme — como o *Photophone* — também produzia um tipo bem específico de sonoridade. No sistema, um pequeno espelho refletindo um feixe de luz movia-se de acordo com a intensidade variável de uma corrente elétrica (produzida pelo microfone).

Ao mover-se, fazia com que a luz produzisse oscilação análoga à da corrente elétrica. Por não responder tão bem às pequenas variações, o sistema normalmente descartava sons de baixa intensidade e, ao mesmo tempo, registrava os sons mais altos sem muita sutileza. O som era, de modo geral, bastante alto e saturado.

Os efeitos descritos se impunham sobre um estilo de montagem que se pretendia invisível, ou seja, não poderia demonstrar a existência de uma intervenção nem sobre a imagem nem sobre o som. Este último sofria uma cobrança ainda maior, pois, sendo inevitável a existência do corte e das passagens entre planos, ao som cabia a tarefa de criar a continuidade, escondendo o ponto de vista das máquinas. Demonstrações claras para nós hoje das tecnologias “ultrapassadas” de cada um desses sistemas, tais recursos passavam por naturais e dificilmente eram encarados como sonoridades “inadequadas” em suas respectivas épocas.

Ainda hoje, os sons indesejáveis que porventura entram nas gravações, apesar do caráter direcional de microfones para cinema e do desenvolvimento de estratégias cada vez mais sofisticadas para exclusão de elementos externos às cenas, também podem representar um tipo de perturbação durante a audiência de um filme. Não são poucos os casos de sons que não deveriam “estar ali”, mas que, por um descuido técnico qualquer, são “descobertos” após o filme pronto.

A invisibilidade do dispositivo, por sinal, dá-se de forma também literal pela necessidade de esconder microfones e demais acessórios técnicos no set de filmagem. Um dos grandes pecados do profissional de som no set de filmagem é, como todos sabem, deixar o microfone ser flagrado pela câmera.

Birtwistle (2010) entende o sentido de passado produzido pelos ruídos de fundo e pelos ruídos de sistema como atrelado à perda de referência temporal que sons contínuos exercem em nossa consciência. Os microssons que constituem a pista óptica produzem um efeito ininterrupto e sem referência tonal, próximo ao de um *drone*.

Não há frases, não há grupamentos, nenhuma padronização ou variações memoráveis dentro da duração ocupada pelo som. No som do ruído de fundo e dos estalos da pista óptica, o mesotemporal, o macrotemporal, o objeto sonoro e os domínios microsonoros, conseqüentemente, se mesclam para se tornarem uma experiência sônica, colocando em movimento a estrutura

temporal de referência que trazemos para sustentar nosso engajamento com o texto do filme. [...] Esse som da tecnologia é não direcional e não narrativo, no sentido em que nem apoia a narrativa, nem demonstra algum desenvolvimento interno. Tais sons podem, portanto, ser pensados em termos de estase e suspensão (BIRTWISTLE, 2010, p. 104).

A experiência física da escuta sobrepõe-se ao desenvolvimento linear presente na narração cinematográfica e mesmo em estruturas musicais. Birtwistle associa o efeito do *drone* à eliminação da horizontalidade da experiência sonora, situando o espectador em um “presente” eterno. Esse presente expande-se em várias direções, escapando às referências temporais com que usualmente nos orientamos. A impossibilidade de acompanhar cada microelemento da textura de sons (como acontece também em sons de elementos naturais como vento, fogo etc.) apresenta à nossa consciência uma multiplicidade contínua, uma duração no sentido bergsoniano, que nos levaria a entrar em um mundo interior de pensamentos e memórias. A relação entre *drone* e memória contribuiria para a sensação de passado evocada por determinadas sonoridades. A associação entre ruídos de fundo e passado, antes mesmo dos primeiros serem pensados enquanto assinaturas de tecnologias antigas, dá-se pela não resolução de uma escuta constantemente situada entre o consciente e o inconsciente. A identidade dos sons permanece obscura uma vez que não se relaciona a elementos textuais, colocando em xeque qualquer referência a questões narrativas.

Nesse sentido, é mais difícil atribuir tais características ao ruído digital. Talvez seja difícil inclusive pensá-lo segundo os mesmos parâmetros.

## Conclusão

O discurso, encampado por tecnologias atuais ou antigas, que defende uma busca incessante pelo aprimoramento do registro sonoro revela algumas facetas interessantes não apenas das tecnologias, mas do corpo social como um todo. Investigar as relações construídas historicamente entre esse corpo e os dispositivos tecnológicos é tentar lançar um olhar cuidadoso e menos assertivo sobre nossas representações de mundo.

Este trabalho parte da perspectiva de que as tecnologias não são um fator ingênuo dentro das relações discursivas, semiológicas ou epistemológicas presentes na sociedade. A análise do som (especialmente o som do filme) a partir de premissas textuais e de perspectivas interpretativas retira deste (ou limita significativamente) a capacidade de atuar em dimensões físicas, a partir de suas condições materiais. Ao som é negada uma ação direta sobre as coisas e sobre o próprio homem, ação que prescindiria da necessidade de interpretação ou de atribuição de significados. O som enquanto produção de “presença”.

Gumbrecht (2004) propõe uma tipologia que descreve, de forma gradual e não estanque, especificidades das chamadas “culturas de presença” e das “culturas de sentido”. Entre as características a serem percebidas nas culturas de sentido, estaria o pensamento enquanto autorreferência humana (consciência ou *res cogitans*); ao passo que, nas culturas de presença, o corpo coloca-se como referência central. Ainda, em uma cultura de sentido, haveria uma separação entre homem/consciência/sujeito e mundo/matéria/objetos; numa cultura de presença essa separação é menos visível, o homem não se coloca como excêntrico ao mundo e os objetos portam sentidos que não necessitam de uma interpretação para vir à tona. Em uma cultura de sentido, essa exegese é fundamental para a validação de qualquer conhecimento; em uma cultura de presença, por outro lado, esse conhecimento é revelado por deuses, pelas próprias coisas, por epifanias. Nesta, o conhecimento seria compartilhado pelos objetos existentes que só podem ser entendidos via uma disponibilidade de cada um e por um laço fugaz que une tudo. Não cabe ao sujeito promover esse conhecimento do mundo, mas a este próprio desvelar-se.

O “espaço” se apresenta como dimensão primordial em culturas de presença. É pelo espaço que os corpos se relacionam entre si e com o cosmos. Como consequência dessa relação entre corpos e espaços, é inevitável que o atrito se faça presente. Esse atrito pode resultar, facilmente, em práticas violentas. O corpo é exigido de diferentes maneiras: seja em rituais ou na forma de se apresentar diante de outros corpos.

O atrito é, não à toa, uma das principais causas do ruído em tecnologias de som. Violentamente, ele manifesta-se sobre o sinal, deturpando a experiência “ideal” de audição de músicas e filmes. Tecnologias de redução de ruído pautaram-se, desde sempre, por uma tentativa de prever o comportamento desse elemento absolutamente imprevisível. Partem da assunção de que há partes a serem preservadas e outras a serem descartadas na escuta. Modos de perceber são organizados nessa relação tecnicamente mediada.

Tecnologias refletem e são reflexo de contextos reticulares. Como tal, não podem ser vistas como elemento inócuo. O humano constrói e é construído pelo técnico. A técnica não está presente apenas nos dispositivos, mas estes são uma formalização de discursos sociais: desde o somatismo tecnológico de Ernst Kapp (2007) até as teorias mais gnósticas como a da redenção do humano pela máquina, como nos descreve o sociólogo Hermínio Martins com seus conceitos de imagem fáustica e de imagem prometeica da técnica (MARTINS, 2012; 2005; 1996). Tendo isso em vista, talvez possamos tanto quanto entender as tecnologias através da noção de humano, compreender o humano como igualmente refletido em suas tecnologias.

## Referências

ALTEN, Stanley. *Audio in media*. Boston: Wadsworth, 2011.

ALTMAN, Rick (Ed.). *Sound theory/sound practice*. New York: Routledge, 1992.

\_\_\_\_\_. Nascimento da recepção clássica: a campanha para padronizar o som. *Imagens*, n. 5, p. 41-47, ago./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. *Silent film sound*. New York: Columbia University Press, 2004.

ATLAN, Henri. *Entre le cristal et la fumée: essai sur l'organisation du vivant*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.

BIRTWISTLE, Andy. *Cinesonica: sounding film and video*. Manchester: Manchester University Press, 2010.

CHION, Michel. *Film: a sound art*. New York: Columbia University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. *Audio-vision: sound on screen*. New York: Columbia University Press, 1994.

EVENS, Aden. *Sound ideas: music, machines and experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

GIDAL, Peter (Ed.). *Structural film anthology*. London: BFI, 1978.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

JORDAN, Randolph. Brakhage's silent legacy for sound cinema; rethink the art of hearing through Brakhage's silent filmmaking. *Offscreen*, v. 7, n. 2, Feb. 2003. Disponível em: <<http://offscreen.com/view/brakhage3>>. Acesso em: 10 out. 2013.

KAHN, Douglas. *Noise, water, meat: a history of sound in the arts*. Massachusetts: The MIT Press, 1999.

KAPP, Ernst. *Principes d'une philosophie de la technique*. Paris: J. Vrin, 2007.

KITTLER, Friedrich. *Discourse networks - 1800/1900*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

LEGOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MACKENZIE, Donald. Sound recording by the light-valve system. In: COWAN, Lester (Ed.). *Recording sound for motion pictures*. New York: McGraw-Hill, 1931, p. 84-95.

MARTINS, Hermínio. *Experimentum humanum: civilização tecnológica e condição humana*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

\_\_\_\_\_. The metaphysics of information: the power and the glory of machinehood. *Res-Publica: Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*. I, p. 165-192, Lisboa, 2005. Disponível em: <[http://www.herminiomartins.com/the\\_metaphysics-1.pdf](http://www.herminiomartins.com/the_metaphysics-1.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*. Lisboa: Século XXI, 1996.

REYNOLDS, Simon. *Retromania: pop culture's addiction to its own past*. New York: Faber and Faber, 2011.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Champaign: The University of Illinois Press, 1964.

## Apropriar-se da materialidade: (re)visitar a história da escrita e do impresso no Brasil

Appropriating materiality: (re)visiting the history of writing and print in Brazil

**Bruno Guimarães Martins**

*bruno.morca@gmail.com*

Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

Fonte de financiamento: este artigo faz parte do projeto "Artífices, tipógrafos, editores: (re)visitar a história da imprensa nas Minas oitocentistas", financiado pelo CNPq.



Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

MARTINS, Bruno Guimarães. Apropriar-se da materialidade: (re)visitar a história da escrita e do impresso no Brasil. In: Revista Contracampo, v. 33, n. 2, ed. ago-nov, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 44-62.

DOI: 10.5327/Z22382577201500332760

Enviado em: 14 de mar. de 2015

Aceito em: 25 de ago. de 2015

**Edição v33n2/2015**  
**Comunicação e Materialidades 2**

**Contracampo**

Niterói (RJ), v. 33, n. 2, ago-nov/2015

[www.uff.br/contracampo](http://www.uff.br/contracampo)

e-ISSN 2238-2577

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## **Resumo**

Sensíveis às materialidades da comunicação e às diferentes formas de apropriação de mundo “não conceituais” (comer, penetrar e misticismo), assim como formuladas por Gumbrecht para incluir no horizonte da crítica uma perspectiva “não hermenêutica”, buscamos no presente artigo compreender a história dos meios de comunicação no contexto brasileiro, especificamente em relação à escrita e aos impressos. Para tanto, nos aproximamos de três diferentes “lições de escrita” (Lévi-Strauss, Derrida e Certeau) que apontam caminhos para perceber como a escrita é apropriada por uma cultura “ágrafa” e de que forma a própria historiografia pode nos fornecer brechas para pensar o “não escrito” da história. Finalmente, buscamos identificar em nossa história alguns exemplos dessas diferentes formas de apropriação que se desviam da interpretação.

**Palavras-chave:** Materialidade da comunicação; campo não hermenêutico; impresso no Brasil.

## **Abstract**

Sensitive to materialities of communication and different forms of “non-conceptual” world-appropriation (eating, penetrate and mysticism), as formulated by Gumbrecht to include in the critical horizon a “non-hermeneutics” perspective, we seek to understand in this article the history of the media in the Brazilian context, specifically in relation to the written and printed. In order to do so, we approach three different “writing lessons” (Lévi-Strauss, Derrida and Certeau) that point to ways of understanding how writing is appropriated by a culture which has no written forms, and how historiography itself can provide gaps to grasp the “unwritten” in history. Finally, we seek in our history some examples of appropriation that deviate from interpretation.

**Keywords:** materiality of communication; non-hermeneutical field; printed in Brazil.

## A materialidade do impresso e a subjetividade moderna

Na busca de uma construção histórica que leve em conta a compreensão de seus processos de transformação, Hans Ulrich Gumbrecht se afasta da noção de uma história holística, regida por leis que pretendem descrever uma realidade totalizada. Diante das dificuldades para definir um horizonte e as relações entre as várias perspectivas possíveis (econômica, política, cultural, literária, etc.), o autor se apoia em Niklas Luhmann para buscar na “história das formas de comunicação e dos meios de comunicação o substituto funcional para a antiga história em si mesma” (GUMBRECHT, 1998a, p. 71). Foi o conceito de “sistemas sociais”, desenvolvido por Luhmann, que conduziu Gumbrecht para uma análise da materialidade dos media como determinante para o sentido. Ao destacar a comunicação na articulação dos sistemas sociais, Luhmann implicaria as transformações dos media em todos os outros subsistemas sociais.

Para exemplificar historicamente as relações entre materialidade e sentido, Gumbrecht (1998) recorre ao século XV, quando a rápida ascensão do Reino de Castela à condição de primeira superpotência de alcance mundial coincide com a substituição dos manuscritos em pergaminho por livros impressos. As prensas tipográficas, cuja presença foi amplamente estimulada pelos reis Fernando e Isabel, realizaram uma ampla “transcrição da vida cotidiana”, substituindo os traços do corpo nos manuscritos pelo aparecimento da figura de um autor, cujas intenções se faziam notar nos textos impressos pela recorrência de estilos e ideias. Recuando à Idade Média, para desdobrar seu exemplo, Gumbrecht identifica na consolidação das línguas vernáculas em manuscritos, ao final do século XIII, um primeiro sintoma dessa transformação. Uma vez que a escrita já não era mais executada exclusivamente por clérigos, mas também por um número cada vez maior de escribas leigos, surge uma fratura na divisão tradicional do trabalho. O sentido cosmológico fora deslocado da autoevidência intrínseca à hierarquia religiosa tradicional para um espaço social e comunicativo difuso, em que havia a necessidade de interpretar e explicar o sentido. Apesar dessa relevante modificação, manuscritos vernáculos continuavam a evocar o corpo por meio da caligrafia dos escribas; todavia, tais vestígios se tornariam cada vez menos visíveis nos impressos.

A ambiguidade sugerida por uma antiga denominação da tipografia — *black art* — mantém na oscilação de sentidos (arte e magia) resquícios de sua dimensão presencial.

Entretanto, as letras impressas apresentam ao leitor uma voz que, a despeito dos vestígios tipográficos, pretende conduzi-lo até os significados intencionados. Ao mediar um jogo de consciências entre autor e leitor, a disseminação do impresso possibilitou a “ação social à distância”, ou seja, era possível comunicação sem presença. Se a leitura do manuscrito era indissociável das singularidades caligráficas e, por vezes, acompanhada pela recitação oral, a impressão tipográfica consolidou o caminho na direção de uma leitura silenciosa. Mesmo que fosse possível e praticada anteriormente, a relação do leitor com letras impressas mecanicamente potencializou e popularizou o aspecto individual e silencioso da leitura. Se concordamos que a regularidade dos tipos móveis inibia a performance corporal na leitura, as intenções do autor deveriam estar explícitas para que fossem interpretadas pelo leitor. Nessa nova configuração, o impresso surge como um medium revestido de intenção, por meio do qual autores se comunicam com a consciência de seus leitores. O declínio da autoridade dos intérpretes e a diversidade dos contextos de recepção despertam a necessidade de se estabelecerem estratégias de interpretação para os textos que circulavam sem a presença de seus autores. A imprensa disseminou um processo de significação que parecia não depender do corpo, fazendo então surgir uma nova estrutura mental para a era moderna: a subjetividade.

## **Profundidade e superfície**

A conotação negativa de expressões como “leitura superficial” ou “pessoa superficial” indica o valor atribuído à superfície e ao corpo, em oposição à “profundidade espiritual”. Uma perspectiva não hermenêutica deseja resgatar à atividade acadêmica o tema da superfície, da materialidade, do corpo e da sensibilidade estética em uma tentativa de superar a supressão do corpo operada pela imprensa. Dessa forma, aspectos estéticos da experiência poderiam ser considerados não apenas na relação com significados, mas em seus movimentos de intensidade. Ao incluir na experiência do mundo a performance do corpo — que sempre interage com alguma materialidade no processo de significação —, o campo não hermenêutico desloca o interesse pela identificação ou pela produção do sentido para a descrição das condições em que o sentido emerge.

Com a inclusão do campo não hermenêutico no horizonte da crítica, semântica e formas dos conteúdos abrem espaço para “os mutáveis meios de comunicação como elementos constitutivos das estruturas, da articulação e da circulação de sentido” (GUMBRECHT, 1998b, p. 147). As mudanças estruturais pelas quais passam os meios de comunicação provocam um profundo impacto sobre o sentido e suas formas e também reconfiguram as funções dos processos comunicativos, interferindo sobre a mentalidade dos indivíduos envolvidos. Ao relacionar a centralidade da hermenêutica com as transformações no sistema comunicativo, ampliando sua área de influência da crítica para o cotidiano, Gumbrecht posiciona o impresso em um lugar decisivo para se compreender a configuração de uma subjetividade moderna. Tanto nas primeiras formulações das materialidades da comunicação quanto na configuração do campo não hermenêutico e seus desdobramentos para o conceito de “produção de presença”, o deslocamento epistemológico sugerido por Gumbrecht destaca uma noção central de emergência, enfraquecendo a centralidade do sujeito na produção de saber. Ao localizar historicamente a emergência da figura epistemológica do observador de segundo grau, indicando como marco para sua inevitabilidade o século XIX, o autor pretende, com base em seu paradoxo, observá-la e questionar sua própria validade. Se o início da modernidade opera a separação entre corpo e espírito, fazendo surgir uma distância entre aquele que observa e o que é observado, um segundo momento de modernidade epistemológica inverte a operação ao transformar sujeito em objeto. O termo alemão para ciências humanas é revelador, pois *Geisteswissenschaften* pode ser traduzido como “ciências do espírito”. Nesse sentido, as ciências humanas são um sintoma do surgimento de uma nova figura epistemológica, o observador de segunda ordem, ou seja, aquele que se auto-observa no ato de observação.

A institucionalização do observador de segunda ordem questiona e torna mais complexa a produção do conhecimento, distinguindo-se de uma orientação positivista de criar um contexto livre de contradições. Como efeito da autorreflexão revela-se uma infinidade de pontos de vista, um “poliperspectivismo”, que produz uma desconfortável sensação de perda do referente cujo efeito, notado em outro contexto, é de certa “vertigem de relatividade”. A solução que se apresenta para tal instabilidade no âmbito da narrativa é a figura do autor, capaz de compor e integrar uma grande multiplicidade de pontos de vista. É nesse sentido que, ao privilegiar uma apropriação conceitual, as ciências que têm como objeto o homem, ou seja, o sujeito, afastam-se dos aspectos

sensíveis do mundo. A partir de então, para algo se mostrar verdadeiro dependeria de um afastamento de aspectos “corporais” do fenômeno observado. Foi simultaneamente a essas transformações que deram origem às “ciências humanas” quando se iniciou um sistema de comunicação impressa no Brasil. Portanto, considerando-se um passado pré-colonial e colonial sem prensas, acreditamos que uma perspectiva “não hermenêutica” pode fornecer um horizonte conceitual adequado para compreender a apropriação da imprensa e dos impressos no cotidiano brasileiro oitocentista, que nos parece distante de se caracterizar como “campo hermenêutico”.

### Diferentes formas de apropriação

Buscando seguir com aquilo que defende ser o mais importante legado de uma “estética da recepção”, Gumbrecht desdobra sua distinção de cultura de uma tipologia binária — “cultura de sentido” e “cultura de presença” — em quatro diferentes formas de apropriação de mundo, apresentadas desde um tipo ideal da cultura de presença até a sua polaridade oposta, uma cultura de sentido total. Tais tipologias pretendem inspirar “imagens e conceitos que nos ajudem a captar as componentes não interpretativas da nossa relação com o mundo” (GUMBRECHT, 2004, p. 114). Nesse sentido, o autor aponta que a forma mais direta de trazer as coisas do mundo à tangibilidade da presença é comê-las (*eating the things of the world*). Comer é um modo óbvio e crucial de se apropriar do mundo, como na celebração da eucaristia católica, quando se come o corpo e se bebe o sangue de Cristo. Uma segunda forma de apropriação se constitui ao se penetrar coisas e corpos, momento no qual “a fusão de corpos com outros corpos ou com coisas inanimadas é sempre transitória e, por isso, abre necessariamente um espaço de distância ao desejo e à reflexão” (GUMBRECHT, 2004, p. 115). O ato de se apropriar “penetrando” implica obviamente em uma relação corporal. Em uma terceira forma de apropriação de mundo característica da cultura de presença, quando a presença do mundo (ou de um outro) é sentida fisicamente sem, no entanto, identificar-se ou perceber o objeto que originou tal sentimento, temos o misticismo.

Essas três formas de apropriação que acabamos de descrever realizam no diagrama binário do autor um afastamento progressivo de uma cultura de presença em direção a uma

cultura de sentido. Em um curioso movimento, essas formas de apropriação são negadas pela formulação de regras que pretendem preservar seus agentes do medo despertado por elas, a saber, o medo de ser comido, o medo de ser penetrado ou violado e o medo de perder o controle sobre si mesmo. Por fim, os elementos que caracterizam a forma de apropriação exclusivamente espiritual, no polo de uma cultura de sentido, são a interpretação e a comunicação. Esta última forma de apropriação é típica para uma sociedade letrada, quando o texto impresso realiza a mediação entre as intenções de um autor e a consciência de um leitor. Para a cultura de sentido, o medo da apropriação se manifesta na possibilidade de uma “comunicação total”, uma situação em que todos os sentimentos e pensamentos mais profundos estão acessíveis a quaisquer outros.

Todo esforço tipológico se traduz em uma tentativa de sugerir conceitos que sejam capazes de aproximar a crítica de aspectos não conceituais da experiência obscurecidos pela institucionalização de uma lógica interpretativa pelo campo hermenêutico. Se em uma cultura de sentido a interpretação rege as relações com o mundo, suprimindo a superfície em busca da profundidade, em uma cultura da presença é justamente aquilo que é tangível ao corpo — “produção de presença” — o que comanda as mesmas relações. Vamos colocar agora tipologia a serviço do artigo. Interessa-nos compreender como a escrita e a imprensa, medium característico de uma cultura de sentido, reagiram (e ainda reagem) a formas de apropriação típicas de uma cultura de presença que, acreditamos, caracterizava (e ainda caracteriza) o cotidiano brasileiro.

## Lição de escrita

Quando não há condições para que se realizem “pontes” entre consciências distintas, que sentido é produzido na leitura de um texto impresso? Ou seja, se um texto não tem o seu sentido interpretado ou comunicado, o que ele significa? E mais, como ele significa? Que tipo de apropriação se configura diante de uma técnica cuja origem e sentidos se desconhece? De que maneira as formas de apropriação típicas de uma cultura de presença reagem diante da escrita e do impresso? Para formular respostas às questões, vamos inicialmente aprender algumas “lições” de um campo em que se desenham as fronteiras entre cultura de sentido e cultura de presença, a etnografia.

Em um fascinante capítulo de *Tristes Trópicos*, intitulado sugestivamente “Lição de escrita”, Lévi-Strauss relata um “incidente extraordinário” quando a escrita — ferramenta que produz a estratégia narrativa do antropólogo — é apropriada pelos indígenas. Vamos à descrição de tal “incidente”:

Insisti com o chefe para que procedesse as trocas sem demora. É então que ocorre um incidente extraordinário que me obriga a voltar um pouco atrás. É de imaginar que os Nambiquara não sabem escrever; tampouco desenham, com exceção de alguns pontilhados ou ziguezagues nas suas cuias. Porém [...] distribuí folhas de papel e lápis com os quais, de início, nada fizeram; depois, certo dia vi-os muito atarefados em traçar no papel linhas horizontais onduladas. Que queriam fazer, afinal? Tive que me render à evidência: escreviam, ou, mais exatamente procuravam dar a seu lápis o mesmo uso que eu, o único que então podiam conceber [...]. Para a maioria, o esforço parava por aí; mas o chefe do bando enxergava mais longe. Era provável que só ele tivesse compreendido a função da escrita. Assim, exige de mim um bloco e nos equipamos da mesma forma quando trabalhamos juntos. Não me comunicava verbalmente as informações que lhe peço, mas traça no seu papel linhas sinuosas e me mostra, como se ali eu devesse ler a sua resposta. Ele próprio se deixa tapear um pouco com sua encenação; toda vez que sua mão termina uma linha, examina-a ansioso como se dela devesse surgir algum significado, e a mesma desilusão se estampa em seu rosto. Mas não a admite; e está tacitamente combinado entre nós que a sua garatuja tem um sentido que finjo decifrar; o comentário verbal segue-se quase de imediato e dispensa-me de exigir os esclarecimentos necessários. Ora, mal ele reunira todo o seu pessoal, tirou do cesto um papel coberto de linhas tortuosas que fingiu ler e nas quais procurava, com uma indecisão afetada, a lista de objetos que eu devia dar em troca dos presentes oferecidos: a este, contra um arco e flechas, uma faca de arrasto! ao outro, contas! para os seus colares... Essa encenação prolongou-se por duas horas. Que esperava ele? Enganar a si mesmo, talvez; mais porém, surpreender seus companheiros,

convencê-los de que tinha participado na escolha das mercadorias, que obtivera a aliança com o branco e que partilhava seus segredos (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 280).

Apesar de Lévi-Strauss direcionar sua análise para o que identifica como uma função estrutural de dominação dos povos exercida pela escrita, desejamos inicialmente nos concentrar no ato de apropriação da escrita pelos Nhambiquara e, mais especificamente, na encenação do chefe que “se deixa tapear um pouco” pelo que escreve. De acordo com a descrição do antropólogo, ele parece atribuir certo poder mágico a essa prática de que desconhece a origem ou os significados. Incapaz de interpretar os significados da escrita, mas desconfiando de sua potência significante, o chefe mimetiza a escrita, reposicionando-a em seu universo simbólico. Ao fingir ler, o chefe conduzia um roteiro improvisado, realizado na fala, mas guiado pela encenação da escrita. Muito nos interessa a percepção da expectativa do chefe de “enganar a si mesmo”, pois daí parecem surgir os desdobramentos mais interessantes nessa apropriação. O autoengano possui uma dupla função: subjetivamente, ameniza as frustrações decorrentes da não compreensão de seus significados; objetivamente, é compensado pela eficácia persuasiva da própria encenação. O episódio ilustra as impurezas das formas de apropriação, sobrepondo a percepção mística da escrita a uma espécie de digestão da ferramenta para que aquilo que não se compreende seja capaz de produzir significado.

## Lição da lição

Relembramos aqui as críticas feitas por Derrida à Lição de escrita, revelando, surpreendentemente, que Lévi-Strauss faz parte de um “etnocentrismo pensando-se ao contrário como anti-etnocentrismo” (DERRIDA, 1973, p. 148, grifo do autor). Ao problematizar vigorosamente a noção de “escritura”, reconhecendo o jogo de diferenças na fala, Derrida acusa na retórica literária de a Lição de Lévi-Strauss um gesto que “separa a machado a escritura da fala”, gesto que acompanha a distinção formulada por Saussure. Derrida afirma que ao contrapor a encenação da inocência original de um povo “sem escritura”, sem história e sem maldade, um povo que não teria sido

“violentado” pela escrita, o etnógrafo incorre no risco de suprimir as diferenças que busca descrever. De acordo com Derrida, ao não problematizar o conceito de escritura, Lévi-Strauss desconsidera uma “arquiescritura” da fala e das ações de escrever — os “riscos e zigue-zagues” dos Nhambiquara — que não se encaixam em representações de um alfabeto fonético. Ao atribuir à escritura um valor negativo, mantendo, oportunamente para sua argumentação, uma distinção entre os povos históricos e os povos sem história, desprezaria qualquer potência emancipatória da escrita, que estaria perpetuamente ligada à dominação do homem pelo homem.

O que é a “Lição de escritura”?

Lição em um duplo sentido e o título é belo por mantê-lo reunido. Lição de escritura, pois é de escritura ensinada que se trata. O chefe Nhambiquara aprende a escritura do etnógrafo, aprende-a sem compreender; mais propriamente ele mimica a escritura do que compreende a sua função de linguagem, ou melhor, compreende o seu funcionamento, aqui acessório, de comunicação, de significação, de tradição de um significado. Mas a lição de escritura é também lição da escritura; ensinamento que o etnólogo acredita poder induzir do incidente no curso de uma longa meditação, quando, lutando, diz ele, contra a insônia, reflete sobre a origem, a função e o sentido da escritura. Tendo ensinado o gesto de escrever a um chefe Nhambiquara que aprendia sem compreender, o etnólogo, por sua vez, compreende então o que ele lhe ensinou e tira a lição da escritura. (DERRIDA, 1973, p. 150)

Depois de revelar como o “incidente extraordinário” poderia ser lido como uma parábola que remete às funções da escritura desde as suas origens (“a hierarquização, a função econômica da mediação e da capitalização, a participação em um segredo quase-religioso”), Derrida busca pela lição de a Lição. Tal lição implica em reconhecer que a estrutura presente de uma “arquiescritura” estaria disponível ao chefe Nhambiquara para que ele se apropriasse tão imediatamente da escritura. Sendo assim, seria necessário integrar à fala não escrita a violência e o jogo de diferenças da escritura, possibilitando aos Nhambiquara, ou seja, ao povo sem história, participar de um conhecimento e uma linguagem que possuem implicações intelectuais e teóricas.

## Lição outra

Parafraseando Lévi-Strauss, Michel de Certeau também busca por uma “lição de escrita” em *Histoire d’un voyage fait a la terre du Brésil*, relato da experiência do jovem seminarista Jean de Léry, que se aventurou entre os Tupinambás na Baía de Guanabara entre 1556 e 1558. Depois de identificar um conjunto de noções que no século XVII definem pela primeira vez etnologia — oralidade, espacialidade, alteridade, inconsciência — configurando uma ciência que se interessa “pelo que não está escrito”, em contraposição ao surgimento simultâneo de noções que baseiam a historiografia moderna (escrita, temporalidade, identidade, consciência), Certeau busca em um movimento de autorreflexão “o que o escrito diz da palavra”, ou seja, a presença da voz na escrita:

Interrogo-me sobre o alcance dessa palavra instituída no lugar do outro e destinada a ser escutada de uma forma diferente da que fala. Esse espaço da diferença questiona um funcionamento da palavra nas nossas sociedades da escrita [...] (CERTEAU, 2006, p. 212, grifos do autor).

A despeito de suas suposições implícitas sobre a oralidade, na escrita etnográfica é possível entrever vestígios da “palavra”, a presença de um outro se entrincheira em suas linhas. Certeau lê os relatos de Léry como uma cena etnográfica primitiva. Notando que foram publicados pela primeira vez em 1578, os relatos situam-se com transições das margens da modernidade. Se a diferença entre “eles” e “nós” já se encontrava marcada pela escrita, o frescor das narrativas desse protoetnógrafo nos permitiria ler tanto a operação escriturária circular de afirmação da identidade de um “mesmo” quanto os desvios da fabulação errante da voz de um “outro”. A “lição de escrita” em Léry se mostra, por um lado, pela função estratégica do relato de viagem, como afirmação do “mesmo”; e, por outro lado, a fascinação prazerosa que o narrador demonstra pela “palavra tupi” provoca um “buraco no tempo” devido à sua ausência de sentido, abrindo, assim, uma brecha para a manifestação da voz de um “outro”.

Uma tal alegria [escreve Jean de Léry, a propósito de suas impressões no decorrer de uma assembleia tupi] que não apenas ouvindo os acordes tão

bem medidos de um tal multidão, e sobretudo pela cadência e pelo refrão da balada, a cada estrofe todos conduziam vozes dizendo: heu, heuaüre, heüra, heüraüre, heüra, heüra, oueh, fiquei inteiramente encantado; mas também todas as outras vezes que me lembro disto, o coração sobressaltado, me parece que ainda os tenho nos ouvidos. (LÉRY *apud* CERTEAU, 2006, p. 215, grifos do autor)

Lançando mão da psicanálise para compreender a “Histoire”, Certeau identifica que o sucesso da escrita em reproduzir o “mesmo” provoca um efeito secundário não desejado, um dejetivo, uma recaída, um “resto”, que finalmente remete ao “outro”. A palavra sedutora, que se aproxima do “selvagem” em sua distinção ao “civilizado”, erotiza seu corpo, sua nudez, sua voz. A sedução do corpo selvagem promove uma abertura da escrita aos prazeres do significante, deparando-se com a dificuldade em representar o outro resta na escrita, o “inter-dito”, o que fornece subsídio para a revisão e para a imaginação historiográfica.

### Lições aplicadas

Em uma fascinante investigação histórica sobre o fenômeno chamado “santidade indígena”, ao final do século XVI, Ronaldo Vainfas descreve a apropriação da catequese jesuíta realizada pelos Tupinambás, fazendo surgir uma “idolatria insurgente” que mobilizou algumas centenas de indivíduos em torno da busca de uma “Terra Sem Mal”, espécie de paraíso mitológico tupi onde se encontraria uma fartura infinita sem trabalho e sem escravidão. Partindo de relatos da Inquisição portuguesa, o historiador revela como esses grupos messiânicos desenvolveram práticas e discursos de resistência à catequese e à escravidão. É interessante notar o registro de uma sacerdotisa, uma líder feminina, que inverte tanto a hierarquia convencional da religião católica quanto da organização social tupinambá, indicando um duplo movimento de transformação. Também é importante lembrar que além de Tupinambás e caboclos, os inquisidores notam a participação de portugueses (homens e mulheres) nos rituais, comprovando a sedução exercida pela “Santidade”. As menções à catequese dos líderes da Santidade indicam que eles tinham algum conhecimento da escrita e dos rituais católicos, que sincretizaram ao seu modo.

Um detalhe nos rituais da Santidade, quando se entoavam cânticos junto ao consumo de tabaco e cauim, mostrou-se particularmente interessante: a presença de “tabuinhas” com inscrições indecifráveis em suas “igrejas”:

Contou Simão Dias que, à porta do terreiro, na casa erigida como igreja dos índios, ficava uma cruz de pau; e no interior, penduradas pelas paredes, viam-se diversas tabuinhas de madeiras, pintadas com riscados “que eles diziam serem seus livros”. E no centro do terreiro, aparecia uma estaca alta de madeira enterrada no chão, sobre a qual se postava o ídolo, “que tinha uma cara figurada com olhos e nariz, enfeitado com paninhos velhos”. (VAINFAS, 1995, p. 130)

O que podemos deduzir dessas “tabuinhas” com base nas descrições do historiador? Sabemos que elas faziam parte de uma simbologia ritual, quando eram provavelmente “lidas” ou “cantadas” pelos seus participantes. No entanto, o que se escrevia ali? As inscrições não foram compreendidas pelos acusados da Inquisição, alguns deles alfabetizados. É provável que tais inscrições se aproximassem dos riscos e zigue-zagues dos Nhambiquara. Para “ler” essas “tabuinhas” da Santidade, talvez seja necessário seguir tanto os questionamentos de Derrida a respeito do conceito de escritura quanto escutar a voz do outro, como aponta Michel de Certeau. Se, por um lado, as inscrições das “tabuinhas” parecem modular uma pura representação rítmica, algo sem “sentido”, por outro lado, podemos deduzir que seu uso no ritual — independentemente do que estivesse ali “escrito” — simultaneamente marcava a identidade e afirmava a diferença da Santidade em relação à igreja que pretendia mimetizar.

Se nas “lições de escrita” as tipologias da cultura parecem claramente distintas, o mesmo não se repete no Brasil oitocentista, pois lá encontramos justaposições, hibridizações e distorções que marcam as apropriações de um novo espaço das letras. Entretanto, insistindo na hipótese de que a cultura brasileira mantém formas de apropriação típicas de uma cultura de presença, vamos tentar identificá-las. Em primeiro lugar, como podemos identificar o comer? Da antropofagia praticada pelos Tupinambás ao Manifesto Antropófago, essa forma primordial de se apropriar das coisas do mundo parece atravessar a cultura brasileira. De forma geral, poderíamos dizer que o “atraso” na produção das letras nacionais dispôs

um cardápio variado de “originais” a serem deglutidos e digeridos. Podemos compreender o Manifesto como uma reflexão da literatura brasileira, que buscava, no início do século XX, relacionar-se com as novas teorias e vanguardas europeias. Porém, se as chamadas vanguardas históricas questionavam a “instituição arte”, o que questionar aqui, diante da nossa conhecida fragilidade institucional? Era necessário dar um passo atrás, voltar às origens e à história das origens, voltar, então, à escrita da história para reescrevê-la, para reintroduzir a oralidade esquecida da língua geral, fazer da palavra morta palavra viva na performance de um manifesto, inventar uma nova história e uma nova literatura. Nesse sentido, a ânsia de devoração voltava-se não só contra os modelos estrangeiros, mas contra a própria escrita, reivindicando-se a oralidade das raízes indígenas e da influência africana. Em sua formulação poético-panfletária, ao lançar-se contra as instituições o Manifesto deseja escutar os vestígios do oral na história. Para que o mundo fosse levado à boca, buscando sabores e prazeres sensíveis ao corpo, era necessário recusar separações: “O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vacina antropofágica. Para o equilíbrio contra as religiões de meridiano. E as inquisições exteriores. Só podemos atender ao mundo orecular” (ANDRADE, 2001, p. 48, grifo meu).

Porém, antes dessa energia iconoclástica fazer com que a vanguarda tupiniquim voltasse seus ouvidos ao passado, lemos no artigo de abertura d’A Marmota na Corte a primeira variante das folhas publicadas pelo editor pioneiro Francisco de Paula Brito (sucederam a Marmota Fluminense e A Marmota), metáforas que associam diretamente linguagem, pensamento e, especialmente, os prazeres da leitura ao paladar, como se dissessem: “ler é comer”. É importante destacar que para o público oitocentista, pouco habituado à leitura e à imprensa, o didatismo da associação estabelecia para o impresso um tempo e um espaço no cotidiano:

Essa folha há de ser um guisadinho saboroso, e bem temperado por tal forma que faça os leitores ou convidados dela lamberem os beiços e pedirem repetição da dose: há de ser um pudim de cousas boas, já de levar o leite da verdade, o pão da religião, os ovos das pilhérias, o cidrão da lei, as passas da poesia, a noz moscada da crítica, e por fim a canela da decência para aromatizar o paladar das famílias, e dar uma vista agradável ao bolo. Ora pois, abram a boca e fechem os olhos para chuparem o petisco. (A Marmota na Corte, n. 1, 7 set. 1849)

E quanto ao penetrar? Não seria essa também uma forma de apropriação resiliente na cultura brasileira, cuja manifestação mais notável é a hipertrofia do privado em relação ao público? Seja em capítulos de história política ou no noticiário contemporâneo, a dificuldade em se distinguir entre o público e o privado é uma constante. Tudo aquilo que deveria ser público é frequentemente penetrado por interesses privados. Ora, o “homem cordial” é justamente aquele que penetra o espaço público com suas relações personalizadas, seus interesses privados e seus afetos. Se o impresso suprime a presença, o que ele diz a este homem que vislumbra o horror na impessoalidade e na distância? João Cezar de Castro Rocha desenvolve, em *Literatura e Cordialidade* (1998), uma “teoria do espaço público brasileiro” em que aponta a polêmica pessoal, no contexto literário de meados do século XIX, como uma estratégia para o homem de letras “cordial” penetrar a esfera pública literária. A cordialidade das relações desfavorecia o exercício de uma crítica autônoma, valorizando a oratória em contraste ao ajuizamento e à argumentação, o que conferiria um forte caráter oral ao nosso sistema literário. Trata-se, ao menos aos olhos da crítica, de uma (inter)penetração entre formas de conhecimento aparentemente distintas, a oralidade e a escrita. Lembremos, ainda, que, pouco tempo depois de uma curta exclusividade da Imprensa Régia, houve no período da Independência uma numerosa proliferação de pasquins, descritos como “insultos impressos”. Dedicados, em sua maioria, a violentos ataques pessoais, os pasquins pré-independência escondiam-se sob o anonimato e tinham em sua efemeridade a confirmação de seus métodos unidirecionais. Dessa forma, poderíamos dizer que a constituição de uma esfera de discussão pública na imprensa foi marcada pela violência dos ataques pessoais e pela defesa de interesses privados, algo mais próximo de uma luta corporal do que de uma batalha conceitual entre diferentes ideias e perspectivas.

Vejamos agora o misticismo como forma de apropriação da escrita e dos impressos. Na Colônia sem prensas, a raridade da escrita e da imprensa conferia a seus objetos certa aura mística, a dificuldade de se imaginar sua origem reafirmava o poder daqueles capazes de produzir ou atualizar escritos. Ao descrever a relação de proximidade corporal intensa que o cristianismo luso-brasileiro manteve com os santos, pouco usual e “inadequada”, Gilberto Freyre identifica claramente um uso místico para a escrita:

tinha-se tanta liberdade com os santos que era a eles que se confiava a guarda das terrinas de doce e de melado contra as formigas:

– “Em louvor de S. Bento  
que não venham as formigas  
cá dentro”,  
escrevia-se num papel que se deixava à porta do guarda comidas. (FREYRE,  
1969, p. XLII)

Nesse manuscrito a função pragmática de proteger o alimento prevalece, a escrita se investe de uma qualidade presencial mágica cuja voz seria capaz de afugentar os insetos. Há nesse exemplo um curioso endereçamento animal: seriam as formigas capazes de decifrar tal pedaço de papel? Obviamente que não. Mas, então, poderiam elas ouvi-lo? O absurdo da questão pode nos levar à compreensão do que está em jogo nesse pequeno pedaço de papel. A escrita não é compreendida como medium capaz de transmitir intenções subjetivas, funciona principalmente para a invocação da voz. Em outro exemplo, Freyre aponta para a persistência da percepção mágica do manuscrito quando o sobrado se estabelece como primeiro sintoma de urbanização. Ao identificar o valor supersticioso atribuído a plantas, aves e outros animais nas varandas e nos quintais dos sobrados, pedaços de papel ocupam uma vez mais sua função místico-pragmática: “E convém não nos esquecermos dos papéis com orações também profiláticas — guardando a casa de cidade dos perigos de ladrões, de peste, de malfeitor — que se pregavam às portas e às paredes” (FREYRE, 1961, p. 227). Tal função mística ainda resiste nos dias de hoje como, por exemplo, na impressão de folhetos e santinhos fúnebres que invocam pela presença do morto.

Bem sabemos que a capital da corte em meados do século XIX não era habitada por Nhambiquaras ou por Tupinambás, mas algo das “lições de escrita” permaneceu no desenho de uma “cidade das letras”. Em uma instigante reflexão identificando de que forma as “práticas escriturárias” manifestaram-se conformando não só o imaginário, mas o espaço urbano na América Latina, reproduzindo-se a ordem centralizadora desejada pelo colonizador, o crítico uruguaio Ángel Rama identifica com pertinência resquícios de magia na prática do escrivão que realizava a partilha das propriedades:

Pensar a cidade competia a esses instrumentos simbólicos [palavras e diagramas gráficos] que estavam adquirindo sua pronta autonomia, que os adequaria ainda melhor às funções que lhes reclamava o poder absoluto.

Apesar de que se continuou aplicando um ritual impregnado de magia para assegurar a posse do solo, as ordenanças reclamaram a participação de um script (em qualquer de suas expressões divergentes: um escrivão, um escrevente ou um escritor) para redigir uma escritura. A este se conferia a alta missão que se reservou sempre aos escrivães dar fé, uma fé que só poderia proceder da palavra escrita, que iniciou sua esplendorosa carreira imperial no continente. (RAMA, 1984, p. 29)

Buscamos apresentar alguns exemplos que se desviam da interpretação e da comunicação como forma de apropriação e demonstram a presença do comer, do penetrar e do misticismo como formas de apropriação do impresso e da imprensa. É importante ressaltar que essa dificuldade não se restringia aos poucos letrados e iletrados, mas podia ser percebida também no mais privilegiado leitor:

O imperador dizia gostar dos livros com a satisfação dos cinco sentidos, isto é:  
visual, pela impressão exterior ou aspecto do livro;  
tátil, ao manusear-lhe a maciez ou aspereza das páginas;  
auditivo, pelo brando crepitar ao folheá-lo;  
olfativo, pelo cheiro pronunciado do papel impresso ou fino couro da encadernação;  
gustativo, isto é, o sabor intelectual do livro, ou mesmo físico, ao umedecer-lhe ligeiramente as pontas das folhas para virá-las. (HOLANDA, 1955, p. 180)

A citação mostra que o fetichismo que delicia o Imperador Pedro II indica uma relação sensual com o livro que não se limitava à transmissão das ideias de um autor. Ao destacar as qualidades físicas do objeto impresso, observamos um relevante. Ao não ser tipicamente interpretado, a materialidade se reveste de sentidos, o corpo se faz presente no texto e no ato de leitura. A ingenuidade objetiva do observador sem corpo não teria lugar em um observador que necessariamente se auto-observa durante a observação, notando inevitavelmente sua posição, seu corpo. Em parte, parece ser justamente o movimento de autopercepção o que caracteriza nosso nobre leitor, contudo não se trata de um aspecto reflexivo que ocorre à consciência, mas de uma interpelação corporal ao ato de leitura, um corpo-fantasma que assombra e interfere nos sentidos do impresso.

## Referências

- ANDRADE, Oswald de. A utopia antropofágica. São Paulo: Globo, 2001.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BÜRGER, Peter. Teoria da Vanguarda. Tradução José Pedro Antunes. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- DERRIDA, Jacques. Gramatologia. Tradução Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- EISENSTEIN, Elizabeth. The printing press as an agent of change. Communications and cultural transformation in early-modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 1o tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- \_\_\_\_\_. Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1o tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Modernização dos sentidos. São Paulo: Ed. 34, 1998a.
- \_\_\_\_\_. O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação. In: Corpo e forma. Ensaio para uma crítica não-hermenêutica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Materialidades de Comunicação: viagem de uma intuição. In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia (orgs.). A historiografia literária e as técnicas de escrita. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, Viera e Lent, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Production of presence. What meaning cannot convey. Stanford: Stanford University Press, 2004a.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich; PFEIFFER, Karl Ludwig. (orgs.). Materialities of Communication. Translated by William Whobrey. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de literatura colonial. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- \_\_\_\_\_. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIZZINI, Carlos. O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822. Com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo, Imprensa Oficial: 1988 [1946].

ROCHA, João Cezar de Castro. Introdução. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich. Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998a

\_\_\_\_\_. Literatura e cordialidade. O público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998b.

VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

## A emergência dos piratas nas redes do capitalismo informacional

The rise of pirates in the networks of informational capitalism

**Rodrigo Saturnino**

*rodrigo.saturnino@gmail.com*

Doutor em Sociologia pela Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL), investigador colaborador do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI-UAB) e bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

**PPG|COM** Programa de Pós-Graduação  
COMUNICAÇÃO UFF  
MESTRADO E DOUTORADO

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

SATURNINO, Rodrigo. A emergência dos piratas nas redes do capitalismo informacional. In: Revista Contracampo, v. 33, n. 2, ed. ago-nov, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 63-85.

DOI: 10.5327/Z22382577201500332775

Enviado em: 10 de maio de 2015

Aceito em: 23 de set. de 2015

**Edição v33n2/2015**  
**Comunicação e Materialidades 2**

**Contracampo**

Niterói (RJ), v. 33, n. 2, ago-nov/2015

[www.uff.br/contracampo](http://www.uff.br/contracampo)

e-ISSN 2238-2577

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## **Resumo**

O objetivo deste texto é analisar as identidades políticas dos piratas. A partir da história do movimento dos Partidos Piratas, o artigo investiga como novos ativismos partidários têm vindo a instituir-se ao redor do mundo através de uma reflexividade fundamentada em valores éticos e morais procedentes de utopias tecnológicas antecessoras à sua existência. Ainda no âmbito analítico, discute-se como o imaginário reticular auxiliou a redefinir as regras da economia mundial e as formas de consumo, bem como serviu de suporte mobilizador de novas subjetividades empenhadas na reorganização da geopolítica da rede.

**Palavras-chave:** internet; partido pirata; rede.

## **Abstract**

The purpose of this paper is to analyse the political identities of the pirates. From the history of the Pirate Parties Movement, the article investigates how new political activism has been instituted through a reflexivity sustained by ethical and moral values derived by technological utopias that precede their existence. In the analytical frame, it argues that the reticular imaginary helped to redefine the rules of worldwide economy and the forms of consumption, as well as served as a support to mobilize new subjectivities committed to reorganize the geopolitics of network.

**Keywords:** internet; pirate party; network.

## Introdução

### *Informação é poder*

A conhecida expressão abre o *Guerilla Open Access Manifesto* (SWARTZ, 2008) — uma espécie de versão revisitada da *Declaration of the Independence of Cyberspace* de Perry Barlow (1996) —, escrito, em 2008, pelo *hacker* norte-americano Aaron Swartz. A trajetória de vida de Aaron ficou conhecida mundialmente após seu suicídio, cometido no dia 11 de Janeiro de 2013, na sequência da sua condenação à 35 anos de prisão por ter descarregado, através de servidores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), milhares de artigos acadêmicos que estavam sob a tutela do *Journal Storage* (JSTOR)<sup>1</sup>. Swartz, que na época tinha 26 anos, se afirmou como um das mais proeminentes personagens a defender a importância da livre partilha do conhecimento através das redes digitais como um recurso fundamental para o desenvolvimento social. Aaron acreditava que o conhecimento era a chave para uma sociedade melhor. Uma chave que deveria ser partilhada com todo o mundo em contrapartida ao bloqueio que tem sido feito por monopólios editoriais. Partilhar é um imperativo moral; um ato de hombridade contra a privatização do saber. No dizer do *hacktivista*, a luta pela abertura da Internet exige coragem. Sobrepor as leis que subsidiam a punição daqueles que assentam a sua prática a partir de uma consciência política da informação requer um pensamento que a interprete não apenas como um elemento contemporâneo de estruturação dos poderes, mas como um bem público; um direito a que todos devem, livremente, aceder.

### *Internet é política*

Embora a tragédia de Aaron tenha sido considerada como consequência de um longo quadro depressivo que o acompanhava, a sua morte foi respondida de modo imediato. As manifestações e protestos se espalharam pelo mundo não apenas porque ele

---

<sup>1</sup> O JSTOR é uma biblioteca digital, fundada em 1995, que comercializa grande parte do material que armazena em seus servidores. O *download* dos ficheiros do JSTOR teve início no outono de 2010 através de uma conta de um utilizador-convidado. O aumento incomum no tráfego de dados entre os servidores do MIT e do JSTOR chamou a atenção de ambas instituições devido a um suposta sobrecarga no sistema. Uma primeira tentativa foi feita para desabilitar o acesso. Entretanto, a conta foi restaurada. A polícia do Estado de Massachusetts e o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) foram convocados a investigar a situação. Em janeiro de 2011, Aaron Swartz foi detido no *campus* do MIT (SIMS, 2011; MACFARQUHAR, 2013).

era jovem, mas porque o seu ativismo representava uma causa internacional: a liberdade na Internet. Muitos são os casos que se juntam ao do programador para reforçar as lutas contemporâneas e os novos protagonismos elaborados a partir das tensões ocasionadas pelas investidas jurídicas de incriminação e intimidação das formas alternativas de consumo e de distribuição de conteúdos (leia-se filmes, músicas, livros, artigos acadêmicos, vídeos, imagens, bases de dados, *softwares*, etc.) protegidos pelas leis dos direitos de autor e da propriedade intelectual<sup>2</sup>. Esses ativismos, emersos sob a tutela da Internet como espaço para a livre partilha do saber, reiteram como a ambivalência da informação, a elasticidade da ideia de rede e as ambiguidades da pirataria serviram de aportes para prover uma variedade de cisões sociais quer nos setores político, jurídico e econômico, quer nas camadas mais íntimas da vida. No âmbito institucional, a emergência do Partido Pirata em vários países é um dos exemplos mais demonstrativos dessas divergências na atualidade<sup>3</sup>. Nesse sentido, este trabalho propõe o enquadramento desse movimento internacional como um efeito ideologicamente influenciado tanto pelo difusionismo social das tecnologias de comunicação como pela conversão da informação e das redes digitais em importantes eixos de disputa de poder.

Metodologicamente, o texto utiliza a trajetória do Partido Pirata para descrever como os conflitos internacionais no campo da regulação da Internet expandiram as clivagens acerca da rede como um dispositivo transformador, fazendo dela não apenas um espaço catalítico para a dinâmica capitalista (SCHILLER, 2000; 2014), mas também um vórtice de novas identidades políticas e novas formas globais de agenciamento (HANDS, 2011; POSTIGO, 2012). Ainda no âmbito analítico, discute-se como o imaginário reticular auxiliou a redefinição das regras da economia mundial e das formas de consumo, servindo de suporte mobilizador de subjetividades tecnológicas empenhadas na reorganização da geopolítica da rede.

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, os casos de denúncias de Edward Snowden, Julian Assange através do Wikileaks, as intervenções dos *Anonymous*, e ainda o ativismo de movimentos como o *Open Access Movement*, *Free Software*, *Open Science*, *Copyleft*, entre outros.

<sup>3</sup> No texto, a terminologia “Partido Pirata” serve para identificar os partidos políticos (oficiais e não-oficializados) de diferentes países que partilham causas comuns, como a liberdade da informação e do conhecimento, reforma das leis de direitos autorais e patentes, direito à privacidade, transparência pública, democracia direta, entre outras.

## **Polissemia, fisionomia e metáforas: as ambivalências da rede**

A ideia de *rede*, pensada de modo análogo através do pensamento filosófico, desde o século XVII, tem designado diferentes formas representativas da constituição das relações econômicas e sociais (SUBTIL, 2007; MERKLÉ, 2004). Atualmente, o termo é um aparato transdisciplinar utilizado para qualificar tanto um conjunto de estradas como os ajuntamentos de indivíduos (WELLMAN & BERKOWITZ, 1991). Fala-se em redes ferroviárias, redes elétricas, redes de pesca, redes de investigação, redes sociais, redes informáticas, redes de neurônios, etc.. Apesar das alternâncias aplicativas e da variedade de disciplinas que utilizam o vocábulo, a rede mantém um núcleo comum caracterizado por sistemas complexos de interconexões que tanto podem ser físicas como imaginárias (SFEZ, 2005).

As contribuições de Musso (1999; 2003; 2004; 2013) e Mattelart (1994; 2000) reiteram o caráter epistêmico que a rede adquiriu ao longo da história ocidental ao transitar de um artefato técnico até convergir em um símbolo comunicacional. Tal transformação tem início no final do século XIX por meio da ação de engenheiros e industriais em virtude da proliferação das primeiras redes técnicas (elétricas e ferroviárias) e os seus efeitos no tocante aos avanços econômicos de países como os Estado Unidos. A capacidade da rede em organizar fluxos complexos, diminuir distâncias e interligar espaços facilmente encontrou um lugar distinto na esfera social na medida em que passou a ser revista e reativada como metáfora relevante para desenvolver estratégias de progresso em escalas transnacionais. Para Musso (2013), os movimentos de ressurreição da simbolicidade da arquitetura da rede ao longo da história fundamentaram o seu valor canônico devido às narrativas míticas e parametrizações técnicas que foram sendo elaboradas a respeito da sua eficácia em estruturar a circulação das coisas pertencentes ao mundo da natureza ou do mundo social e em manter o equilíbrio no interior de ambientes de intensa complexidade.

Musso (2003; 2004) justifica o advento da rede como uma metáfora contemporânea ao valer-se das incidências sobre o tema encontradas nas hipóteses saint-simonianas e nas teses de Michel Chevalier. Segundo o autor, o modelo racional das redes técnicas serviu de apriorismo científico para dar forma às hipóteses de Claude de Saint-Simon que acreditava nas vias de comunicação (influenciado pela industrialização), como uma condição de vida; um modelo da boa administração e um requisito *sine qua non* de mudança social (MUSSO, 2004, p. 25; 2013). Na concepção de Saint-Simon, a sociedade deveria

ser entendida como um organismo vivo trespassado por infinitas redes que o sustenta e o mantém em constante atividade. No *organismo-rede* ilustrado por Saint-Simon através de uma mistura entre histologia, física dos movimentos e engenharia, o tecido social é constituído por dois tipos de rede: uma material e uma espiritual. A primeira é composta por trocas de energias e matérias-prima, e a segunda, formada para sustentar a vida bancária e o fluxo financeiro (LEMOS, 2005, p. 14-15). Tal interpretação simbólica, elevada por uma fisiologia social assente na releitura do funcionamento dos sistemas orgânicos, pôs em marcha a afirmação virtuosa de que através das redes o mundo transitaria para uma era sem precedentes.

Chevalier, um dos mais proeminentes saint-simonistas, também acreditava que o aprimoramento da comunicação traria benefícios inauditos para uma liberdade real, positiva e prática (MATTELART, 1994, p. 138). Nas *Lettres sur l'Amérique du Nord*, escritas após a viagem que fez pela América do Norte, México e Cuba entre 1833 e 1835 com o objetivo de estudar as vias de comunicação<sup>4</sup>, salientou como os avanços nos Estados Unidos foram desenvolvidos através da criação da sua malha viária. De modo equivalente, atribuiu às linhas ferroviárias um baluarte perfeito da pleiteada *sociedade universal* que figurava nas proposições de Saint-Simon (SUBTIL, 2007, p. 103). O encurtamento das distâncias, do tempo e do espaço através da dinâmica das redes conduziria a Europa, principalmente a França, a um avanço proeminente no campo da governança transnacional. Do mesmo modo, traria ao projeto europeu comunitarista a oportunidade de colocar em prática os ideais de igualdade e democracia. O caráter técnico da rede permitiria tanto a comunicação indistinta como também a comunhão e a democratização das coisas através de uma circulação *horizontal e igualitária*. Não se tratava apenas de reduzir geografias. Importava também diminuir o fosso social entre uma classe e outra. Chevalier, diferente de Saint-Simon, transformou o conceito de rede em um objeto-símbolo, reivindicando o seu desenvolvimento como ícone de uma revolução política *urgente e emergente*.

Para Musso (2013), a propagação das mitologias em torno da rede e a pujança da sua ideologia ao longo da história estabeleceram a formação de um *imaginário retiológico* fortemente orientado pelo desejo de equilíbrio, inovação e progresso. No entanto, como

---

<sup>4</sup> A viagem foi realizada por ordem de Adolphe Thiers que, na época, era o Ministro das Obras Públicas da França. As cartas de Chevalier estão disponíveis em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k213749d>. Acesso em: 05 fev. 2015.

salientou o autor, a explosão e a polissemia da rede absorveu menos o caráter metafórico e mais o formato técnico, tornando-a em um tipo de prótese para sustentar a busca e a vontade por mudanças estruturais no escopo social. Salienta ainda o filósofo francês que, devido à dupla natureza dos símbolos, tais reavivamentos afirmaram ambivalências representativas que não devem ser desprezadas. A anamorfose da rede como artefato não só modificou a relação social com o espaço e com o tempo, como também cumpriu a função de objetivar, a partir de matrizes técnicas, uma nova condição de vida orientada por benefícios díspares (MUSSO, 2004, p. 35). Ela permite circular, o que faz dela um sistema vivo, orgânico e *sanguíneo*. No entanto, favorece o controle, a fiscalização e o castigo. Se, de um lado, ela é festejada por proporcionar a livre circulação das coisas, das pessoas e das informações, favorecendo um ambiente utópico de progresso democrático e de melhor transparência pública, por outro lado, a sua matriz técnica é criticada por providenciar mecanismos ideais para a inspeção, para a automatização dos gestos e trajetos, para a comercialização dos afetos e, por conseguinte, para a vigilância generalizada. Estas dualidades enriquecem e desafiam as teorias acerca do papel político da rede. Para os céticos, ela centraliza o poder, aprisiona, cerceia e pune. É o despotismo reticular. Para os otimistas, ela é um instrumento fundamental para o trabalho periférico, para a ação descentralizada e para o trabalho subversivo. É a anarquia na rede. No entanto, o autor ainda reforça que, a par das lutas ideológicas que se travaram na definição da rede, a sua intensa valorização como símbolo de progresso pode favorecer uma lógica do tipo empresarial. Ela é uma nova fonte de lucro ao encarnar-se como eixo de um mercado novo, mundializado, personalizado e acessível a domicílio (MUSSO, 2004, p. 35). É o capitalismo em rede<sup>5</sup>.

Na fisionomia do que o autor denomina de *retiologia* contemporânea (neologismo criado para caracterizar o vasto conjunto de representações, discursos, imagens e dramatizações utópicas elaboradas a partir de reciclagens epistemológicas e reinterpretções políticas acerca do papel das redes técnicas, especialmente as redes da Internet e da teleinformática),

---

<sup>5</sup> Para Mattelart (1994, p. 205), as redes técnicas são configuradas de modo centrípeto. Embora os seus pontos de partida sejam diversos, os de chegada convergem para um pequeno grupo de países. Sobre o assunto, ver a atual cartografia do que autor denominou de “império do cabo”, diagramada no fundo do mar a partir do domínio exaustivo das redes de telecomunicações pelas grandes potências mundiais. Os mapas da distribuição de cabos submarinos estão disponíveis em: <https://www.telegeography.com/telecom-maps/index.html>. Acesso em 14 abr. 2013.

a rede é reificada e a técnica é fetichizada a partir de visões reconstruídas sob a égide de promessas herdadas do passado em que os aparatos tecnológicos figuravam como meios instrumentais para auxiliar e sustentar as transformações no futuro das sociedades.

## Emancipação social e progresso econômico: as promessas da rede

A elasticidade epistemológica da Internet pensada através das metáforas da rede tem favorecido a formação de variadas *paisagens ensaísticas* acerca da sua função social. No campo da *retiologia* contemporânea, as conceptualizações sobre a sociedade em rede e a sua relação frontal com o ciberespaço ainda representam argumentos basilares no sentido de dar a entender o tempo em que se vive. Munidos de metáforas recicladas do legado saint-simoniano, exponentes *retiologistas*, como Castells (2005), complementam o triunfo da rede através da elaboração de novas leituras teóricas baseadas no funcionamento de organismos naturais e a performance de sistemas artificiais. A fabricação de sensíveis alegorias levadas a cabo por Castells (2005) atribuem à Internet o caráter de *coluna vertebral* das sociedades contemporâneas e de modo mais dramático a ela é concedida a função mais importante de um sistema orgânico. Nas suas palavras, ela é o “coração de um novo paradigma sociotécnico, (...) a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação” (CASTELLS, 2004, p. 287). Em oposição a antigos modelos sociais baseados em paradigmas piramidais ou arborais, centralistas e hierárquicos, o reticular é ubíquo porque permite a existência de estruturas descentralizadas e deshierarquizadas que ultrapassam as finitudes das tentativas anteriores que outrora intentaram promover a organização social (MARTINS, 2011, p. 75).

Na apreciação de Castells (2005), a afirmação desse modelo (dominante tanto nas economias desenvolvidas como nas em desenvolvimento) foi moldada por cinco características essenciais:

1. a informação é a sua matéria-prima;
2. a penetração das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTCIs) no escopo social é inevitável porque a informação é parte integrante da ecologia humana;
3. as NTCIs proporcionam a lógica das redes, única forma material de harmonizar a complexidade das relações;

4. as NTCIs permitem um contexto de flexibilidade pela sua capacidade recursiva de reorganizar os fluxos;
5. a tecnologia proporciona um ambiente de intensa convergência, conduzindo as trajetórias do seu desenvolvimento como um objetivo comum a diversas disciplinas científicas e à formação de políticas públicas específicas (CASTELLS, 2005, p. 108).

Embora o conceito de *sociedade em rede* seja discutido a partir de variadas visões (algumas elaboradas por argumentos tecnofóbicos concentrados na moralização da tecnologia como ameaça contra a Natureza e outras, em demasia, por retóricas tecnofílicas, que elogiam de modo célebre o advento da rede mundial de computadores como razão final de retorno à uma *comunidade original*), é mister considerar que a tecnologia das redes, para além dos seus efeitos rentabilísticos provocou, também, conversões estruturais e impactos na socialidade dos seus utilizadores e, por conseguinte, nas suas respectivas subjetividades (FLORIDI & SANDERS, 2005). Se a Internet é valorizada enquanto espaço dinamizador das novas subjetividades e, por isso, recomendada como parte essencial dos novos processos de empoderamento e de agenciamento político e cognitivo (ANTOUN & MALINI, 2013), é também capitulada por raciocínios analíticos que a consideram como um vetor exponencial do progresso e da transformação da economia mundial sendo, desta forma, fortalecida como um espaço maduro para novas tendências do trabalho precário (BRAGA & ANTUNES, 2009; SCHOLZ, 2013) e para novas formas de consumismo em escalas transnacionais baseadas no carácter imaterial do conhecimento (GORZ, 2003; RIFKIN, 2000).

### De sonho reticular à pesadelo tecnológico

O desenvolvimento das redes de comunicação e a sua aceção como dispositivo de revolução política, por sua vez, conduziu ao que poderia ser chamado de *fetichização da informação*. No quadro da sua digitalização, passou a ser considerada como uma força elementar da sociedade reticular (BRAMAN, 1989) servindo de aporte providencialista, quase de forma axiomática, para sustentar o amadurecimento do mercado baseado no digital.

Aplicada ao campo da economia, a rede marca o quadro organizativo pelo qual passou os modos de produção. A principal mudança fundamenta-se pela privatização dos serviços

de telecomunicações a partir de meados de 1950 nos Estados Unidos (SCHILLER, 2000) e pela inclusão da informação na categoria clássica de mercadoria e seu enquadramento como objeto do trabalho (BATES, 1988). A transformação dos diversos símbolos da linguagem humana em códigos binários através da lógica booleana, providenciou a base técnica para reduzir obstáculos epistêmicos e expandir a capacidade mercantil das empresas assentes na informação digital. Mas sendo a informação um elemento imaterial, como atribuir valor econômico a um apriorismo científico que não possuía nenhuma característica da mercadoria típica? A consequência direta do seu traço intangível seria a reprodução, quase de modo infinito, a custo zero. Esta constatação não figurava, de todo, como um incentivo a futuros investidores, a não ser que a ela fosse aplicada a legislação dos direitos autorais e das patentes. Ainda assim, como defendeu Arrow (1984), a questão estaria fadada a constantes constrangimentos e a diversos riscos se considerarmos dois aspectos essenciais: a impossibilidade de garantir propriedade sobre algo empiricamente intangível e a aquisição de um monopólio que contradizia o próprio princípio da exclusividade. Nestas condições, Arrow (1984) concluiu que restava às atividades ligadas à produção e à disseminação da informação tornarem-se públicas.

As conclusões de Arrow (1984) e de outros autores que refletiram sobre a intangibilidade da informação, como Bates (1988), Borgmann (1999), Gorz (2003), Schiller (2000; 2007), Dantas (2003) e Garcia (2006), não impediram o mercado de transformar impossibilidades teóricas em lucros técnicos. Uma das estratégias utilizadas pelos investidores para desenvolver o mercado baseado na informação digital foi estabelecer custos no processo de sua distribuição considerando a dependência de um suporte material para ser partilhada. A Internet ainda representa o melhor exemplo desse processo. Graças à sua arquitetura reticular, à reprodutibilidade técnica da informação e ao desenvolvimento tecnológico, ela permitiu um crescimento econômico exponencial. No entanto, também admitiu que os consumidores participassem no jogo da circulação da informação através do acesso doméstico a potentes computadores conectados em uma rede mundial. O sonho reticular transformou a rede em um pesadelo tecnológico através do que Boyle (2008) denominou de uma “falha” no mercado. Se a rede representa o sistema e a informação, o *sangue* que nela circula, impedir a sua livre circulação determinaria, então, o colapso prematuro do mercado e o fim da utopia dos retiologistas.

Diante das ambivalências reticulares, as opções para garantir a sobrevivência do mercado baseado no digital passaram a afirmar-se através de duas modalidades: uma que

invoca direitos patrimoniais sobre a informação para, desta forma, justificar a limitação do acesso, a vigilância perene, a incriminação e a punição de consumos não autorizados e outra que vem tentando promover vias de reinvenção do capitalismo informacional a partir da criação de novos modelos de negócio que evitem ou adiem a sua completa destruição. Embora desponham formas criativas de exploração do universo digital no que diz respeito à segunda modalidade, como os casos da distribuição de músicas, filmes e séries televisivas de modo direto (*on-demand*) através de subscrições por modalidades grátis ou pagas, a primeira opção continua como norma. Nesta ordem de pensamento, a propriedade intelectual aplicada ao contexto da rede, fundamenta-se como uma disciplina legal de privilégios monopolistas que aparenta colocar em risco os interesses públicos defendidos por pessoas como Aaron Swartz, seja através da aplicação inquestionável da lei, da elaboração de tratados internacionais (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* – TRIPS, *Anti-Counterfeiting Trade Agreement* – ACTA, *Stop Online Piracy Act* – SOPA, *Preventing Real Online Threats to Economic Creativity and Theft of Intellectual Property Act* – PIPA) ou por formas sub-reptícias de violação da privacidade, de exclusão social e de limitação técnica do acesso (filtros de dados, suspensão de *sites* e gestão de direitos digitais – DRM's). Nesse sentido, a informação transfigura-se como *atrator político*, como um polo mediador de intensificação das disputas entre os valores e as regras, *pari passu*, do mercado, dos tribunais e dos cidadãos (JORDAN, 2015).

Esta dicotomização da Internet, aparentemente contraditória, tem sido utilizada por uma parte dos estudos críticos da sociologia dos media de modo contestatório a partir de uma orientação clássica que aparenta rejeitar o modo do sistema capitalista e seus desdobramentos, uma vez que as redes digitais, nomeadamente através da exponencialidade da telefonia móvel e da utilização de aplicativos, têm se afirmado como espaço dinamizador de novos modos de produção de valor a partir da comercialização da informação (FUCHS, 2014). Não é raro a tais críticas privar-se de um exercício que interprete as tecnologias das redes apenas por uma via de orientação derrotista apoiada em um tipo de tecnopânico evocado por contextos assimétricos de opressão no qual a figura do sujeito é, heurísticamente, esquecida. Todavia, as tensões ocasionadas pelas disputas de poder que se travam pela sua intensa utilização e pelas diferentes clivagens acerca do seu papel enquanto agente transformador, fazem dela um espaço catalítico para a ação política. Nesta perspectiva, a rede é um elemento fundamental de aceleração das economias mundiais e de impulso na

formação de novas tendências de trabalho e consumo, como também é vórtice de novas formas de agenciamentos e novas subjetividades em que a figura do sujeito/utilizador tenta catalisar a sua própria força produtiva a partir dos usos e apropriações que faz dela. A reificação da rede, para usar a expressão de Musso (2013), reifica a luta.

## Lutas digitais e subjetividades tecnológicas: os conflitos em rede

As investidas técnicas e jurídicas contra a liberdade de acesso e contra a livre partilha de bens informacionais, por seu turno, serviram de incentivo para o surgimento do primeiro Partido Pirata na Suécia (*Piratpartiet*), em 2006. A sua recente história foi impulsionada por duas situações ocorridas em 2003: a criação da *Swedish Anti-piracy Bureau* (*Svenka Antipiratbyrå*), uma agência privada financiada pela *Motion Picture Association of America* (MPAA), destinada a salvaguardar a aplicação da lei de direitos autorais no país e o surgimento do *Piratbyrå*, um coletivo de pessoas dispostas a incluir o debate sobre o *copyright* na agenda pública a fim de transformá-lo em um problema político (MIEGEL & OLSSON, 2008; SCIANNAMBLO, 2014). Aproveitando as ameaças políticas concentradas em redor da Internet, Rick Falkvinge criou, em janeiro de 2006, o protótipo do que seria o *site* do partido através de um *hub Direct Connect*<sup>6</sup>. Em dois dias, o *site* recebeu três milhões de visitas (FALKVINGE, 2013, p. 33). Falkvinge largou o trabalho, fez um empréstimo bancário e decidiu dedicar-se integralmente à construção do partido.

No curso da sua criação, um ataque irruptivo da polícia sueca aos servidores do *The Pirate Bay* (um *tracker*<sup>7</sup> criado pelo *Piratbyrå* para experimentar a partilha de arquivos indexados em *websites* utilizando a tecnologia P2P) resultou no aumento da popularidade do *Piratpartiet*. No entanto, a adesão de milhares de novos membros não significou votos suficientes para vencer a primeira eleição. Na disputa nacional de 2006, o Partido Pirata obteve 0,63% dos votos. Mesmo sem resultados favoráveis que garantiriam um lugar no *Riksdag* (Parlamento da Suécia) — mínimo de 4% —, o Partido tornou-se o terceiro maior

<sup>6</sup> *Direct Connect* é uma rede de partilha de arquivos e de canais de *chat*.

<sup>7</sup> *Tracker* (*BitTorrent tracker*) é um servidor que auxilia na comunicação entre dois computadores que utilizam o protocolo de redes *peer-to-peer*. Um *tracker* pode operar como um *Indexer*; ou seja, aquele que também oferece uma lista de ficheiros de partilha. Nenhum dos dois possibilita a descarga direta, como no caso dos *cyberlockers*, apenas estabelecem o contato entre os pares

fora do Parlamento ultrapassando, por exemplo, o Partido Verde Sueco (ERLINGSSON & PERSSON, 2011; SCIANNAMBLO, 2014).

Quando foi criado, o alvo principal do Partido Pirata era conduzir o *copyright* para o debate político, questionando as origens e as formas de legitimidade que o setor privado dispunha para monopolizar a informação e restringir a autonomia civil no exercício de seu direito utilizando, por exemplo, as redes *peer-to-peer* (P2P). Desse modo, o *Piratpartiet* passou a enfatizar a releitura de conceitos cruciais para a organização estrutural e legitimação do *copyright* (como o de autoria e o de propriedade intelectual) à luz do desenvolvimento tecnológico e da afirmação de princípios morais baseados em valores pós-materialistas (MIEGEL & OLSSON, 2008). Três questões resumiam o seu projeto inicial: Reforma da lei do *copyright*; abolição do sistema de patentes e respeito pelo direito à privacidade. No mesmo ano de fundação do Partido Pirata da Suécia, ativistas da Áustria, Dinamarca, Alemanha, Finlândia, Irlanda, Polônia, Espanha e Holanda fundaram os próprios partidos a partir da iniciativa de Falkvinge. Em 2015, o número de países a levantarem a bandeira pirata através dos próprios partidos (oficializados e em processo de oficialização) já passa dos sessenta, incluindo países fora da Europa<sup>8</sup>.

A rapidez do seu alastramento fortaleceu o Partido Pirata como um dos mais expressivos fenômenos sociais do século XXI devido ao que poderia ser chamado de *franchising ideológico*, ou seja, através das *réplicas organizacionais* criadas nos diferentes contextos culturais, como também pela dinâmica de internacionalização da luta e da disseminação dos repertórios a nível global. No âmbito do desempenho eleitoral, o Partido Pirata não é um caso de sucesso se for comparado às máquinas partidárias tradicionais. No entanto, as vitórias gradativas na Europa indiciam uma progressiva penetração no espectro da política parlamentar<sup>9</sup>.

Além dos três princípios basilares, a política comum dos Partidos Piratas passou a privilegiar mais dois: a transparência da gestão pública e a construção de uma nova

---

<sup>8</sup> No Brasil, o movimento para oficializado do Partido Pirata existe desde 2007. Em 2012, foi fundado na cidade de Recife durante a sua primeira convenção. Na ocasião, foram oficializados a sua estrutura nacional, o estatuto, o programa e as diretrizes do Partido. Em 2013, através de uma campanha coletiva de angariação de fundos, conseguiu arrecadar 20 mil reais para publicar os documentos no Diário Oficial da União (D.O.U.), como prevê a legislação em vigor no país. A publicação foi feita no dia 2 de Setembro de 2013, permitindo à agremiação prosseguir para a fase de recolha de assinaturas, situação em que encontra atualmente.

<sup>9</sup> A representação do Partido Pirata a nível global está disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_Pirate\\_Parties](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Pirate_Parties). Acesso em: 05 fev. 2015.

democracia. A dilatação das ações programáticas recebeu impulso através da acolhida realizada pelos membros às potencialidades instrumentais das tecnologias digitais na promoção de uma experiência efetiva do exercício político. Desta forma, passaram a defender propostas conjuntas orientadas em promover o livre acesso às informações dos atos públicos a fim de permitir a fiscalização e a abertura pública de todos os processos que envolvam o Estado. Como último objetivo, incluíram o compromisso de buscar novas formas para constituir uma *democracia líquida* definitivamente deliberativa através da utilização da Internet como espaço popular para tomadas de decisão parlamentar.

Nos países que seguiram o exemplo da Suécia, os princípios iniciais mantiveram-se resguardados. Contudo, as propostas passaram a obedecer uma lógica de cariz holística de acordo com os diferentes contextos culturais. A unidade ideológica foi reforçada com a criação do Partido Pirata Internacional, em 2010, e com o Partido Pirata Europeu, em 2014, estabelecendo uma rede imaginária, racionalmente disposta a colocar em prática o seu caráter associativista na luta pelos objetivos comuns (BURKART, 2014). Assim, pode-se pensar que a internacionalização das suas ações reflete o caráter rizomático da rede e integra o quadro dos novos conflitos que impulsionam a formação de novas identidades políticas<sup>10</sup>. Atualmente, o Partido Pirata define a sua política comum a partir de um quadro de ação mais extenso. Embora tenha integrado premissas básicas que também fazem parte do programa partidário de partidos tradicionais, temas apoiados no imaginário tecnológico (abertura, liberdade, transparência, colaboratividade, privacidade e *partilha sempre que possível*) orbitam no centro da ideologia que defendem<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Um quadro comparativo elaborado por Andrew Reitemeyer aponta, em caráter exploratório, as afinidades e diferenças das propostas políticas dos diferentes Partidos Piratas. Uma rápida análise do documento comprova que os princípios elementares citados acima permanecem em evidência na maioria dos partidos listados no documento. Disponível em: <[http://www.cleopolis.com/PP\\_comparison\\_policies.html](http://www.cleopolis.com/PP_comparison_policies.html)>. Acesso em: 14 abr. 2013.

<sup>11</sup> Em 2015, a política comum dos Partidos Piratas incluía os seguintes pontos: 1) Defender a liberdade de expressão, comunicação, educação; respeito à privacidade dos cidadãos e os direitos civis em geral; 2) Defender a liberdade de fluxo de ideias, conhecimento e cultura; 3) Apoiar politicamente a reforma dos direitos autorais e leis de patentes; 4) Trabalhar de modo colaborativo e participativo com o máximo de transparência; 5) Não aceitar ou adotar políticas de discriminação de raça, origem, crenças ou gênero; 6) Não apoiar ações que envolvem a violência; 7) Usar *softwares* com códigos abertos, *free hardware*, *Do It Yourself* e protocolos abertos sempre que possível; 8) Defender politicamente a construção aberta, participativa e colaborativa de qualquer política pública; 9) Democracia direta; 10) Acesso aberto; 11) Dados abertos; 12) Economia solidária, economia para o bem comum e promoção da solidariedade entre os piratas; 13) Partilhar sempre que possível. Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Pirate\\_Party](https://en.wikipedia.org/wiki/Pirate_Party), acesso em 10 jan. 2015.

Do ponto de vista parlamentar, o Partido Pirata da Suécia, o da Alemanha, e recentemente, o da Islândia, representam os casos com algum respeito político formal. No entanto, como partidos marginais, ocupam uma posição relativamente inferior em comparação aos tradicionais. Ainda que permaneçam fora dos círculos de poder político, o ativismo que promovem silenciosamente parece se expandir a partir de ações de reconhecimento social na produção de uma nova agenda dos modos de se fazer política nas sociedades digitais. As intervenções dos eurodeputados do Partido Pirata da Suécia, Christian Engström e Amelia Andersdotter, em favor da reforma do *copyright* e da abertura pública, por exemplo, das reuniões secretas e negociações fechadas acerca do ACTA que eram realizadas no Parlamento Europeu, simbolizam os investimentos ideológicos desses atores na luta por um sociedade baseada no imaginário reticular. Sinaliza também a sua gradativa aceitação política. Veja o caso da nomeação de Julia Reda, eleita nas eleições europeias de 2014 pelo Partido Pirata da Alemanha, como parlamentar responsável por conduzir a elaboração de um relatório sobre a aplicação da Diretiva 2001/29 (conhecida como “*Directiva Infosoc*”) que intenciona harmonizar alguns aspectos das leis de direitos autorais e dos direitos conexos no âmbito europeu. Ainda no campo da emergência do movimento no cenário parlamentar, os resultados de uma sondagem pública sobre o apoio popular aos partidos políticos realizadas em março de 2015 na Islândia colocaram o Partido Pirata liderado pela deputada Birgitta Jónsdóttir<sup>12</sup> no topo da lista ao alcançarem 23,9% da intenção de voto dos islandeses<sup>13</sup>.

Ao olhar para a trajetória e para as estruturas de sentido do Partido Pirata compreende-se que o sucesso das redes, nomeadamente o da Internet, deve-se tanto pela sua qualidade técnica na maximização do lucro das empresas que exploram o universo digital e que por ela se organizam de modo globalizado, com também pela instrumentalidade simbólica que ela proporciona na formação de novas dinâmicas sociais, novas formas associação e novas formas da vida política a nível local, nacional e níveis transnacionais. Enquanto rede, ela pode ser interpretada como um símbolo de liberdade e progresso econômico, conforme

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.visir.is/the-pirate-party-is-now-measured-as-the-biggest-party-in-iceland/article/2015150318848>, Acesso em 19 mar. 2015.

<sup>13</sup> O termo “pirata” é utilizado pelos integrantes dos Partidos Piratas para identificar os seus respectivos membros. No texto, a terminologia tem o mesmo efeito. Apesar das ambiguidades semânticas e do caráter pejorativo da palavra na cultura contemporânea, o uso realizado pelos membros do Partido Pirata pode ser entendido como uma ação afirmativa para demarcar um lugar de existência no campo da política partidária.

demonstrou Musso (2013), como um meio de dominação, aprisionamento e vigilância, e também pode ser admitida como dispositivo de agência, autonomia e de protesto político.

Se, de um lado, ela é incorporada como subsídio para o desenvolvimento de uma economia saturada onde a informação e o conhecimento formam a infraestrutura para o reajuste do capitalismo, fundamentando, por sua vez, a afirmação de políticas econômicas e de mecanismos legais de proteção de monopólios, por outro lado, a sua difusão para o espectro da vida prosaica — exemplificada, principalmente a partir dos anos de 1990 por novos movimentos sociais e revoltas globais que levam a chancela da Internet como catalisadora de suas ações (DI FELICE, 2013) — reitera o caráter diversificado que as matizes mitológicas da rede proporcionam ao imaginário social (MUSSO, 2004; POSTIGO, 2012).

Hoje, não é possível uma análise da Internet que desconsidere as animosidades coletivas e as *subjetividades tecnológicas* que se formaram na vida quotidiana a partir da sua intensificação como um recurso fundamental da luta política (HANDS, 2011). Da mesma forma, seria ingenuidade olvidar-se do parasitismo das empresas que se beneficiam das ideologias políticas e das esperanças militantes orientadas, exclusivamente, sobre a função *emancipatória* da tecnologia. As atuais disputas pela dominação da rede representadas, por exemplo, por intensos *lobbies* partidários, manuais de comportamento e acordos internacionais interessados no fomento de estruturas jurídicas que permitam o seu total controle, a sua demarcação geopolítica e a sua censura, não retiram nem invalidam a *práxis* política sobrevinda da sua utilização. Tampouco, não a afirma como resultado competente do prognóstico de diversos autores que para ela apontaram a expectativa de renovação democrática do mundo globalizado. Embora a ação de agentes sociais seja, de algum modo, efetiva no campo do ativismo, as assimetrias do uso da Internet no mundo ainda continuam orientadas pela exploração mercantil da sua qualidade técnica, o que quer dizer que o utilizador ainda depende de um acesso oneroso e pago a infraestruturas que continuam nas mãos da elite das empresas de telecomunicações.

Em certa medida, pensando sobre a relação geral entre “estrutura” e “agência” (ARCHER, 1995), tais condicionamentos estruturais tendem a atuar como elementos de desaceleração das capacidades criativas dos sujeitos através de uma prática que subestima a variedade interventiva que desses agentes pode emergir tanto do meio para o sujeito como do sujeito para ele próprio. Entretanto, as experiências de autonomia que dela decorrem intensificam a sua aceção como artefato cultural orientado por uma relação emocional que, por sua vez, alimenta a sua essencialidade. E assim, a polissemia da rede permite confrontar as visões

dicotômicas entre o objetivismo e o subjetivismo a partir de uma perspectiva que a admite não simplesmente como objeto técnico moldado por esquematismos funcionalistas (de cariz política neutralizadora da ação), em que os sujeitos são apenas um suporte de maximização dos monopólios, mas como instrumento para performances qualitativas que se erguem no imaginário coletivo menos pela sua qualidade técnica *rizomática* e mais pelo caráter social e histórico das formas criativas das interações sociais que antecedem a sua existência.

Apesar desta perspectiva ser tentadora, implica dizer que ela só pode se afirmar como possibilidade analítica se for interpretada por uma via que se distancia das unilateralidades sociológicas preocupadas em enquadrar e estruturar, de modo dualístico e restrito, a historicidade produtiva de tais interações e se aproxima de uma análise *praxiológica* centrada nas razões e nos propósitos das conjugações e reflexividades que os agentes sociais realizam no sentido de influir, seja de modo intencional ou não, nos fluxos sociais que esboçam vida quotidiana. Esta habilidade em transformar a prática, segundo a aceção de Giddens (1979), depende de instrumentos que capacitem o agente social, ou seja, de uma “estrutura”, entendida não a partir da sua forma histórica de designar as relações de poder, mas pela sua função mobilizadora.

A pirataria digital nas redes tecnológicas é paradigmática nesse caso. Integrada ao campo evolutivo da regulação da Internet, a prática pode se interpretada tanto como uma forma de apropriação nociva, nos casos em que ela é feita com intenções precisamente criminosas, como também pode ser descrita pelo viés do consumismo hedônico sem qualquer fim lucrativo, como defendeu Lessig (2004). Apesar das ambiguidades que incidem sobre a prática, a principal chave para desencadear a sua função política refere-se à quebra de monopólios. Nos dois casos, embora o segundo seja admitido como um novo modo de distribuição de conteúdo (LESSIG, 2004) e, portanto, algo que deveria ser promovido pela lei como um recuso saudável ao desenvolvimento cultural dos indivíduos, a prática reincide como um ato legalmente constituído como crime punível, sendo enquadrada nos termos legais que regem os direitos autorais, a propriedade intelectual e as patentes. No entanto, perante a transformação da cultura como campo de batalha e a conversão social do acesso à Internet como um direito humano<sup>14</sup> e as variadas formas de *eletroconsumo* que dela

<sup>14</sup> Através de um relatório elaborado pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e o *site* Mashable, a ONU defendeu o acesso à rede de computadores como um direito humano fundamental para o desenvolvimento social dos indivíduos e recomendou aos países signatários a revisão das respectivas leis de direitos autorais no sentido de promoverem um acesso equilibrado e sem prejuízo às sociedades. Disponível em: [www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf), Acesso em: 10 jan. 2014.

emergem, os conflitos tendem a se acentuar ainda mais devido à facilidade de reprodução e circulação da informação digital (BOYLE, 2008).

Partidos Piratas espalhados pelo planeta integram o quadro *evolutivo* e impulsionador que a tecnologia da Internet providencia aos agentes sociais nos processos de interação simbólica com os produtos e bens que emergem da digitalização da informação. Ao mesmo tempo em que ela permite o reajuste do capitalismo através das diversas formas de consumos, tanto ao nível físico como no âmbito do seu consumo imaterial, as *evasividades multitudinárias* (NEGRI & HARDT, 2004) que dela emergem, emparcelam a questão da propriedade intelectual uma vez que a lógica da política de liberalização dos fluxos altera a interação do utilizador com o conceito de propriedade privada. Na rede tudo está acessível. Se ela é quem dá corpo à sociedade contemporânea e se a informação dá a vida que nela circula, ninguém pode ser dono da rede, ninguém pode ser proprietário do que nela navega. Para conter as reflexividades reticulares (*partilhar é cuidar*) que se espelham nos comportamentos dos utilizadores, a lógica de privatização do conhecimento, da cultura e da informação tem colaborado, de modo antagônico, com a criação de políticas de controle e cerceamento da privacidade e da liberdade de uso da Internet. Todavia, tem reafirmado também novos campos de combates políticos (*partilhar é lutar*) aparentemente empenhados na conceptualização da rede de modo híbrido, ou seja, como espaço público para a ação política e como espaço privado para a atividade social. A ação oposicional que os piratas propõem no âmbito da reforma da gramática jurídica sobre as leis da propriedade intelectual e dos direitos autorais reverbera como *práticas de resistência* contra a colonização da Internet e a privatização da informação a partir de um discurso que defende a urgência de tornar a rede um espaço livre e aberto.

## Conclusão

Embora a Internet tenha sido cooptada como meio otimizado para maximização de lucros, esses movimentos sociais parecem inaugurar novos contornos do protagonismo social ao serem instaurados a partir de um esboço de negação das relações monopolistas e territoriais da informação. A ação oposicional que o Partido Pirata propõe no âmbito da reforma da gramática jurídica sobre as leis da propriedade intelectual e dos direitos autorais

reverbera como *práticas de resistência* contra a colonização da Internet e a privatização da informação a partir de um discurso que defende a urgência de tornar a rede um espaço livre e aberto (BURKART, 2014). Nesta ordem de pensamento, o seu emergir fundamenta um *momento político excepcional* do chamado *ciberativismo* (DI FELICE, 2013). Tutelado pela defesa da Internet como lugar simbólico da liberdade, da transparência, da partilha, do associativismo, da democracia e da igualdade, o Partido Pirata não só reitera o caráter libertário e técnico-utópico que outrora ancorou as visões mitológicas acerca da rede, como também, inaugura uma mudança na rota histórica dos movimentos ciberativistas a partir da institucionalização partidarista destas utopias.

Seguindo o raciocínio de Honneth (2009), a ação desses atores parece primar pela reparação da exclusão estrutural de direitos fundamentais (autonomia, privacidade, acesso à cultura) a partir de uma prática que sai do horizonte das intenções individuais passando a ser a base de um movimento coletivo e ampliado. Nesta perspectiva, a luta comum por reconhecimento que procuram estabelecer no imaginário político aparenta ser uma reivindicação que ultrapassa o mero exercício partidário na solidificação de um poder (MCDONALD, 1999, p. 155; HONNETH, 2009). Ao invés de se ancorarem em formalidades parlamentares por meio de um plano setorizado de governo orientado para a construção de uma política privada, a centralidade da sua prática no campo da Internet expande o universo da sua proposição e despolariza o seu campo de atuação na medida em que utilizam tanto a natureza homogênea da lei no processo de planificação e incriminação das práticas (*somos todos piratas*) que são entendidas como ameaça aos avanços econômicos, bem como o simbolismo provido pela rede na promoção de uma comunidade transnacional de pares (*estamos todos conectados*). Se a rede segrega, vigia e exclui, para os piratas, ela agrega, organiza e empodera.

A política de tais atores parece se exteriorizar não como um ato de *resignação*, mas de *confrontação* com a higiene e com os limites da norma como postulado ambíguo da gestão de ilegalismos intoleráveis, que ela diferencia — a par dos que ela permite como privilégios da classe dominante — a fim de formalizá-los, proibi-los, isolá-los e torná-los objetos de domínio. Seguindo a proposta de Honneth (2009, p. 259), o engajamento desse movimento reitera a ação agêntica dos sujeitos na medida em que a sua imagem como sujeito passivo e paralisado é suprimida por meio de uma autorrelação nova e de uma eticidade positiva proporcionadas pelas experiências morais de desapontamento das expectativas normativas e de desrespeito aos monopólios digitais. De modo reverso, o

pesadelo tecnológico volta a ser o sonho da utopia pirata. Nesse aspecto, o envolvimento político de indivíduos organizados por subjetividades tecnológicas através da rede marca o surgimento institucional de um grupo, quiçá de uma *minoría politicamente especializada*, que imagina o futuro das sociedades digitais a partir da renovação da política da Internet. Isto significa a elaboração de um novo mapa político com trilhas e caminhos que reforce *ciberliberdades*, garanta direitos digitais, contradiga o capitalismo informacional e, acima de tudo, crie uma marca identitária e uma nova categoria política. Se a rede legifera as instâncias de poder para alguns, para os piratas, ela subvenciona a criação de uma nova rota para a resiliência digital, para a resistência política e para a existência social. O seu itinerário, apesar de ser silencioso e estudado de modo periférico, se não representa a qualificação final do empreendedorismo político na luta pela dominação da Internet, sinaliza uma vontade utópica e comum na busca pela restituição da agência coletiva na medida em que a rede, nas suas diversas metamorfoses apontadas por Musso (2004) e Mattelart (1994), pode ser utilizada de modo polissêmico, quer como um instrumento de exploração comercial quer, em sentido aparentemente antípoda, como espaço crítico para a afirmação de identidades, para o reconhecimento solidário, para a estima mútua e, acima de tudo, para a vexação pública dos artifícios jurídicos que a sustentam.

## Referências



ARCHER, Margaret. *Culture and agency*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. *@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ARROW, Kenneth J. *The economics of information*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1984.

BARLOW, John Perry. *A declaration of the independence of cyberspace*. 1996. Disponível em: <<https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BATES, Benjamin J. Information as an economic good: sources of individual and social value. In: MOSCO, Vincent; WASKO, Janet. (Orgs.). *The political economy of information*. The University of Wisconsin Press: London, p. 76-94, 1988.

BORGMANN, Albert. *Holding on to reality: the nature of information at the turn of the millennium*. Chicago, London: The University of Chicago, 1999.

BOYLE, James. *The public domain: enclosing the commons of the mind*. New Haven, London :Yale Univ Press, 2008.

BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BRAMAN, Sandra. Defining information: an approach for policymakers. *Telecommunications Policy*, n. 13, p. 233-242, 1989.

BURKART, Patrick. *Pirate Politics: the new information policy contests*. The Information Society Series. Cambridge/ London: The MIT Press, 2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8a ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. (org) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, p. 255-287, 2004.

DANTAS, Marcos. Information and labor in contemporary capitalism. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 60, p. 05-44, 2003.

DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*, Ano 7, n. 2, jul./dez. 2013, p. 49-71, 2013.

ERLINGSSON, Gissur Ó.; PERSSON, Mikael. The swedish Pirate Party and the 2009 european parliament election: Protest or issue Voting? *Politics*, n. 31, v.3, p. 121-128, 2011.

FALKVINGE, Rick. *Swarmwise: the tactical manual to changing the world*. North Charleston: CreateSpace Independent Publishing Platform: 2013.

FLORIDI, Luciano; SANDERS, J.W. Internet ethics: The constructionist values of homo poieticus. In: CAVALIER, Robert J. (Org.). *The impact of the internet on our moral lives*. New York: State University of New York Press, p. 195-214, 2005.

FUCHS, Christian. *Digital labour and Karl Marx*. New York: Routledge, 2014.

GARCIA, José Luís. Biotecnologia e biocapitalismo global. *Análise Social*, XLI, n. 181, p. 981-1009, 2006.

GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory: action, structure, and contradiction in social analysis*. Berkeley: University of California Press, 1979.

GORZ, André. *L'immatériel. Connaissance, valeur et capital*. Paris: Editions Galilée, 2003.

HANDS, Joss. *@ Is for activism: dissent, resistance and rebellion in a digital culture*. London ; New York: Pluto Press, 2011.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

JORDAN, Tim. *Information politics: liberation and exploitation in the digital society*. Pluto Press, 2015.

LEMOS, André. Cidade-ciborgue: A cidade na cibercultura. In: LEMOS, André (Org.). *Cibercidade II: Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, p. 11-34, 2005.

LESSIG, Lawrence. *Free culture: The nature and future of creativity*. New York: Penguin Press, 2004.

MACFARQUHAR, Larissa. Requiem for a dream. *The New Yorker*. Disponível em: <<http://www.thebuddhasaidiamawake.com/wp-content/uploads/2014/01/Larissa-MacFarquhar-The-Tragedy-of-Aaron-Swartz-The-New-Yorker.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MARTINS, Hermínio. *Experimentum humanum*. Civilização tecnológica e condição humana. Lisboa: Relógio D'Água, 2011.

MATTELART, Armand. *A invenção da comunicação*. Coleção: Epistemologia e Sociedade 42. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000.

MCDONALD, Kevin. *Struggles for subjectivity: identity, action and youth experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MERKLÉ, Pierre. *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Découverte, 2004.

MIEGEL, Fredrik; OLSSON, Tobias. From pirates to politician: the story of the swedish file sharers who became a political party. In: CARPENTIER, Nico; PRUULMANN-VENGERFELDT, Pille; NORDENSTRENG, Kaarle; HARTMANN, Maren; VIHALEMM, Peeter; CAMMAERTS, Bart; NIEMINEN, Hannu; OLSSON, Tobias. (Orgs.). *Democracy, Journalism and Technology: New Developments in an Enlarged Europe*. Tartu: Tartu University Press, p. 203–217, 2008.

MUSSO, Pierre. La symbolique du réseau. *Quaderni*, n. 38, v. 1, p. 69-98, 1999.

\_\_\_\_\_. *Critique des réseaux*. Paris: Presses Universitaires de France – PUF, 2003.

\_\_\_\_\_. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da rede - Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, p. 17-38, 2004.

\_\_\_\_\_. Network ideology: from saint-simonianism to the internet. In: *International Conference of the Society for Philosophy and Technology*. 4-6 de Julho de 2013. ISEG: Lisboa, 2013.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michel. *Império*. Rupturas 1. Lisboa: Livros do Brasil, 2004.

POSTIGO, Hector. *The digital rights movement: the role of technology in subverting digital copyright*. Cambridge/London: The M.I.T. Press, 2012.

RIFKIN, Jeremy. *The age of access: the new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience*. New York: Tarcher/Putnam, 2000.

SCHILLER, Dan. *Digital capitalism: networking the global market system*. Massachusetts, London: The MIT Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *How to think about information*. Illinois: University of Illinois Press, 2007.

\_\_\_\_\_. *Digital depression: information technology and economic crisis*. 1st Edition edition. Urbana, Chicago: University of Illinois Press, 2014.

SCHOLZ, Trebor. *Digital labor: The internet as playground and factory*. New York: Routledge, 2013.

SCIANNAMBLO, Mariacristina. The internet between politics and the political: The birth of the Pirate Party. In: FREDRIKSSON, Martin; ARVANITAKIS, James (Orgs.). *Piracy: leakages from modernity*. Sacramento, CA: Litwin Books, p. 177-194, 2014.

SIMS, Nancy. Library licensing and criminal law: The Aaron Swartz case. In: *College & Research Libraries News*, v. 72, n. 9, p. 534-537, 2011.

SFEZ, Lucien. *Técnica e ideologia: un juego de poder*. Coyoacán /Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SUBTIL, Filipa. Comunicação, redes e capitalismo digital. In: *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n. 10, p. 103-112, 2007.

SWARTZ, Aaron. Guerilla Open Access Manifesto. 2008. Disponível em: <[https://archive.org/stream/GuerillaOpenAccessManifesto/Goamjuly2008\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/GuerillaOpenAccessManifesto/Goamjuly2008_djvu.txt)>. Acesso em: 12 abr. 2014.

WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, Stephen D. Introduction: Studying social structures. In: WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, Stephen D. (Orgs.). *Social structure. A network approach*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-14, 1991.

## Twitter e esfera pública: pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da internet<sup>1</sup>

Twitter and public sphere: plurality and representation in the discussion of the Brazilian Civil Rights Framework for the internet

**Letícia Varela Capone**

*leticiaapone@gmail.com*

Mestre em Comunicação Social pelo Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

**Arthur Ituassu**

*ituassu@puc-rio.br*

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) do Departamento de Comunicação Social da PUC-RJ e pesquisador no Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (CEADD), na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

<sup>1</sup>Uma versão deste trabalho foi apresentada ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), de 22 a 24 de abril de 2015. Os autores agradecem as contribuições sugeridas pelos colegas durante a discussão da pesquisa.



Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

CAPONE, Letícia Varela, ITUASSU, Arthur. Twitter e esfera pública: pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da internet. In: Revista Contracampo, v. 33, n. 2, ed. ago-nov, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 86-108.

DOI: 10.5327/Z22382577201500332783

Enviado em: 19 de jun. de 2015

Aceito em: 15 de set. de 2015

**Edição v33n2/2015**  
**Comunicação e Materialidades 2**

**Contracampo**

Niterói (RJ), v. 33, n. 2, ago-nov/2015

[www.uff.br/contracampo](http://www.uff.br/contracampo)

e-ISSN 2238-2577

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## **Resumo**

Esta é uma pesquisa no campo da Internet e Democracia que dialoga com os estudos que analisam as contribuições da Web para a esfera pública nos regimes democráticos contemporâneos. Nesse contexto, tem como tema a discussão no Twitter sobre o Marco Civil da internet, com o objetivo de perceber quais foram as grandes polêmicas, quão plural foi o debate e que tipo de mídia esteve presente no espaço especificado para análise. Com base em métodos quantitativos e qualitativos, aplicados sobre uma amostra relevante de 388 *tweets*, foi constatado um predomínio de vozes especialistas, bem como um grande compartilhamento de conteúdo produzido por mídias horizontais, que dominaram a discussão.

**Palavras-chave:** Marco Civil da internet; Twitter; representação.

## **Abstract**

This is a research in the field of Internet and Democracy that dialogues with the studies that analyze Web contributions to the public sphere of contemporary democratic regimes. The intention was to analyze the discussion on Twitter about the Brazilian Civil Rights Framework for the internet, in order to observe which were the major controversies, how plural was the debate and what kind of media (horizontal or vertical) was present in the specified space. Based on qualitative and quantitative analysis of the object, 388 tweets, we found a prevalence of expert voices, as well as a large share of content produced by horizontal media.

**Keywords:** Brazilian Civil Rights Framework for the internet; Twitter; representation.

## Introdução

Esta é uma pesquisa no campo da Internet e Democracia que dialoga com os estudos que analisam as contribuições da *Web* para a esfera pública nos regimes democráticos contemporâneos (GOMES; MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005; BOHMAN, 2004; CHADWICK, 2009). Nesse contexto, tem como tema a discussão no Twitter sobre o Marco Civil da Internet, com o objetivo de perceber como se deu o debate sobre o assunto nessa mídia social, como: quais foram as grandes polêmicas, quão plural foi a “conversa” (CAREY, 1989) e que tipo de mídia horizontal ou vertical (SHAW et al., 2006) esteve presente no espaço especificado para análise.

O Marco Civil da Internet foi uma iniciativa do Ministério da Justiça, que, em 2009, motivado pela reação negativa da sociedade civil ao Projeto de Lei 84/1999, chamado, na *Web*, de “AI5 Digital”, iniciou um processo de consulta pública para a produção de uma lei que versasse sobre direitos e responsabilidades na internet (BRAGATTO et al., 2014, p. 2). Foram realizadas duas Consultas Públicas, em 2009 e em 2010, que resultaram em um projeto encaminhado pela presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2011, à Câmara dos Deputados. Após uma longa batalha política, o Projeto de Lei em questão foi aprovado pelos Deputados Federais em março de 2014 e, em abril deste mesmo ano, pelo Senado Federal. A presidente Dilma sancionou a lei logo em seguida e o Marco Civil da Internet, neste momento, passa pela fase de construção de sua regulamentação.

Para testar, empiricamente, os aspectos representacionais que envolveram a discussão em torno do Marco Civil da Internet no Twitter, no que diz respeito à pluralidade de vozes presentes no debate, selecionamos como recorte inicial os dias 29 de outubro de 2009, data de início da primeira consulta pública, e 30 de outubro de 2009, a fim de desvendar os desdobramentos da “conversa” no dia seguinte. Compuseram o *corpus* dessa pesquisa os 388 *tweets* postados nos dois dias mencionados acima que continham a *hashtag* #marcocivil. Esses dados foram analisados de acordo com as vozes representadas, as mídias compartilhadas e os temas abordados.

Realizada a pesquisa, constatamos que a discussão ocorrida no Twitter, ao menos no período estipulado e no plano delimitado da *hashtag*, não parece trazer uma contribuição expressiva no que diz respeito à variedade de participantes na “conversa”, marcada pela especialização e complexidade do tema, mas, sim, com relação à variedade das fontes, com a contribuição de mídias horizontais, que dominaram o espaço de visibilidade naquele momento.

Sendo assim, este trabalho está dividido em mais quatro seções além desta introdutória. Na seguinte, está uma breve discussão teórica que serve de referência para a análise sobre os potenciais que a internet traz para a esfera pública, levando em consideração seus aspectos representacionais (DAHLGREN, 2005) e aproximando-se da noção de interação continuada, que insere as discussões em um contexto cultural mais abrangente (MAIA, 2008, p. 289). Na terceira e quarta seções estão, respectivamente, a metodologia utilizada e os resultados da pesquisa empírica. Na discussão final, enfatizamos que, no debate em torno do Marco Civil da Internet no Twitter, no recorte estipulado, predominaram vozes especializadas no tema, muitas vezes de um mesmo usuário com alto índice de postagens — os *superposters* (GRAHAM; WRIGHT, 2013) — e fontes, em sua maioria, mais de nicho, de caráter mais complementar à mídia de *mainstream*.

## **Esfera pública no ambiente digital: potenciais e fragilidades**

Esta seção tem por objetivo desenvolver uma discussão teórica de modo a constituir uma hipótese de trabalho, a ser testada empiricamente, acerca das contribuições da *Web* para a esfera pública nos regimes democráticos contemporâneos. Para tanto, irá analisar, em primeiro lugar, a própria noção de esfera pública e seu *lócus* na teoria mais recente da democracia. Em seguida, discutirá as potenciais contribuições da *Web*, apontadas pela literatura, para, ao fim, apresentar alguns limites e problemas impostos a essa mesma discussão.

Nesse sentido, a partir da sugestão de Dahlgren (2005) sobre as três dimensões constitutivas da esfera pública — estrutural, representacional e interacional —, a intenção aqui é desenvolver uma análise no plano da segunda dimensão, que, segundo o próprio autor, abrange:

1. a produção dos meios de comunicação, inclusive a internet;
2. o espaço de visibilidade midiática; e
3. a acuidade, a precisão, a completude e a pluralidade de vozes e agendas presentes nas informações veiculadas e nos debates estabelecidos (DAHLGREN, 2005, p. 148-149).

Mas antes de lidar com as questões representacionais, é necessário, primeiramente, a nosso ver, traçar um panorama da discussão que envolve a esfera pública e o ambiente digital.

Nesse sentido, é importante perceber que o advento da internet trouxe uma enorme expectativa de grandes mudanças no cenário político comunicacional. Atributos e potenciais da *Web*, como a possibilidade do acesso universal, a comunicação não-coercitiva ou hierarquizada e a liberdade de expressão (GOMES, 2008, p. 304-305), potencializaram noções como a de um novo ambiente de deliberação, um novo e importante “lugar”, ou “arena conversacional”, na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso” (MAIA, 2008, p. 283). De acordo com Castells (2003, p. 135), as novas tecnologias teriam o potencial de transformar a dimensão política, tornando-se o espaço propício para que os cidadãos expressem seus direitos e se comuniquem com outros, compartilhando valores e questões. A possibilidade de se ter um público ampliado também é uma das vantagens apontadas pelos que enxergam a internet com potencial de renovar a prática deliberativa: o diálogo e a troca de argumentos prescindem dos encontros face a face, transcendendo as fronteiras do Estado-nação para uma participação em escala global, expandindo os fóruns conversacionais (MAIA, 2008, p. 283).

Nesse contexto, Gerards e Schäfer (2010, p. 3) reiteram as expectativas que a internet traz de inclusão de múltiplos atores aos debates, especialmente aqueles da sociedade civil que não têm acesso ao espaço da visibilidade midiática. Para os autores, a Web teria o potencial de trazer interpretações alternativas, servindo como um impulso para a democratização da esfera pública, para o fortalecimento do interesse pelos aspectos políticos e para a participação cidadã. Da mesma forma, segundo Maia (2008, p. 286-287), o ambiente digital pode ser vantajoso para o debate crítico-racional, uma vez que é um espaço livre de coerções e onde usuários têm possibilidades de se associar e se engajar em diferentes causas, fóruns e comunidades virtuais. Além disso, há uma relação dialógica estabelecida, em que interlocutores podem prescindir da presença física e do diálogo em tempo real e realizar trocas irrestritas de ideias, numa comunicação multidirigida, sem que haja a necessidade de se manter parceiros fixos ou autorizados. Vale sinalizar, ainda, que livres dos encontros face a face e munidos do anonimato propiciado pelas redes, cidadãos podem estabelecer diálogos e debates de forma mais paritária, uma vez que, diante desse quadro, as desigualdades sociais sofrem um relativo apagamento. Como afirma a autora “[s]e a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode ser expressa” (MAIA, 2008, p. 287).

Há, porém, as fragilidades que dizem respeito ao uso das redes, como um elevado número de participantes de discussões online que, embora registre sua opinião ou busque informações, não se vincula ao debate contínuo, reduzindo a prática argumentativa (MAIA, 2008, p. 288). Alguns autores (FRASER, 2007; GOLDBERG, 2011) também ressaltam problemas de legitimidade e eficácia. O primeiro ponto indica uma questão de inclusividade, particularmente no que diz respeito a grupos historicamente excluídos das instituições de poder, e a segunda ressalta a inabilidade dos cidadãos de comunicarem suas demandas e desejos às instituições, bem como das instituições de ouvirem e, quiçá, atenderem as reivindicações. Nesse contexto, de acordo com a obra de Benkler (2006), mencionada por Goldberg (2011, p. 742), as críticas à esfera pública virtual podem ser divididas nas seguintes categorias: a questão babélica — isto é, a internet percebida como um ambiente sobrecarregado de informações, o que gera a fragmentação, a polarização do discurso e a perda da comunidade política; a questão da potência —, já que poucos sites detêm a maior parte do tráfego; o controle ao acesso à informação pelos estados autoritários; e, por fim, o *digital divide* — isto é, a exclusão de parte dos cidadãos das redes digitais.

Nessa mesma linha, Neuman (2001, p. 304) salienta quatro conceitos que envolvem a esfera pública, a distribuição de informação política e os valores e comportamentos: a coesão social, que abarca as leis, a ordem, as normas sociais, normalmente conservadoras, e a preocupação legítima e prática, não ideológica, do processo democrático nas sociedades industriais e desenvolvidas; a fragmentação, que seria a distribuição horizontal de crenças e preferências em uma sociedade, de acordo com as diferentes comunidades regionais, étnicas e ideológicas, resultando na dispersão de valores; a estratificação, que engloba as diferenças verticais entre elites e massas no que diz respeito às informações políticas; e, por fim, a polarização, envolvendo não somente a distribuição de crenças e opiniões, mas a atuação frente às diferenças sociais e comportamentais percebidas. De acordo com o autor, a redução de custos em se adquirir e em disponibilizar informações políticas na internet pode significar, em algum grau, um aumento da participação do cidadão na esfera política, mas não altera nem iguala, em larga escala, os níveis de polarização e estratificação das crenças e opiniões políticas (NEUMAN, 2001, p. 317).

Ambas as posições com relação ao potencial da internet de incremento da esfera pública, no entanto, são relativizadas quando tomamos a *Web* e os processos de deliberação não somente como encontro dialógico singular, em busca de uma decisão conjunta

prática e profícua, mas tendo a noção de espaços de interação continuada, inserindo as discussões num contexto cultural mais abrangente, ligadas à formação de preferências e de convicções. Além disso, o processo continuado de deliberação pode significar uma forma de aprendizagem, já que, durante os debates, os cidadãos podem se tornar mais críticos a respeito dos temas expostos e, até mesmo, das próprias opiniões, podendo, ainda, diante dos processos deliberativos, mudar suas atitudes e orientações políticas e encorajar-se a apresentar suas ideias (MAIA, 2008, p. 289-290).

Maia (2008, p. 291-292), nesse contexto, diferencia o discurso singular, que objetiva a obtenção de uma decisão obrigatória e final, exigindo que os participantes destes tipos de debate sejam altamente comprometidos e engajados, do discurso prático, processo comunicativo mais reflexivo que ocorre com maior ou menos intensidade em nossas vidas. Assim como um processo gradual e disperso, sempre aberto à revisão, o debate público pode acarretar numa interpretação coletiva e entendimento mútuo dos interesses mais importantes, a respeito da vida comum dos cidadãos. Sendo assim, a deliberação pode servir a diversos fins e pode ser questionável a tentativa de limitá-la (e enquadrá-la) a um processo com um único objetivo principal (SAMPAIO et al., 2012).

Em consonância com a ideia de deliberação continuada proposta por Maia, a concepção de esfera pública para Dahlgren (2005, p. 148) passa pela circulação de informações, ideias, debates e pela formação da vontade política, todos estes aspectos facilitados e propiciados pelos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, pela internet. O autor indica que, diferentemente da ideia inicial de Habermas, a esfera pública não obedece a uma forma única e singular, mas à constituição de diferentes espaços e arenas, especialmente levando-se em consideração a complexidade das sociedades contemporâneas e os efeitos do mundo globalizado. De acordo com Dahlgren (2005, p. 152), a visão integrada, normativa e idealizada de esfera pública fracassou nas sociedades contemporâneas, que passam a se preocupar e a abarcar a pluralidade e as diferenças. Compõem as democracias atuais grupos de diferentes gêneros, etnia, capital cultural, orientação política que podem requerer espaços especializados de discussão, para trabalhar questões internas ou formar uma identidade coletiva.

Dahlgren (2005, p. 148-149) propõe, então, três dimensões constitutivas da esfera pública: estrutural, representacional e interacional. A primeira diz respeito aos aspectos formais e institucionais que permeiam um processo deliberativo, incluindo a liberdade de

expressão, o acesso e a dinâmica inclusão/exclusão. Tanto a mídia quanto as instituições políticas formam uma ecologia política que também forma e estrutura a esfera pública e a maneira como a informação circula. A segunda dimensão, a representacional, mais cara a este trabalho, refere-se às vozes presentes na esfera pública, considerando que estas devem ser plurais, comportando variadas agendas, posições e ideias, e abrange:

1. a produção dos meios de comunicação, inclusive a internet;
2. o espaço de visibilidade midiática; e
3. a acuidade, a precisão, a completude e a pluralidade de vozes e agendas presentes nas informações veiculadas e nos debates estabelecidos (DAHLGREN, 2005, p. 148-149), como vimos acima.

Nesse caso, a mídia assume um papel central como espaço de visibilidade e de disseminação de informações. É justamente neste aspecto, o representacional, que nossa pesquisa se localiza, na tentativa de mapear que vozes estão representadas no debate sobre o Marco Civil da Internet no Twitter. A terceira e última dimensão, interacional, requer não simplesmente um público passivo e atomizado, mas cidadãos interagindo uns com os outros, premissa fundamental para que os processos deliberativos ocorram. Essa interação ocorre tanto no encontro de cidadãos com a mídia, uma vez que o usuário interpreta e usa os conteúdos veiculados nos meios de comunicação de massa, quanto na relação entre cidadãos, que engloba tanto uma conversa entre duas pessoas, quanto encontros maiores em escala, ou seja a comunicação em espaços da vida social.

## Metodologia

A partir desse ponto, o objetivo desta pesquisa é testar empiricamente que vozes e temas estiveram presentes no debate desenvolvido no Twitter sobre o Marco Civil da Internet durante o período em que a iniciativa foi pauta institucionalizada da política brasileira, desde a primeira consulta pública sobre o tema, em outubro de 2009, até o momento em que a lei foi aprovada no Senado Federal, em abril de 2014.

Dessa forma, foram material de análise os *tweets* publicados com a *hashtag* #marcocivil (a principal entre aquelas utilizadas) entre 29 de outubro de 2009 e 22 de

abril de 2014. A escolha pelo mapeamento de *hashtag*, nesta pesquisa, se justifica pela tentativa de encontrar diferentes mensagens de diferentes usuários que versassem sobre um assunto específico (MARQUES; SILVA; MATOS, 2013), delimitando um espaço de conversação (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015). Além disso, o próprio *blog* oficial de discussão do Marco Civil da Internet, localizado na plataforma Cultura Digital, vinculada ao Ministério da Cultura, indicava no canto superior direito o ícone “#marcocivil no Twitter”. Como o “n” potencial dessa pesquisa é enorme, mapeamos, nesse primeiro momento, as postagens da primeira fase de consulta pública sobre o Marco Civil da Internet, que ocorreu entre 29 de outubro de 2009 e 17 de dezembro de 2009. Nessa primeira fase da pesquisa, foram coletados os *tweets* postados na data principal do evento em questão, além daqueles publicados no dia posterior, a fim de verificar a repercussão e a amplitude do assunto Marco Civil da Internet no universo estabelecido para análise.

Com isso, o primeiro passo metodológico foi desenvolver uma busca, pela ferramenta *Advanced Search* (Pesquisa avançada, em tradução livre) do Twitter, de todos os *tweets* publicados com a marca #marcocivil no período determinado, isto é, dias 29 e 30 de outubro de 2009. Os dados obtidos foram organizados em uma tabela com:

1. informações de identificação (nome do perfil);
2. data e hora da publicação;
3. texto do *tweet*;
4. qualidade da voz em questão e sua relação com a área;
5. tema da publicação; e, por fim,
6. tipologia da mídia replicada quando assim ocorreu, sendo as mídias classificadas como: mídia mais vertical (MV), mídia mais horizontal (MH) e nenhuma mídia ou nenhuma delas (NDA).

Coletados e organizados os 388 *tweets*, analisamos o material, tendo em vista dois eixos principais. O primeiro deles englobou a verificação e o mapeamento da qualidade das fontes que estabeleceram o diálogo em torno do tema Marco Civil da Internet pela sua “posição social ou organizacional” (cidadão, político, jornalista, mídia, etc.). Para tal, foram consideradas as fontes primárias, ou seja, quem publicou o *tweet* original. No intuito de obter o mapeamento da qualidade de cada voz, levou-se em consideração a descrição disponibilizada pelo próprio usuário em sua “bio” (pequena descrição do usuário) do Twitter

e, quando não havia nenhuma informação deste tipo disponível, foi realizada uma busca em outras redes sociais que indicassem a atividade desempenhada pela fonte em questão. Foi levantada, ainda, a afinidade do usuário com o tema da discussão, isto é, a criação de um Marco Civil para a Internet, sendo estes classificados como vozes especializadas, caso de estudantes, advogados, ativistas, professores, entre outros, que detinham conhecimento em temas relacionados, tais quais, legislação para a internet; mídia e tecnologia; cibercultura; sistemas de informação; *softwares* livres, etc.; vozes não especializadas, quando o campo de atuação e interesse do usuário não englobava temáticas afins; e, por fim, NDA, quando nenhuma informação sobre o usuário foi localizada.

Por exemplo, um dos usuários informa no descritor de sua “bio” no Twitter que é professor de uma Universidade estadual. Em uma busca mais detalhada, percebemos que, além de lecionar a matéria Direito da Tecnologia da Informação, ele é diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade de um determinado estado. Sendo assim, o consideramos uma voz especializada. Outro usuário, também considerado especialista, diz ser, em sua “bio”, *cyberlawyer*, informação confirmada em seu *site*, disponibilizado em seu Twitter. Em alguns casos foi possível identificar a área de atuação (e/ou interesse) dos usuários, sem que estas fossem relacionadas ao tema, como é o caso de um dos perfis que se descreve, na “bio” do Twitter, como cantor e compositor. Já em outras situações, os usuários não incluíam em sua “bio” nenhuma informação que nos levasse a sua posição social, também não sendo possível determiná-la em uma busca em outros sites e redes sociais. Sendo assim, consideramos estes como usuários indefinidos.

O outro eixo comportou a análise do texto de cada *tweet*, tendo em vista, primeiramente, o tema disposto em cada postagem e a qualidade do *link* (caso houvesse) que acompanhou a publicação, tendo em vista a definição de mídia vertical e horizontal apresentada por SHAW et al. (2006) e já utilizada em outra pesquisa (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015). Para determinar o tema, observamos sobre o que versou o *tweet*. Essa classificação pode ser melhor compreendida, por exemplo, com a postagem de @usuário1<sup>1</sup>, que tinha como texto “Agora o Ministro da Justiça Tarso Genro fala no lançamento do #marcocivil”. O *post* se

---

<sup>1</sup> A identidade dos usuários foi preservada para manter a privacidade dos mesmos, sendo estes chamados de @usuario1; @usuario2; e assim em diante.

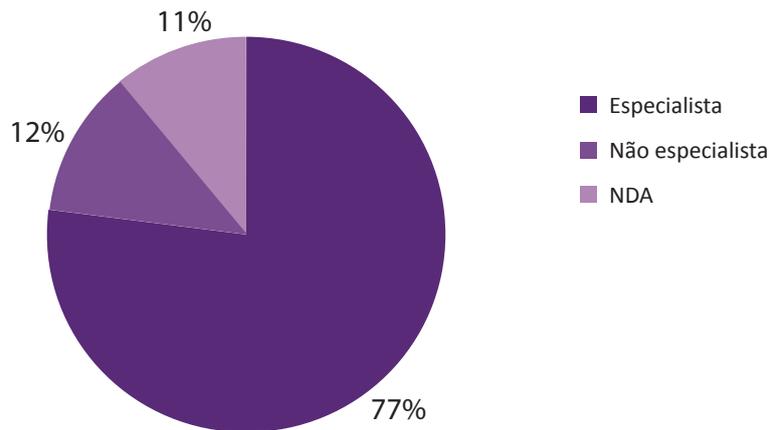
referia ao Evento de lançamento do Marco Civil da Internet, realizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na ocasião de sua Primeira Consulta Pública. Já o *tweet* “Argumentos toscos! NÃO AO AI5Digital!! #MarcoCivil da internet!! RT @usuário31: Azeredo fala sobre Ai5-Digital ... - <http://j.mp/oAv5Fr>”, postado por @usuário32, abordou a Lei de Azeredo, com a indicação de uma entrevista concedida pelo Deputado Federal Eduardo Azeredo (PSDB) ao Portal Terra. Um outro exemplo é o post de @usuário33 “Participe do #marcocivil: acesse “Consulta” em <http://bit.ly/49CwL5>, escolha um tópico e clique em “Participar dessa discussão”, ou seja, uma chamada para que os usuários participassem da discussão, com esclarecimentos sobre como fazê-lo.

Sobre os links de referência publicados em alguns *tweets*, quando as mídias de referência eram aquelas que apresentavam um fluxo de informação *top down*, dirigido a audiências mais gerais, como é o caso do portal Terra e Uol, ou das Revistas Época e Exame, as mesmas foram consideradas mídias mais verticalizadas. Já as mídias de nicho ou de conteúdo produzido por indivíduos ou organizações sociais específicos, que são mais próximas do *status* social do cidadão, se colocando, inclusive, em uma relação mais horizontal com o mesmo, como é o caso do site e do blog do Marco Civil da Internet; do blog do Josias da Folha de São Paulo; do site da Câmara dos Deputados, foram classificadas como mídia mais horizontais (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015).

## Análise e resultados

Na ocasião da Primeira Consulta Pública, que ocorreu de 29 de outubro a 17 de dezembro de 2009, selecionamos como recorte, para a viabilidade da pesquisa, o dia de início e o posterior (29 e 30 de outubro de 2009). Foram 388 *tweets* no período, sendo 299 das postagens feitas por usuários especializados no tema; 48 por usuários não especializados; e 41 por usuários sem definição possível sobre o grau de especialização (NDA). Em termos percentuais, 77% dos *tweets* tiveram a autoria de vozes especializadas; 12% de não especializadas; e 11% de usuários sem definição possível (NDA), conforme disposto no Gráfico 1.

Ao mapearmos as 48 postagens de usuários não especializados no tema, ou seja, aqueles que não tinham algum grau de expertise sobre o assunto, com o intuito de obter a qualidade de



**Gráfico 1.** Número de tweets *versus* especialização na área (n = 388 tweets)

cada voz, foi possível perceber um predomínio de postagens de mídias horizontais, jornalistas e professores. Na Tabela 1, estão indicadas todas as posições sociais e organizacionais das vozes não especializadas representadas no debate, num universo de 48 *posts*:

É possível perceber, pelos dados dispostos na Tabela 1, que houve uma predominância de determinadas qualidades de vozes no debate. Se considerarmos as dez primeiras posições de falantes, constatamos que, dentro do universo dos 48 *tweets* de não especialistas, 35 (ou 70% das postagens) foram realizadas por eles. Ao aplicarmos um percentual para cada uma das dez principais vozes não especializadas dentro do universo total de *tweets* e dentro do universo de *tweets* da categoria, obtivemos os dados que podem ser observados na Tabela 2.

Sobre o mapeamento de vozes dos usuários especializados no tema, isto é, aqueles que possuíam expertise em áreas relacionadas ao Marco Civil da Internet, percebemos, nesse primeiro recorte temporal, uma predominância de postagens, respectivamente, do Twitter oficial do Marco Civil da Internet, de mídias horizontais, de organizações sociais, de ciberativistas e de ativistas. Na Tabela 3, está mapeada a qualidade das vozes dos usuários especializados, num universo de 299 *posts*.

Notamos, novamente, a predominância de determinadas qualidades de vozes: dos 299 *tweets* postados por especialistas, 83% (ou 247) são de autoria das dez primeiras mapeadas. Entre os *tweets* totais, ou seja, os 388, as 10 vozes especialistas mais falantes foram responsáveis por mais da metade das postagens (64%). Na Tabela 4, consta a representatividade percentual

**Tabela 1.** Mapeamento da qualificação das vozes não especializadas

Qualificação das vozes não especializadas	
Qualidade da voz	Número de tweets
Mídia horizontal	9
Jornalista	5
Professor	5
Cantor	3
Empresa	3
Pesquisador	3
Organização social	2
Partido	2
Político	2
Analista contábil	1
Analista de comunicação	1
Assessor de comunicação	1
Consultor	1
Diretor de criação	1
Escritor	1
Estudante	1
Físico	1
Fotógrafo	1
Advogado	1
Musico	1
Profissional de logística	1
Redator	1
Roteirista	1

**Tabela 2.** Representação percentual das principais vozes não especializadas

Qualidade da voz	Número de tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na área (48)
Mídia horizontal	9	2%	19%
Jornalista	5	1%	10%
Professor	5	1%	10%
Cantor	3	1%	6%
Empresa	3	1%	6%
Pesquisador	3	1%	6%
Organização social	2	1%	4%
Partido	2	1%	4%
Político	2	1%	4%
Advogado	1	1%	2%

**Tabela 3.** Mapeamento da qualificação das vozes especializadas

Qualificação das vozes especializadas	
Qualidade da voz	Número de tweets
Twitter oficial do MCI	51
Mídia Horizontal	42
Ciberativista	29
Organização social	26
Professor	23
Ativista	20
Analista de sistemas	18
Empreendedor	15
Jornalista	13
Mídia Vertical	10
Servidor	9
Advogado	7
Governo	6
Arquiteto	3
Gerente de Projetos	3
Movimento social	3
Antropólogo	2
Coordenador de Comunicação	2
Empresário	2
Engenheiro	2
Gerente de atendimento	2
Instituição de ensino	2
Analista de TI	1
Assessor Jurídico	1
Comunicólogo	1
Estudante	1
Físico	1
Instrutor de Cultura digital	1
Museólogo	1
Pesquisador	1
Programador	1

MCI: Marco Civil da Internet; TI: tecnologia da informação.

**Tabela 4.** Representação percentual das principais vozes especializadas

Qualidade da voz	Número de tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na área (299)
Twitter oficial do MCI	51	13%	17%
Mídia horizontal	42	11%	14%
Ciberativista	29	8%	10%
Organização social	26	7%	9%
Professor	23	6%	8%
Ativista	20	5%	7%
Analista de sistemas	18	5%	6%
Empreendedor	15	4%	5%
Jornalista	13	3%	4%
Mídia vertical	10	3%	3%

MCI: Marco Civil da Internet.

das principais vozes especializadas no debate, dentro do universo de postagens da categoria e dentro do universo total de *tweets*.

Se deslizarmos da noção de especialista para a de usuário único, para testarmos ainda mais quão plural foi a discussão, percebemos que 73 usuários únicos especializados dialogaram sobre o tema Marco Civil da Internet no Twitter. No entanto, houve, novamente, uma grande repetição de vozes: dez usuários, juntos, responderam por 46% das postagens totais (178 de 388 *tweets*) e 60% das postagens na categoria (178 de 299 *tweets*). Na Tabela 5, estão dispostos os usuários únicos especializados com maior percentual de postagens durante o debate.

Já no caso das vozes não especializadas, o número de *tweets* por usuários únicos foi melhor distribuído: no total, participaram da discussão, 36 usuários não especialistas, dentre os quais os dez perfis mais falantes foram responsáveis por 42% das postagens dentro do universo da categoria (ou 21 *tweets* em 48) e 5% das postagens totais (21 em 388 *tweets*). Na Tabela 6, estão dispostos os usuários únicos não especializados no tema com maior percentual de postagens durante o debate:

No caso de usuários sem definição possível (NDA), dialogaram sobre o tema 27 diferentes perfis, dentro do universo de 41 *tweets* postados por esta categoria. Os dez usuários únicos mais falantes foram responsáveis por 24 (ou 59% das postagens) dentro da categoria e 6% dentro do universo total de *tweets*. Na Tabela 7, estão dispostos os usuários únicos sem definição de posição social e organizacional possível com maior percentual de postagens durante o debate.

Somando os usuários únicos das três categorias (vozes especializadas, não especializadas e NDA), obtivemos um total de 136 diferentes perfis participantes do debate.

**Tabela 5.** Usuários únicos especializados com maior percentual de postagens

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na área (299)
Twitter oficial MCI	@usuário1	51	13%	17%
Mídia horizontal	@usuário2	39	10%	13%
Ciberativista	@usuário3	20	5%	7%
Analista de sistemas	@usuário4	16	4%	5%
Organização social	@usuário5	12	3%	4%
Ativista	@usuário6	11	2%	4%
Mídia vertical	@usuário7	10	2%	3%
Organização social	@usuário8	7	2%	2%
Empreendedor	@usuário9	6	2%	2%
Empreendedor	@usuário10	6	2%	2%

MCI: Marco Civil da Internet.

**Tabela 6.** Usuários únicos não especializados com maior percentual de postagens

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na área (48)
Mídia Horizontal	@usuário11	3	1%	6%
Mídia Horizontal	@usuário12	3	1%	6%
Pesquisador	@usuário13	3	1%	6%
Cantor	@usuário14	2	1%	4%
Empresa privada	@usuário15	2	1%	4%
Partido	@usuário16	2	1%	4%
Professor	@usuário17	2	1%	4%
Advogado	@usuário18	1	1%	2%
Analista de comunicação	@usuário19	1	1%	2%
Assessor de comunicação	@usuário20	1	1%	2%

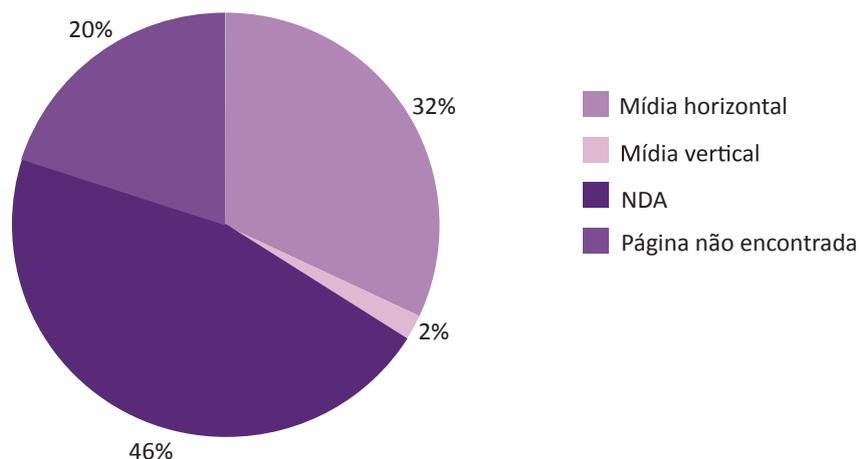
**Tabela 7.** Usuários únicos indefinidos com maior percentual de postagens

Posição social	Usuário	Tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na área (41)
Usuário indefinido	@usuário21	4	1,00%	10%
Usuário indefinido	@usuário22	3	1,00%	7%
Usuário indefinido	@usuário23	3	1,00%	7%
Usuário indefinido	@usuário24	3	1,00%	7%
Usuário indefinido	@usuário25	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuário26	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuário27	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuário28	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuário29	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@usuário30	1	0,20%	2%

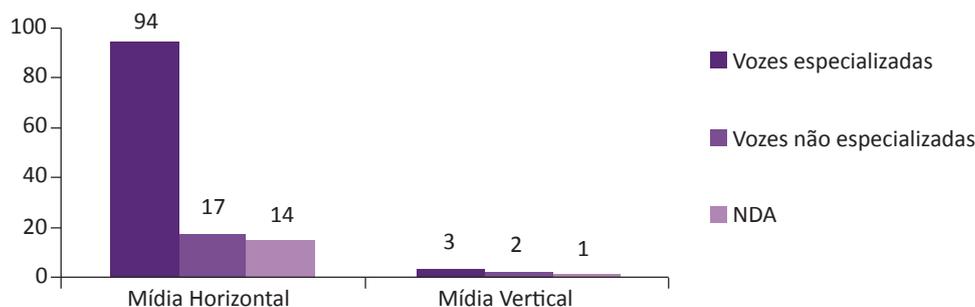
Sobre as mídias e os temas referidos, de um total de 388 *tweets*, 125 tiveram mídias mais horizontais incluídas; 6 utilizaram mídias mais verticais; 180 não fizeram referência a nenhuma mídia; e em 77 casos o *link* disponibilizado já não estava mais disponível na *Web*. Em termos percentuais, em 32% das postagens foram compartilhados *links* de mídias horizontais; em 2%, de mídias verticais; em 20% o *link* de referência já não estava mais disponível na *Web*; e em 46% dos *posts* totais não havia referência a nenhuma mídia, conforme disposto no Gráfico 2.

Traçando um comparativo entre a mídia compartilhada e o conhecimento dos usuários no tema, obtivemos os resultados dispostos no Gráfico 3.

Houve, portanto, um grande compartilhamento de conteúdo criado por mídias mais horizontais e um baixo número de links referentes às mídias mais verticais. Entre os fatores que podem ter contribuído para isso estão o grande número de compartilhamento do *site* do Marco Civil da Internet, local onde foi realizada a Consulta Pública e onde eram disponibilizadas



**Gráfico 2.** Compartilhamento de mídias



**Gráfico 3.** Compartilhamento de mídias *versus* grau de especialização

as principais informações sobre o tema, e de *sites* de Organizações Sociais em prol de uma internet livre. Além disso, pode ter contribuído para a escassez de *links* de mídias verticais a possível falta de noticiamento sobre o Marco Civil da Internet pela grande mídia, ideia bastante difundida e comentada pelos usuários presentes no debate. Sobre a relação estabelecida entre os *links* compartilhados e a afinidade do usuário com a área, os usuários com conhecimento na temática fizeram uso com maior recorrência das referências midiáticas, o que talvez denote um maior grau de informação e localização dos espaços de discussão por estes perfis.

Sobre os principais temas compartilhados, listamos os dez com maior quantidade de postagens, que corresponderam a 54% (ou 209) das 388 postagens totais. Dentro do período estipulado, os usuários abordaram, principalmente, as temáticas expostas na Tabela 8.

No dia 29 de outubro de 2009, dia de abertura da Primeira Consulta Pública, ocorreu o lançamento do Marco Civil da Internet, evento realizado na FGV do Rio de Janeiro e

**Tabela 8.** Principais temas compartilhados

Tema	Total	% dos tweets totais (388)	% na soma dos 10 temas mais compartilhados (209)
Transmissão do evento de lançamento do MCI	54	14%	26%
Evento de lançamento do MCI	51	13%	24%
Chamada para participação no MCI	29	7%	14%
O criador da ideia de um MCI	13	3%	6%
Início da construção colaborativa do MCI	12	3%	6%
Explicações sobre o MCI	11	3%	5%
Grupo oficial de discussão do MCI	11	3%	5%
Followfriday	11	3%	5%
Blog do MCI	9	2%	4%
PL do Azeredo	8	2%	4%

MCI: Marco Civil da Internet; PL: Projeto de Lei.

bastante compartilhado entre os usuários, que tanto indicavam o *link* de transmissão do evento para acompanhamento em tempo real, quanto faziam a cobertura dos acontecimentos no local. Além disso, houve uma forte corrente de mobilização de internautas, na tentativa de divulgar a abertura da Consulta Pública, o Twitter oficial do Marco Civil e o endereço eletrônico onde os grupos de discussão podiam opinar e participar da construção de um Marco Civil para a internet. Também foi pauta da discussão o Projeto de Lei apresentado pelo deputado Eduardo Azeredo (PSDB), bastante criticado na *Web* por internautas, que apontavam o projeto de um Marco Civil para a Internet como uma resposta a este “AI5 Digital”, nomenclatura dada pelos próprios usuários à proposta.

Relacionando os temas compartilhados à especialização dos usuários em relação ao assunto, percebemos que os temas mais compartilhados pelos especialistas na área tiveram relação com o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, que ocorreu na FGV, Rio de Janeiro. Houve, também, uma forte mobilização para a participação dos usuários em geral na discussão sobre a criação de um Marco Civil para a internet. Neste recorte, o tema “PL do Azeredo” deu lugar à “Cobertura do Lançamento do Marco Civil da Internet”, como mostra a Tabela 9.

Entre os não especialistas, dos os dez temas mais compartilhados, permaneceram presentes o evento de lançamento do Marco Civil da Internet e a mobilização para a participação dos usuários na construção do Marco Civil. Os temas “Cobertura do lançamento do Marco Civil da Internet” e “Divulgação do *blog* do Marco Civil da Internet” deram lugar ao “PL do Azeredo” e “Divulgação do Twitter do Marco Civil da Internet”, conforme é demonstrado na Tabela 10.

**Tabela 9.** Temas *versus* vozes especializadas

Tema x Especialistas	Tweets especialistas	Tweets totais	% dos tweets de especialistas na quantidade total do tema
Evento de lançamento do MCI	48	51	94%
Transmissão do evento de lançamento do MCI	34	54	63%
Chamada para participação no MCI	24	29	82%
O criador da ideia de um MCI	11	13	85%
Grupo oficial de discussão do MCI	10	11	91%
Followfriday	10	11	91%
Início da construção colaborativa do MCI	9	12	75%
Explicações sobre o MCI	8	11	73%
Divulgação do blog do MC	8	9	89%
Cobertura do lançamento do MCI	6	7	86%

MCI: Marco Civil da Internet; PL: Projeto de Lei.

**Tabela 10.** Temas *versus* vozes não especializadas

Tema X não especialistas	Tweets não especialistas	Tweets totais	% dos tweets de não especialistas na quantidade total
Transmissão do evento de lançamento do MCI	15	54	28%
Evento de lançamento do MCI	3	51	6%
Chamada para participação no MCI	3	29	10%
O criador da ideia de um MCI	2	13	15%
Início da construção colaborativa do MCI	2	12	17%
PL do Azeredo	2	8	25%
Divulgação do Twitter do MCI	1	7	14%
Grupo oficial de discussão do MCI	1	11	9%
Followfriday	1	11	9%
Explicações sobre o MCI	1	11	9%

MCI: Marco Civil da Internet; PL: Projeto de Lei.

## Considerações finais

Nossas hipóteses, antes de iniciar a pesquisa, eram a de que a *Web* traria uma diversidade relativa de fontes ao debate e de que a discussão no Twitter traria uma contribuição da mídia mais horizontal, não em relação aos temas, mas às vozes presentes na “conversa”.

A primeira delas se confirmou: embora fique nítida a repetição de determinadas fontes, vimos, no debate, a participação de usuários de diversas áreas, o que pode contribuir para uma visão mais abrangente do tema. É preciso ressaltar, porém, que houve uma predominância de vozes especializadas no tema, que representaram 77% das postagens

totais, talvez pela especificidade, complexidade e novidade do Marco Civil da Internet. Esse aspecto nos leva a sugerir um possível problema representacional no espaço analisado no que diz respeito à desigualdade de acesso e de consideração sobre o tema. Porém, ainda que no caso analisado a discussão não tenha sido tão plural quanto parte da teoria imagina ou deseja, é preciso considerar o contexto informacional que envolveu o tema, isto é, o grau de informação disponível para que os usuários pudessem se inteirar sobre o assunto e, então, participar do debate. No entanto, para medir o grau de publicização do tema e estabelecer uma correlação com os resultados obtidos nesta pesquisa, seria necessário realizar outro estudo.

Sobre a quantidade de usuários únicos, houve pouca variedade de perfis dialogando, se considerarmos que a consulta pública sobre o Marco Civil da Internet era aberta a todos os interessados, e uma grande repetição de vozes, ou seja, um alto número de postagens concentradas em poucas pessoas, situação recorrente durante o período analisado. Sampaio et al. (2013) e Bragatto et al. (2015) já haviam chegado a conclusões semelhantes em análises conjuntas realizadas no fórum online que hospedou a consulta pública do Marco Civil da Internet. De acordo com os autores, a discussão realizada na ferramenta mencionada foi limitada, no que diz respeito à adesão e ao pluralismo de vozes. Houve alta concentração de mensagens postadas por um baixo número de usuários, que eram, em sua maioria, indivíduos com alto interesse na questão e com algum conhecimento na área. Vale ressaltar que alguns estudos relativizam e destacam aspectos positivos na participação de *superposters*<sup>2</sup> durante os debates virtuais (GRAHAM; WRIGHT, 2013; ALBRECHT, 2006).

Apesar da discrepância na representação das vozes especializadas, que predominaram durante o debate, e as não especializadas, responsáveis por uma parcela pequena das postagens, as temáticas abordadas pelos dois grupos manteve-se similar: ambos abordaram o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, realizado pela FGV, e conclamaram os usuários em geral a participarem da Consulta Pública para a construção deste Marco Civil.

---

<sup>2</sup> Graham e Wright (2013) ressaltam que determinados estudos apontam para a concentração de participação e a conseqüente falta de igualdade nos debates online, enquadrando a superparticipação de forma negativa. Para os autores, é necessário analisar de forma mais contundente a participação de *superposters*, isto é, participantes com postagens frequentes em fóruns de discussão, problematizando os aspectos positivos que este tipo de participação pode trazer para o debate.

As mídias mais horizontais, que compõem a nossa segunda hipótese, estiveram muito presentes no debate como fonte primária, ou seja, pela postagem de *tweets*, e como fonte de referência em postagens de outros usuários. Houve um expressivo número de compartilhamento de *links* deste tipo de mídia, aspecto que pode ser em parte explicado pelo fato de que grande parte dos *tweets* indicavam o site do Marco Civil da Internet, ambiente em que as discussões e as consultas foram feitas. Além disso, houve um grande movimento de organizações sociais em prol de uma internet livre que realizavam muitas postagens em seus *blogs* e *sites* e as difundiam no Twitter. Já o compartilhamento de mídias verticais não foi expressivo, talvez por um fraco espaço disponibilizado por este tipo de mídia ao assunto no período da primeira consulta pública. Em relação ao cruzamento entre compartilhamento de mídias e especialização na área, no geral, os usuários especialistas realizaram um debate mais referenciado do que os não especialistas.

Sobre os temas, no debate estabelecido no Twitter predominaram as postagens que abordaram o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, bem como o início da primeira consulta pública, ficando de fora as polêmicas que envolviam o assunto, assim como a discussão sobre o teor e as diretrizes que um marco civil para a internet deveria conter. O recorte estabelecido pode ter interferido nesses resultados, sendo necessário realizar uma coleta mais ampla dos *tweets*, talvez durante todo o período da primeira consulta pública, a fim de verificar se o diálogo englobou estes aspectos.

Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa, talvez pelo recorte temporal tão distante, foi a indisponibilidade de muitos *links* compartilhados. Em muitos casos, ao tentarmos acessar o endereço *online*, a página já não existia mais ou o *link* curto era redirecionado para outra matéria.

Ainda que a discussão em torno do Marco Civil da Internet, no período estipulado, não tenha trazido uma contribuição expressiva e representativa de grande parte da sociedade, o debate no Twitter pode ser considerado positivo, no que diz respeito à contribuição das Mídias Horizontais, que dominaram o espaço de visibilidade naquele momento. Além disso, mesmo que a discussão tenha ficado mais restrita às vozes especialistas, os mesmos podem ter sido referências informativas e divulgadoras do tema para os usuários em geral.

## Referências

ALBRECHT, Steffen. Whose voice is heard in online deliberation? *Information, Deliberation & Society*, v. 9, n. 1, p. 62-82, 2006.

BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transform markets and freedom*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.

BOHMAN, James. Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. *The Sociological Review*, v. 52, p. 131-155, 2004.

BRAGATTO, Rachel C.; SAMPAIO, Rafael C.; NICOLAS, Maria A. *O Marco Civil da Internet: como foi construído, quem participou e quais os impactos*. Trabalho apresentado no V Seminário Nacional Sociologia & Política, de 14 a 16 de maio de 2014, Curitiba. Disponível em: <[http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24778\\_1397848930.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24778_1397848930.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. *Journal of Law and Policy for the Information Society*, v. 5, n. 1, p. 9-41, 2009.

CAREY, James. *Communication as Culture*. Nova York: Routledge, 1989.

DAHLGREN, Peter. *The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation*. *Political Communication*, v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005.

FRASER, Nancy. Transnationalizing the public sphere: On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-westphalian world. *Theory, Culture & Society*, v. 24, n. 4, p. 7-30, 2007.

GERHARDS, Jürgen; SCHAFER, Mike S. Is the internet a better public sphere? Comparing old and new media in the USA and Germany. *New Media & Society*, v. 12, n. 1, p. 143-160, 2010.

GOLDBERG, Greg. Rethinking the Public/Virtual Sphere: The Problem with Participation. *New Media and Society*, v. 13, n. 5, p. 739-754, 2011.

GOMES, Wilson. Internet e participação política. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.

GRAHAM, Todd, WRIGHT, Scott. Discursive equality and everyday talk online: the impact of “Superparticipants”. *Journal of Computer-Mediated Communication*, vol. 19, p. 625-642, 2013.

ITUASSU, A.; LIFSCHITZ, S. Opinião Pública e Comunicação política em #ELEIÇÕES2014: uma análise preliminar. Disponível em: <[http://compos.org.br/biblioteca/final\\_comautoria\\_2782.pdf](http://compos.org.br/biblioteca/final_comautoria_2782.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2015.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.

MARQUES, Francisco P. J. A.; SILVA, Fernando W. O.; MATOS, Nina R. Estratégias de comunicação política online: Uma análise do perfil de José Serra no Twitter. In: MARQUES, Francisco P. J. A.; SAMPAIO, Rafael C.; AGGIO, Camilo. (Orgs.). *Do clique à urna: Internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

NEUMAN, W. L. The impact of the New Media. In: BENNETT, W. L.; ENTMAN, Robert M. *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 299-322.

SAMPAIO, Rafael C.; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 446-477, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762010000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 24 set. 2015.

SAMPAIO, Rafael C.; BARROS, Samuel A. R.; MORAIS, Ricardo. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 470-489, 2012.

SAMPAIO, Rafael C.; BRAGATTO, Rachel C.; NICOLÁS, Maria A. Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase de consulta online sobre o Marco Civil da Internet. Trabalho apresentado no V Congresso da Compolitica, de 08 a 10 de maio de 2013 em Curitiba. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-04-%C3%94%C3%87%C3%B4-Internet-e-Pol%C2%AFtica-Rafael-Cardoso-Sampaio.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SHAW, Donald; Hamm, Bradley J.; TERRY, Thomas C. Vertical Versus Horizontal Media: Using Agenda-setting and Audience Agenda-melding to Create Public Information Strategies in The Emerging Papyrus Society. *Military Review*, November-December, p. 13-25, 2006.

## Errata

**Na edição 2014.3, Número 31, onde se lia:**

v. 31, n. 1, dez-mar/2014

**Leia-se:**

v. 31, n. 3, dez-mar/2014

**Na edição 2015.1, Número 32, onde se lia:**

v. 32, n. 2, abr-jul/2015

**Leia-se:**

v. 32, n. 1, abr-jul/2015